

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**OS “COLONOS” DA FAZENDA FIALHO: A CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS.**

Rejane Gheno

Porto Alegre, janeiro de 2003

REJANE GHENO

**OS “COLONOS” DA FAZENDA FIALHO: A CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS.**

Dissertação de Mestrado em Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Instituto de Geografia

Orientador: Gervásio Rodrigo Neves

Porto Alegre

2003

DEDICATÓRIA

Aos amigos sempre presentes nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTO

Em especial ao professor Dr. Gervásio Rodrigo Neves, exaltando sua atenção e agradecendo a colaboração para a execução deste trabalho. Aos professores do curso pelo empenho e dedicação.

À CAPES, pela bolsa de estudos que possibilitou por algum tempo a condições de dedicar-me a este trabalho com mais segurança e tranquilidade.

A todos os moradores do distrito de Fazenda Fialho, pela disposição e paciência para conceder as entrevistas e responder os questionários.

Em especial à amiga Silvana, pela disponibilidade, paciência, doçura e dedicação na leitura e releitura do texto, pelas sugestões tão fundamentais e indispensáveis para a melhoria da qualidade do trabalho.

À amiga Lili, pelo auxílio na realização dos gráficos.

À minha família que, no seu jeito distante e ao mesmo tempo perto, oferece muita força. Ao meu pai, pela sabedoria e respeito, por ser simplesmente a pessoa que mais admiro.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por oferecer um ensino de qualidade.

Finalmente, a todos que, de uma ou de outra forma, direta ou indiretamente, contribuíram para que tudo se concretizasse.

*“Enquanto não nos deparamos com obstáculos,
Realizamos muitas coisas sem estarmos
Conscientes do que estamos fazendo.
São as dificuldades que despertam a
Consciência das pessoas sobre sua ação
Que tornam possível clarificá-la e compreendê-la”.*

PIEGAT

RESUMO

Este trabalho analisa as potencialidades e ações realizadas por pequenos produtores rurais, em atividades agrícolas e/ou não-agrícolas. É uma pesquisa classificada na esfera de ação dos trabalhos que buscam mostrar as estratégias de reprodução e modificação social das famílias rurais.

O estudo trata do resultado do processo de colonização italiana na região nordeste do Rio Grande do Sul, enfatizando a comunidade da Fazenda Fialho, localizada no município de São Valentim do Sul.

Na análise das unidades produtivas, são observados os dados da população local relativos à educação, estrutura etária e fundiária, fontes de renda, condições de saúde, fluxos de relações e IDH, atendendo ao objetivo de verificar que a agricultura familiar praticada em pequenas propriedades é viável e proporciona desenvolvimento.

Palavras-chave: agricultura familiar, pluriatividade, desenvolvimento rural, colonização italiana no RS.

ABSTRACT

This work analyses both small producers potentialities and actions taken in agricultural and/or non-agricultural activities. It consists of a research that aims at showing strategies of reproduction and social modification of rural families. By emphasizing the so-called 'Fazenda Fialho' community (Fialho Farm), in the municipal district of São Valentim do Sul, it deals about the Italian settlement process in the northeastern region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil – as well as its results.

Local population data concerning education, age, conditions of land tenure, sources of income, health conditions, relationship flows and Human Development Index are observed in the analyses of working units, thus serving the purpose of verifying that family agriculture such as the one carried out in small properties is feasible and provides development.

Keywords: family agriculture, **pluratividade**, rural development, italian colony in RS.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1 A VIDA E A HISTÓRIA DO IMIGRANTE..... | 7 |
| 1.1. AS RAZÕES DOS ITALIANOS PARA SAIR DA ITÁLIA..... | 9 |
| 1.2. LEIS DE TERRAS..... | 11 |
| 1.3. EMPRESAS DE COLONIZAÇÃO..... | 12 |
| 1.4 A COLÔNIA DE GUAPORÉ..... | 18 |
| 1.4.1. Nasce a Linha Fazenda Fialho..... | 19 |
| 1.5 ASPECTOS IMPORTANTES NA FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS..... | 25 |
| 1.5.1. Religião..... | 25 |
| 1.5.2. Hierarquia Social e Familiar..... | 27 |
| 1.5.3. Agricultura..... | 30 |
| 1.5.4. Comércio..... | 33 |
| 1.5.5. Educação..... | 34 |
| 1.5.6. A Cooperação..... | 36 |
| 1.5.7. O Cotidiano de Crescimento..... | 37 |
| 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS..... | 40 |
| 2.1. O PAPEL DA FAMÍLIA NA AGRICULTURA FAMILIAR..... | 41 |
| 2.2. AGRICULTURA FAMILIAR: CLASSIFICAÇÃO..... | 46 |
| 2.3. O VÍNCULO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO COM A AGROINDÚSTRIA..... | 49 |
| 2.4. DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO..... | 51 |
| 2.5. A URBANIZAÇÃO DO CAMPO, O ‘NOVO RURAL BRASILEIRO’..... | 53 |
| 2.6. CRÉDITO RURAL..... | 55 |
| 2.7. A UNIDADE DE PRODUÇÃO COM BASE NO TRABALHO FAMILIAR SUBORDINA-SE AO MERCADO..... | 58 |
| 2.8. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR..... | 60 |
| 3 OS “COLONOS” DA FAZENDA FIALHO: A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS..... | 62 |
| 3.1. A FAZENDA FIALHO ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO..... | 63 |
| 3.2.1. Estruturação das famílias e educação..... | 67 |
| 3.2. RENDIMENTOS: FONTES DE RENDA AGRÍCOLA E NÃO-AGRÍCOLA..... | 79 |
| 3.2.1. Fonte de renda agrícola..... | 80 |
| 3.2.2 Unidades de produção que exercem trabalho não-agrícola..... | 85 |

| | |
|--|-----|
| 3.3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA | 95 |
| 3.4. CONDIÇÕES DE SAÚDE | 101 |
| 3.5. QUALIDADE DA INFRA-ESTRUTURA..... | 102 |
| 3.6. FLUXO DE RELAÇÕES | 106 |
| 3.7. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO..... | 121 |
| CONCLUSÃO..... | 112 |
| OBRAS CONSULTADAS | 116 |
| ANEXO A – Questionário Aplicado..... | 121 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CAPES – Coordenadoria de Pessoal de Ensino Superior

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

MEC – Ministério da educação e Cultura

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

PEA – População Economicamente Ativa

PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RMB – Renda Monetária Bruta

RS – Rio Grande do Sul

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 Colônias organizadas no Rio Grande do Sul (1824 - 1920)..... | 12 |
| Tabela 2 Estratos Familiares..... | 46 |
| Tabela 3 Comparativa entre os modelos patronal e familiar de agricultura..... | 48 |
| Tabela 4 Aplicação por finalidade de crédito rural Brasil 1990-1995 | 56 |
| Tabela 5 Distribuição da PEA de 10 anos ou mais, segundo a situação do domicílio e ramo da atividade principal: Brasil, 1970/80 e 1981/90..... | 57 |
| Tabela 6 Estrutura etária dos domicílios do distrito e dos domicílios entrevistados..... | 68 |
| Tabela 7 Idade do responsável pelo domicílio no distrito de Fazenda Fialho..... | 69 |
| Tabela 8 Faixas de idade e distribuição dos membros das famílias das Unidades de Análise..... | 71 |
| Tabela 9 Escolaridade dos membros das famílias das unidades de análise | 74 |
| Tabela 10 Taxa de aprovação, reprovação e de abandono de São Valentim do Sul, RS e Brasil | 75 |
| Tabela 11 Média de alunos por turma em São Valentim do Sul em 2001..... | 75 |
| Tabela 12 Número de estabelecimentos de ensino, de alunos e matrículas de São Valentim do Sul | 76 |
| Tabela 13 Trajetória Escolar de cada 100 Crianças que iniciam o primeiro grau em São Valentim do Sul | 76 |
| Tabela 14 Escolaridade e sexo dos membros das Unidades de Análise..... | 77 |
| Tabela 15 Anos de estudo considerados necessários, para filhos ou netos | 79 |
| Tabela 16 Número de produtores integrados à agroindústria e o tipo de produção | 81 |
| Tabela 17 Relação entre o número de produtores integrados e a quantidade de integrações que estabelecem..... | 82 |
| Tabela 18 Assistência Técnica | 83 |
| Tabela 19 Anos em que os produtores são integrados às agroindústrias | 83 |
| Tabela 20 Venda da produção | 84 |
| Tabela 21 Principais ramos de atividades dos membros das famílias das unidades de produção que exercem trabalho não-agrícola | 85 |
| Tabela 22 Local onde é exercida a atividade Unidades de Produção que não exercem algum trabalho não-agrícola..... | 86 |
| Tabela 23 Horas de trabalho das famílias..... | 87 |
| Tabela 24 Opinião dos entrevistados quanto às horas de trabalho dedicadas no passado e no presente..... | 89 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 25 Média da Renda Bruta Mensal das Unidades de Análise (em reais)..... | 89 |
| Tabela 26 População total de aposentados agrícola e não-agrícola..... | 92 |
| Tabela 27 Renda média mensal e renda <i>per capita</i> das unidades produção, com o valor dos aposentados e sem o valor das aposentadorias. | 93 |
| Tabela 28 Estrutura de composição da renda total das unidades de produção que exercem trabalhos não-agrícolas | 94 |
| Tabela 29 Estratificação da área do município..... | 95 |
| Tabela 30 Estratificação da área de estudo (comparativa ao município) | 96 |
| Tabela 31 Estratificação de área das propriedade rurais das Unidades Análise..... | 98 |
| Tabela 32 Uso da terra nas unidades de análise vinculadas ao trabalho agrícola e não-agrícola (número médio em hectares)..... | 99 |
| Tabela 33 Número de propriedades com trator | 99 |
| Tabela 34 Acesso à propriedade rural | 100 |
| Tabela 35 Assistência médica..... | 102 |
| Tabela 36 Tipos de casa dos entrevistados..... | 102 |
| Tabela 37 Condição de ocupação | 103 |
| Tabela 38 Casas sem moradores (da comunidade)..... | 103 |
| Tabela 39 Domicílios com banheiro..... | 104 |
| Tabela 40 Tratamento do lixo na Fazenda Fialho | 105 |
| Tabela 41 Freqüência em que costumam ir às sedes municipais mais próximas (São Valentim do Sul e Dois Lajeados) | 107 |
| Tabela 42 Principais motivos para os moradores irem aos municípios mais próximos (São Valentim do Sul e Dois Lajeados). | 107 |
| Tabela 43 Número de estabelecimentos comerciais criados por década no município de São Valentim do Sul. | 108 |
| Tabela 44 Condições das estradas para as sedes municipais mais próximas (São Valentim do Sul e Dois Lajeados) | 109 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| <u>Figura 1</u> Localização Geográfica do Município..... | 5 |
| <u>Figura 2</u> Algumas Áreas da Empresa de Colonização Baptista, Fialho & Cia. | 15 |
| <u>Figura 3</u> Colonização Italiana no Rio Grande do Sul..... | 18 |
| <u>Figura 4</u> Município de São Valentim do Sul..... | 24 |
| Mapa 1 Localização da Fazenda Fialho, Área Aproximada..... | 26 |
| <u>Organograma 1</u> Caracterização das Unidades de Produção | 65 |
| <u>Gráfico 1</u> Pirâmide Etária do distrito de Fazenda Fialho | 69 |
| <u>Gráfico 2</u> Pirâmide Etária das Famílias Entrevistadas | 70 |
| <u>Gráfico 3</u> Número Médio de Pessoas por Unidade de Análise | 72 |
| <u>Gráfico 4</u> Média de Anos de Estudos por Unidade de Análise | 78 |
| <u>Gráfico 5</u> Unidades de Produção Integradas à Agroindústria..... | 82 |
| <u>Gráfico 6</u> Média de Horas de Trabalho Diário por Unidade Análise..... | 88 |
| <u>Gráfico 7</u> Média da Renda Bruta Mensal das Unidades de Análise (em reais)..... | 90 |
| <u>Gráfico 8</u> Renda Média <i>per capita</i> por Unidade de Análise | 91 |
| <u>Gráfico 9</u> Número Médio de Aposentados por Unidade de Análise | 92 |
| <u>Gráfico 10</u> Tamanho Médio das Propriedades em Hectares por Unidade de Análise | 97 |
| <u>Gráfico 11</u> Número Médio de Carros por Unidade de Análise | 109 |

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico¹ não delimita uma cultura ou grupo social, como também não se expressa por uma única designação – espaço rural² ou espaço urbano³. Ele tem passado por profundas modificações, revelando, dessa forma, a impossibilidade que muitas vezes temos de definir área como pertencendo a um ou a outro. No passado, antes da interferência maciça dos meios de comunicação, o espaço rural não sofria influência do espaço urbano, e o espaço geográfico podia ser dividido em espaço rural e espaço urbano, apresentando demarcações precisas. Hoje, na área de estudo, por exemplo, a realidade é outra e o espaço explicita-se com características de ambas as categorias. Assim, nosso objeto de estudo passa a ser o território⁴, por contemplar tanto o espaço natural como o espaço construído.

O uso, entretanto, da distinção entre os espaços rural e urbano não pode ser dispensado, seja pelas diversas categorias (patronal ou familiar) que envolvem o espaço rural e o urbano, como também para políticas administrativas que viabilizem a implementação de políticas públicas, em ambos os espaços. Embora o espaço rural tenha diminuído o seu contingente populacional de 70,2% para 22,5% entre 1940 e 1991, permanecem e acentuam-se diferentes formas a partir das quais pode-se analisar o espaço rural. A agricultura familiar é

¹ Segundo Milton Santos “(...) o espaço geográfico é a configuração territorial dos objetos geográficos mais o seu conteúdo social, a vida que lhes dá sentido e os anima”. Assim o espaço geográfico é um componente social. (1996)

² Neste caso, refiro-me ao sentido que em geral é mais empregado. “Pertencente ou relativo ao campo ou à vida agrícola, campestre”. (MICHAELIS, 1998)

³ Neste caso, refiro-me ao sentido que em geral é mais empregado. “Pertence ou relativo à cidade, habitante da cidade”. (MICHAELIS, 1998)

⁴ O conceito de território ao qual me refiro está “*sob uma forma social*. O território social é definido como a área de uma prática social, de um comportamento social, de uma categoria social, especificada, científica. No interior desse território, os indivíduos, os grupos, sentem-se em afinidade, em segurança, em propriedade: ‘um território é um espaço socialmente selecionado para a vida e sobrevivência de um sistema’ (M. Chesnais, Réseaux et

parte integrante da população rural, apresentando uma organização social muito peculiar. Pode ser expressa pela dificuldade de definir com precisão o que a envolve, oferecendo, dessa forma, amplas oportunidades de análise e discussões. Entende-se como agricultura familiar a unidade de produção com base no trabalhador familiar, que, de acordo com Brumer,

"não é necessariamente um camponês. Paralelamente, temos dificuldade em considerá-lo como um empresário capitalista, levando em conta que, ao mesmo tempo em que pode estar altamente integrado ao mercado, sendo capaz de incorporar os avanços da tecnologia e de adotar a especialização da produção, o produtor familiar geralmente é proprietário da terra na qual produz, não vende sua força de trabalho, nem vive fundamentalmente da exploração do trabalho de outros. Uma das principais diferenças entre o produtor familiar e o empresário capitalista é que o primeiro precisa produzir, de certa forma, independentemente do mercado, pois ele e sua família⁵ vivem dos produtos da terra, enquanto que o segundo pode decidir mais livremente onde e como investir seu capital. Ao mesmo tempo, enquanto que o empresário capitalista pode despedir empregados considerados 'excedentes', numa lógica de racionalização econômica, o produtor familiar não pode fazer o mesmo com seus trabalhadores, membros de sua família: seu comprometimento de trabalho pode ser considerado como total; seu objetivo é maximizar a utilização do trabalho em lugar da maximização do lucro ou algum outro indicador de eficiência. (Brumer, 1994: 90)

Neste sentido, o presente estudo procura oferecer uma contribuição às pesquisas realizadas na área de agricultura familiar, voltadas principalmente aos mecanismos e estratégias que possibilitam, e que estimulam o desenvolvimento social e econômico da população rural. E, para tanto, definiu-se como objeto de estudo o distrito de Fazenda Fialho, localizado em São Valentim do Sul, na região nordeste do estado, mais exatamente na microrregião do Alto Taquari, a cerca de 200 km de Porto Alegre, (conforme a figura 1). A escolha deste cenário como espaço de observação deve-se às constantes observações empíricas do local, que me acompanham desde que nasci, e ao valer-me da apropriação do conhecimento geográfico, que é contínuo e vivenciado. É importante frisar que não moro na Fazenda Fialho há cerca de 18 anos. As lembranças do espaço do passado e as freqüentes visitas proporcionaram a visualização das grandes transformações que este meio apresentou, principalmente na última década. Há também a percepção de outros fatos relevantes, quais sejam: as crescentes alterações nos hábitos; a aquisição de novos produtos domésticos; a mudança do padrão de vida do agricultor; bem como alterações culturais da região.

niveaux de territorialité, Geopoint, 1982) e no interior do qual, uma prática social” (MESQUITA, 1995:80) de um grupo social.

⁵ “Considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar”. (IBGE, 2001, p. 18)

A família no meio rural funciona como uma unidade de produção, pois cada integrante apresenta papéis diferenciados. A organização desta unidade de produção com base no trabalho familiar no meio rural compreende vários aspectos, relativos à produção e ao trabalho doméstico. Podemos, assim, ver que há uma hierarquia de funções, uma divisão de trabalho. Assim, o trabalho apresenta categorias que são executadas pelos membros, por exemplo, o trabalho da produção⁶ que está praticamente ao encargo dos homens ou dos jovens do sexo masculino. Para as mulheres, cabe, em geral, o trabalho com os animais e os afazeres domésticos, nem sempre considerado “trabalho”, por não estar diretamente relacionado à renda familiar. Além de estarem hierarquicamente relacionados à família, os indivíduos apresentam categorias diferentes de forças, sendo o homem em idade produtiva considerado como o que realiza o trabalho central, e as crianças, velhos e adolescentes, realizando o trabalho auxiliar.

O distrito é constituído em um hábitat disperso, mas com um centro de referência, a igreja⁷ e o comércio. Há características comuns à população, uma situação social semelhante: as pessoas estabelecem relações de vizinhança, muitas vezes justapostas às relações de parentesco; as pessoas se auto-identificam como membros da comunidade, havendo um sentimento de identidade do local⁸; ocorrem práticas de ajuda mútua no processo de trabalho; e, finalmente, participam em comum de atividades lúdicas, na sociedade da capela, e de atividades religiosas, a festa do Padroeiro.

No estudo da vida rural, percebe-se que as famílias preocupam-se com a continuidade da reprodução social e da propriedade. Isso se manifesta na aprendizagem das crianças, em geral desde pequenas, que, com suas enxadinhas, vão se acostumando ao trabalho, transformando a brincadeira em aprendizado. Desta forma, o trabalho passa a fazer parte do cotidiano das crianças, levando-as a internalizarem a importância do trabalho como meio de ganhar a vida. Assim, as crianças passam a vivenciar, por meio do aprendizado e da sua participação efetiva na força de trabalho familiar, a permanência no trabalho com a terra. Embora o trabalho realizado no espaço rural tenha passado por grandes modificações técnicas, como também transformações culturais, como a aceitação de comportamentos citadinos, modernos, proporcionados pela estreita relação dos colonos⁹ com espaço urbano.

⁶ Refiro-me à produção agrícola destinada a venda, geradora de renda.

⁷ O nome religioso do local é Capela Menino Deus.

⁸ Há propriedades que pertencem territorialmente a outras comunidades (capelas), no entanto a identidade de referência dá-se conforme a participação e convivência na capela.

⁹ A palavra colono refere-se ao sujeito que vive numa colônia. (...) O verdadeiro sentido da palavra colônia tem sua origem no processo de colonização que se propõe a introduzir habitantes alienígenas num lugar onde eram inexistentes e inseri-los em atividades agrícolas". (SCHNEIDER, 1982: 24)

A propriedade da terra aparece como determinante na autonomia da unidade de produção. A busca de compra de novas terras para os filhos que se casam mostra o quanto a autonomia é construída em oposição à submissão, pois a liberdade de trabalhar em suas próprias terras proporciona ao colono mais resistência e competitividade. A importância da propriedade privada da terra serve como base da estabilidade em sua condição social.

Há uma luta constante do agricultor para manter-se em condições dignas de trabalho e de valorização de cultura, mesmo quando há uma grande influência da televisão no seu cotidiano. Com relação à herança e à divisão de terras, o sistema continua praticamente o mesmo desde os primeiros colonos que se instalaram na região, embora tenha havido uma grande transformação na vida do colono nas gerações mais novas, ou mesmo de uma geração para outra, como por exemplo, uma rápida redução no número de filhos. Se num passado mais recente os colonos tinham sete, oito filhos, recentemente estão tendo uma média de três, e também proporcionando aos seus filhos mais anos de escolarização.

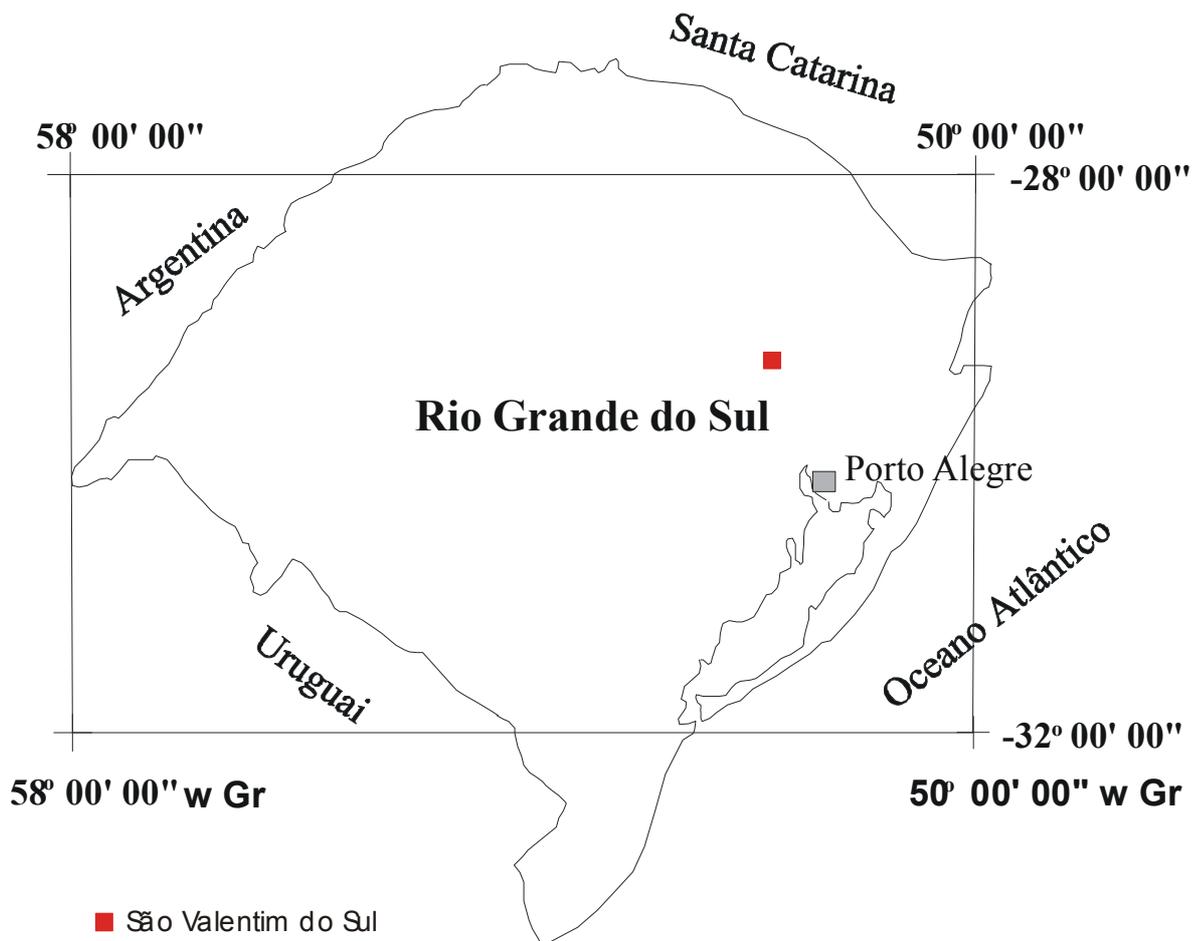
Diante do panorama geral apresentado sobre a cultura, a família e o trabalho de habitantes de origem italiana, cabe ser pontuado que a questão norteadora deste trabalho será verificar como uma comunidade do interior de São Valentim do Sul, o distrito de Fazenda Fialho, área de pequenas propriedades rurais, consegue inserir-se no mercado com seu trabalho agrícola ou não-agrícola? Insere-se conscientemente ou inconscientemente no processo atual de modernização da agricultura, na modernidade dos meios de comunicação? E como se processa o trabalho não-agrícola fora ou dentro da propriedade – que pode ser temporário ou mesmo uma forma de adaptação de um espaço de fato urbano? Como se processa o acúmulo do capital nessa área?

A metodologia empregada para a elaboração deste trabalho consiste na busca de dados nos diversos órgãos governamentais, na coleta de dados históricos, e na leitura de textos relativos à colonização italiana, como também consiste no estudo dos processos agrícolas que vigoraram em pequenas propriedades, por meio de pesquisa de campo, o que poderá possibilitar análise da situação vigente. O trabalho de campo foi norteador, já que oportunizou o levantamento de dados diretamente com os agricultores, por meio de questionários (em aproximadamente 53,55% da população, ou seja, cerca de 38 famílias do total de 71 famílias), para assim conhecer os procedimentos adotados para chegar ao desenvolvimento atual. Assim, "a abordagem da estratificação social de um país como o Brasil é obviamente diferente da de uma pequena cidade do interior, tanto pela maior diferenciação das estruturas

e funções da sociedade nacional como pelo caráter específico dos seus mecanismos do desenvolvimento histórico”. (CASIMIR, 1967: 5, apud TAMBARA, 1983:14)

Figura 1

Localização geográfica do município



O trabalho de campo foi realizado com a aplicação de questionário, construído para abranger a complexidade desta região. Sua aplicação teve como princípio de escolha aleatória das unidades a partir das propriedades próximas a igreja, considerada a área central até a propriedade mais distante, da comunidade. As unidades pesquisadas foram 38 num total de 71 famílias, por ocasião da pesquisa de campo, pela presença de uma pessoa com mais e 20 anos para responder às questões. Não havendo pessoas com idade para responder ou ninguém na residência, selecionava-se a próxima unidade para responder. As entrevistas foram realizadas em julho e agosto de 2001.

Este trabalho é constituído de três capítulos. No primeiro, faz-se uma reconstituição histórica da área de estudo, observa-se a relevância do processo de colonização, efetuado por

meio de empresas de colonização, que surgiram após a Lei de terras de 1854. Percebe-se as mudanças na administração das terras, ou seja, a divisão das terras em linhas e travessões, que iniciou no final do século XIX até o início do século XX, por estas empresas. Somente no final da década de 30 (século XX) é que ocorre a divisão das terras da então Fazenda Fialho, que serviam de sede da fazenda aos donos da empresa de colonização. A área passa por um intenso processo de ocupação do espaço, surgem pequenas propriedades colonizadas por famílias de origem italiana, vindas de áreas próximas.

No segundo capítulo, faz-se uma revisão bibliográfica envolvendo diversas características e conceitos da unidade de produção com base no trabalho familiar, ou seja, a divisão e organização do trabalho familiar, a diversificação da produção – estratégias de desenvolvimento econômico, a agroindústria¹⁰, e a subordinação ao mercado econômico.

No terceiro capítulo, apresenta-se o estudo da dinâmica das 38 famílias entrevistadas, as diversas características inerentes ao trabalho, sobre a diversificação da produção, e os diversos grupos de análise, oriundos desta, como: unidade de produção não vinculada à agroindústria; unidade de produção vinculada à agroindústria; unidade de produção vinculado à agroindústria e que exerce trabalho não-agrícola e a unidade de produção que exerce trabalho não-agrícola. E por fim surgem algumas considerações a respeito do estudo.

¹⁰ O conceito de agroindústria utilizado ao longo do texto é atribuído as indústrias que fornecem insumos, equipamentos, e financiamento (este nem sempre) aos agricultores, e estes podem apenas vender os seus produtos a agroindústria que viabilizou a produção, ocorre então uma integração produtor e indústria.

1 A VIDA E A HISTÓRIA DO IMIGRANTE

“É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. (SANTOS, 1996:25)

Na chegada ao Brasil, os imigrantes italianos foram habitar às áreas de florestas. A superação das dificuldades vinculadas à ocupação do espaço pode ser atribuída, em parte, pela reconstrução do mundo cultural, o que produziu um isolamento cultural e, conseqüentemente, a manutenção das crenças, dos valores, das tradições que traziam do país de origem. E talvez tenham conseguido, a partir da afirmação da religiosidade, predominantemente católica, reconstruindo um mundo cultural muito semelhante ao existente na Itália, e assim superando as dificuldades existentes.

Além do isolamento, e dos poucos recursos, os imigrantes enfrentaram problemas também com a língua usada entre eles, já que *“(...) a Itália foi tardiamente unificada e nossos imigrantes transportaram bagagem cultural muito diferenciada. Falavam vários dialetos, praticavam diferentes cozinhas, enfim, tinham usos, costumes e tradições diferentes uns de outros grupos. Como poderia, de início, apresentar italianidade, se grande parte de nossos imigrantes desconheciam o idioma de Dante e se nem mesmo haviam desenvolvido a concepção de pátria unificada?” (CONSTANTINO, 1994: 91)*

Os valores de legitimação das normas de convívio são em geral de ordem religiosa (o sagrado), cultural (a escola) e trabalho (o comércio). Compreende-se, desta forma, a importância que adquiriu, para cada linha¹¹, a construção de uma capela e da escola. Ao redor das capelas, estabelecem-se as relações, a comunicação – as notícias chegam, o comércio (bodegas¹²), o salão de festas, a cancha de bochas, o cemitério, quando foi o caso, e também a escola e a cancha de futebol. (DE BONI, 1994: 101)

O isolamento rural favoreceu a perpetuação de modos de vida baseados materialmente na pequena produção agrícola independente e na economia familiar de subsistência, culturalmente na relação de coesão do mundo da lavoura com a Igreja; dois aspectos estritamente conexos de uma mesma realidade histórico-social nas regiões italianas de origem. (O CONSIGLIO NAZIONALE, apud FURLAN 1997: 68)

O apego a terra e a vontade de crescer são explicados, em parte, pela situação de imigrante, pela responsabilidade de uma vida mais digna, que não tinham em sua terra natal¹³, e pela realização da posse da terra. Isso fez com que os imigrantes valorizassem o que obtinham e passassem a economizar para a aquisição de bens e conforto. É no trabalho da unidade doméstica que se concretiza a força de trabalho do imigrante, como também a construção da solidariedade extrapola a família e perpassa o parentesco e à comunidade.

Se no início da colonização a quantidade de terras permitia um elevado número de filhos, sem o problema da divisão de terras. Com o passar das gerações os problemas se vão surgindo. E, assim, os filhos deixaram de representar apenas a mão-de-obra forte e plena, pois o problema também surgia na divisão de terras. Há, dessa forma, um duplo sentido, uma contradição entre os filhos trabalhadores e herdeiros, “(...) *mãos que produzem bocas que comem*”. (WOORTMANN, 1995: 31) A primeira correlação que se estabelece é entre a capacidade de produzir alimentos e a necessidade de mão-de-obra, e a necessidade da produção fez com os primeiros colonos passassem a ter muitos filhos. Contribuíam desde a ausência de métodos contraceptivos eficazes – e que não prejudicassem a saúde – ao ímpeto dos dogmas da Igreja Católica, que proibia o controle da natalidade.

¹¹ A disposição dos lotes comprados pelos imigrantes, na região de colonização italiana, é, geral em linhas. Woortmann usa o nome de picada para as pequenas comunidades de origem alemã.

¹² Em muitas comunidades rurais, o primeiro estabelecimento que surgiu foi a bodega, ou bar, armazém.

¹³ Muitos dos imigrantes não tinham acesso à terra, como também dificuldades de obter alimentos em seus países. Podemos afirmar que eram sem-terra, e migravam na busca da sua propriedade.

Para entender melhor a história local, temos que voltar no tempo, à Europa, no final do século XIX, para entender como viviam italianos, bem como seu processo de instalação em terras gaúchas, por meio dos loteamentos efetuados pelo Estado e/ou pelas empresas particulares, o papel das Leis de Terras na divisão de terras no Brasil, a compra e a venda dos lotes rurais. Os imigrantes carregam na bagagem sua língua, sua religião, suas tradições culturais, seus hábitos, que se mesclam aos dos locais, que, por sua vez, irão resultar em algo novo, diferente. Alguns desses detalhes históricos e culturais estão neste capítulo.

1.1 AS RAZÕES DOS ITALIANOS PARA SAIR DA ITÁLIA

O processo de industrialização iniciado na metade do século XVII, na Inglaterra, alastra-se pela Europa. Além das vantagens de acelerar o processo de fabricação dos produtos industrializados, a Revolução Industrial¹⁴ proporcionou em alguns setores graves problemas, como liberar grande volume de mão-de-obra. Assim, a grande densidade demográfica existente em alguns países europeus e a industrialização ocasionou grandes problemas, os quais deveriam ser solucionados. O sul do Brasil, por ser fronteiro (com Argentina e Uruguai), passa a ter a necessidade de ser povoado e complementar a produção agrícola, que era até então de monocultura, esse fato possibilitaria um controle mais eficiente da região. Assim, o Brasil passa a oportunizar aos europeus terras ao sul, mais especificamente áreas despovoadas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A partir de 1824, chegam os primeiros imigrantes europeus, vindos com o objetivo e auxílio do Estado, para povoar terras florestadas.

O rápido processo de industrialização do norte da Itália; a prática policultura de subsistência; a baixa produtividade, que provocou a inundação do país de produtos mais baratos; a abertura do mercado mundial; as doenças que assolavam a Europa; os impostos elevados que confiscavam terras; tudo isso proporcionou aos camponeses enormes dificuldades, e a alternativa era procurar outras terras. A América alimentava o sonho de terras e uma vida com menos dificuldades e mais farta.

Os portugueses e espanhóis haviam colonizado a região da campanha do Rio grande do Sul e introduzido a pecuária, restando, para os imigrantes, as áreas com mata. Os alemães, os primeiros a chegar, instalaram-se próximos a Porto Alegre (a exemplo de São Leopoldo) e

¹⁴ O sistema feudalista absorvia grande contingente de mão-de-obra. Com a queda desse sistema de trabalho rural, muita mão-de-obra passa ser liberada, e o processo de industrialização foi incapaz de absorver. Assim, surge a necessidade de novas terras, e a América era a solução.

próximos ao Rio Jacuí, em terras planas (a exemplo de Santa Cruz do Sul), com condições que permitiam o seu crescimento.

Em 1824, os alemães instalaram-se na Colônia de São Leopoldo, nas proximidades de Porto Alegre, no sopé da serra gaúcha. As condições do contrato eram ótimas, porque os imigrantes recebiam gratuitamente a passagem, 77 hectares de terra, ferramentas, sementes, subsídios, etc. (MAESTRI, 2000: 16)

A colônia de São Leopoldo prosperou, pois seus produtos podiam ser escoados com facilidade, primeiro por via fluvial (pelo rio dos Sinos), chegando com facilidade ao grande centro urbano, Porto Alegre, depois por via férrea. Com o passar do tempo, as indústrias dessa região firmaram-se no mercado e foram ganhando grandes proporções, e estão presentes até hoje. Além da proximidade, e as condições com que esses primeiros imigrantes se instalaram, o trabalho e a integração de seus produtos ao mercado de consumo da capital possibilitou sua ascensão.

Esse é o exemplo claro de uma região que, por diversos fatores, prosperou, mas nem todos os locais de colonização alemã ou italiana tiveram a mesma sorte. Há o exemplo de uma colônia alemã relatada por Maestri.

Os tristes fracassos de Torres e de Três Forquilhas desmentem as explicações do sucesso colonial como devido ao fator étnico. Os mesmos alemães que construíram, com sucesso, seus futuros, em São Leopoldo e Novo Hamburgo vegetaram miseravelmente, como caboclos, no nordeste gaúcho. (...) A interpretação étnica impede a compreensão das razões, objetivas e subjetivas, do fracasso de milhares de imigrantes nas Américas. Apenas em 1909, 2.295 imigrantes foram repatriados, sobretudo das fazendas paulistas, como indigentes. Não foram poucos os colonos que fracassaram, por diversas razões, no Sul. (MAESTRI, 2000: 17)

O isolamento dessas colônias, o despreparo em enfrentar um clima, um solo e um mercado de consumo muito diferenciado da Alemanha dificultou tal integração entre esses imigrantes da nova terra.

Quando os imigrantes italianos chegaram, a partir de 1875, não tiveram muitas opções, foram instalados na “Serra Gaúcha”, que apresenta um relevo muito acidentado. Além de passarem a viver em terrenos mais acidentados que os imigrantes alemães, outras diferenças podem ser citadas: a distância aos centros maiores aumentou; a diminuição do tamanho dos lotes, as condições diferenciadas com que os imigrantes passaram a entrar no Brasil. Segundo Medeiros, os "(...) lotes rurais que os imigrantes receberam sofreram alterações de dimensões com o decorrer do tempo, pois iniciaram com 77 hectares – cada um – até 1851, e até 1889

passaram a medir 48,4 hectares, cada. A partir de 1889, passaram a ter 25 hectares de área (1 colônia de terra)”. (MEDEIROS, 1988: 28) A grande diminuição das propriedades agrícolas trouxe conseqüências que se estendem até hoje.

1.2. LEIS DE TERRAS

O Brasil tornou-se independente em 1822, e até 1850 as terras eram públicas. Assim, de 1824, ano de ingresso dos primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul, até a década de 1850, o processo de colonização foi marcado pela distribuição das terras.

De 1840 a 1850, foram fundadas vinte colônias, das quais 33% imperiais e 67% particulares. Na década de 50, surge uma lei que passa a modificar o processo de colonização no Brasil, a Lei Geral 601 (Lei de Terras). Essa nova lei, por sua vez, estabeleceu outras condições para a aquisição das terras no Brasil.

Em 18 de setembro de 1854, entra em vigor a determinação de que a concessão de terras públicas se desse apenas por venda. Dessa forma, objetiva-se a apropriação privada de terras públicas, a doação de propriedade, o fim da distribuição de terras e a possibilidade de o país ter suas terras distribuídas de forma mais igualitária. Além de modificar o processo de colonização do Brasil, essa lei possibilitou o reconhecimento da posse da terra, e conseqüentemente a sua transformação em mercadoria, facilitando o desenvolvimento de colônias particulares. É sobretudo a partir do ano de 1850 que as

Empresas colonizadoras privadas, apoiadas ou subsidiadas pelo governo imperial, adquiriram terras de antigas fazendas, em regiões desabitadas, nos limites das colônias imperiais ou próximas aos núcleos urbanos. No norte do Rio Grande do Sul, latifundiários que se haviam apropriado, nos anos de 1860, de terras florestais pertencentes às comunidades nativas caboclas venderam-nas, nos anos de 1890, a companhias colonizadoras para que fossem loteadas. (MAESTRI, 2000: 20)

Assim, a maior parte das terras adquiridas por colonizadores italianos e seus descendentes foram terras anexadas e vendidas por empresas de colonização particulares. Embora essas empresas recebessem subsídios do Estado, vendiam seus lotes nas mesmas condições que as empresas particulares, mas com preços mais elevados. Os dados da tabela abaixo demonstram a elevada participação das empresas particulares no estabelecimento de novas colônias.

Tabela 1

Colônias organizadas no Rio Grande do Sul (1824 - 1920)

| Tipo de colônia | Número | % |
|-----------------|--------|--------|
| União | 23 | 12,25 |
| Estado | 15 | 8,02 |
| Particular | 187 | 79,73 |
| Total | 225 | 100,00 |

Fonte: Giron (1990: 494) cita o Boletim do Rio Grande do Sul, Ano 19, n 17, Jan. a Dez. 1974, p. 20-23.

A Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, em levantamento realizado sobre o processo de colonização do Estado desde o século XIX, concluiu que as companhias particulares de colonização foram as responsáveis pela estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, separando o Estado em linhas e travessões que mais tarde possibilitariam o nascimento de grande parte das cidades da região de colonização. Dessa forma,

De 1890 a 1910, houve uma proliferação de novas colônias, tanto de cunho oficial quanto de iniciativa privada. O desenvolvimento das novas colônias, de certa maneira, diferia em muitos aspectos do que ocorreu no processo de colonização efetivado anteriormente, nas colônias velhas. Isso decorreu, principalmente, devido ao conhecimento que estes novos colonizadores possuíam das dificuldades que iriam enfrentar e da melhor forma de enfrentá-las. (TAMBARA, 1980: 79)

A nova Lei de Terras de 1850 possibilitou a viabilidade de muitas pessoas instalarem-se em terras devolutas, e após certo tempo reivindicá-las junto ao governo. Mas como isso ocorria? Efetuando a posse de terras antes despovoadas, ali introduzindo algum modo de produção, como também obtendo provas (ou forjando as mesmas) de que de fato habitavam ou produziam alguns produtos, poderiam assim tornar-se donos da terra. Além de fazendeiros que almejavam produzir nas terras novas que passaram a usufruir, empresas de colonização passaram também a abocanhar terras, para depois transformá-las em lotes e linhas (ou travessões). Desse modo, teve início um rápido processo de divisão de terras.

1.3. EMPRESAS DE COLONIZAÇÃO

Apresentou grande importância no processo de colonização da área de estudo a Empresa de Colonização Baptista, Fialho & Cia, que, em 1854,

Instalou-se na colônia dos Conventos, hoje cidade de Lajeado. Um dos sócios, que também era seu gerente, em 1867, subindo o rio Taquari, fez medições de terras mais ao norte, em áreas que seriam da futura colônia Guaporé. A fazenda dos Pinheiros, no atual Município de Dois Lajedos, conhecida hoje como Fazenda Fialho, teve origem ali, em 1870, quando Antônio Fialho requereu a legitimação da posse de terras. (KARAN, 1992: 78)

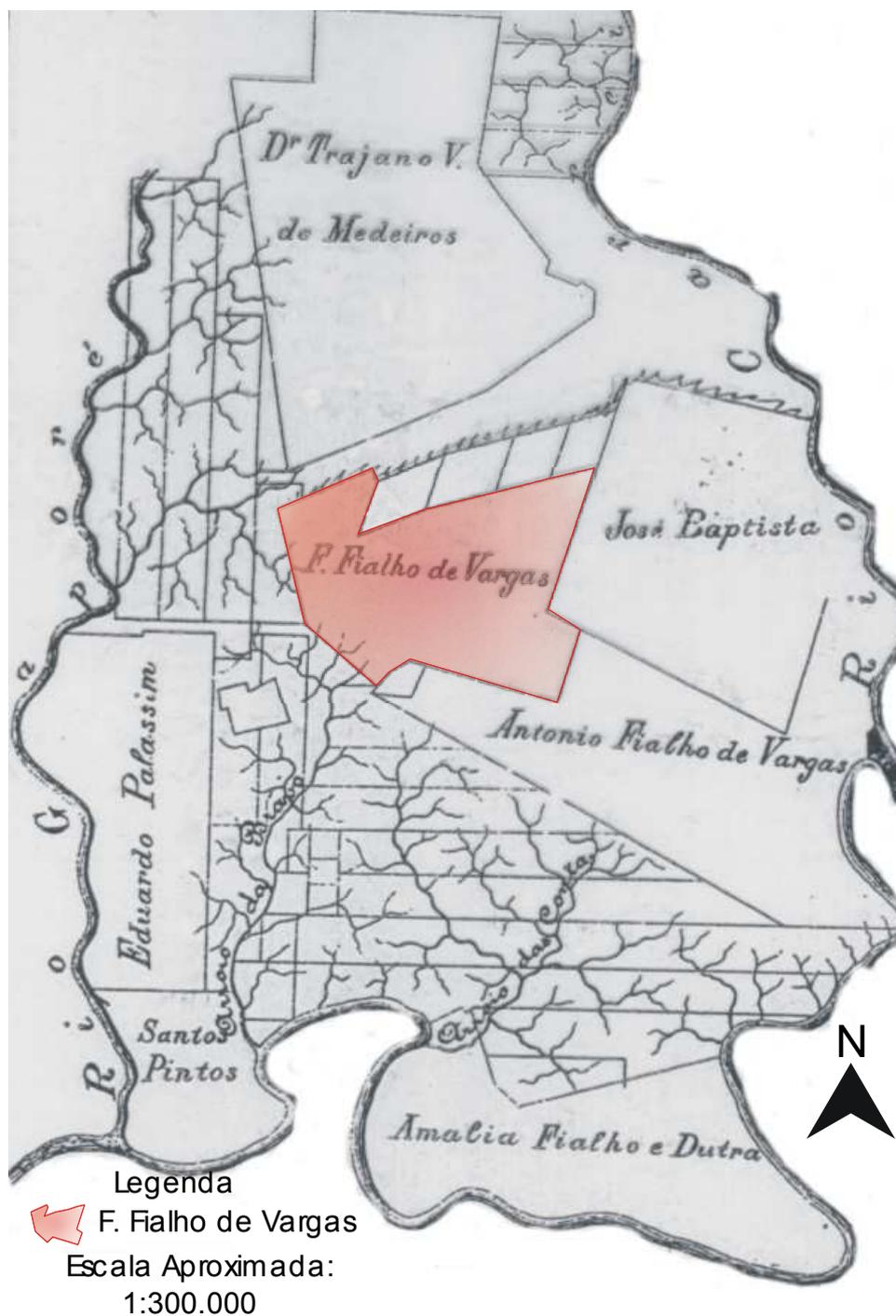
Percebe-se o tratamento da terra como mercadoria destinada aos imigrantes, aos descendentes destes.

Tendo procedido ao exame das terras anteriormente concedidas a D. Maria Rita de Andrade Fialho e Antônio Fialho de Vargas, reconheci que, devido à boa qualidade e situação, prestam-se a diversas culturas, devendo ser utilizadas para estabelecimento de imigrantes (...) Parte destas terras acha-se situada na margem direita do rio Taquari, devendo ser de dez léguas a uma distância da vila de Estrela, sendo péssimos os caminhos que lhes dão acesso – existem em maior parte em simples e perigosas picadas abertas no interior da mata (...) (AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Março 42 – Lata 290) (...) Ainda a respeito da formação das comunidades, cumpre observar que os núcleos iniciais são de 1874/1886). (1992: 80)

As diversas áreas ocupadas no município de São Valentim do Sul e mais tarde divididas pela Empresa de Colonização Baptista, Fialho & Cia. podem ser vistas na figura 2.

Figura 2

Algumas áreas da Empresa de Colonização Baptista, Fialho & Cia.



Fonte: Relatório da Secretaria de Obras. Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1903.

Estamos falando do final do século XIX, numa região de colonização italiana. Mas como podemos entender a rápida colonização da região, se tínhamos um número limitado de

imigrantes que chegava ao Estado há apenas uma década? A migração interna de uma colônia para outra se torna presente desde o início do processo de colonização, por duas razões fundamentais: número elevado de membros nas famílias dos colonos e as áreas reduzidas que essas famílias podiam comprar.

A questão do número de filhos por família é fundamental para que se possa entender como, em pouco mais de 20 anos, ou seja, enquanto o processo de povoamento ainda se realizava, já começava de forma concomitante a faltar terra para as famílias já assentadas. (COSTA, 1974, 1986: 275)

Assim, as

Diminutas porções de terra distribuídas aos imigrantes, a densidade populacional (o índice médio das famílias italianas chegava, até há pouco, facilmente, a dez membros), a agricultura praticada segundo métodos tradicionais, causaram, desde o início, a busca de novas terras por parte dos filhos de italianos. A primeira região a ser procurada, fugindo aos critérios da precedente divisão de terras, foi Encantado. Já por volta de 1880, há um fluxo de imigrantes que se desloca das Colônias Dona Isabel* e Conde D'Eu* em demanda de novas terras. De Encantado, os imigrantes ou seus descendentes iniciam a caminhada em direção norte nas terras além do rio Taquari, entre os rios Guaporé e Forqueta, até encontrar terras ocupadas por fazendeiros. (FROSI; MIORANZA, 1975: 50)

É importante observar que o processo de ocupação do espaço seguiu as características impostas pela natureza, ou seja, os obstáculos naturais estabeleciam as áreas de propagação. Assim, os rios e o relevo acidentado representaram o fio condutor do processo de ocupação humana sobre o nordeste do Rio Grande do Sul. Frosi & Mioranza especificam inclusive o rumo seguido pelo migrante diante de tais obstáculos.

No que diz respeito à Colônia de Encantado e parte da Colônia Guaporé, a ocupação de terras assume outro aspecto: a migração interna espontânea é responsável pela formação da Colônia Encantado e pelo povoamento de lotes coloniais de Guaporé. (...) É interessante observar que o único critério, sempre seguido de modo formal e sistemático, foi o de ocupar as terras em direção norte, à medida que novas levas de imigrantes iam chegando. Esta ocupação geográfica deu-se na seguinte ordem: a) terras aquém do rio das Antas; b) terras além do rio das Antas; c) baixa área entre os rios Carreiro e Guaporé, a oeste das Colônias Dona Isabel e Alfredo Chaves. (1975: 48)

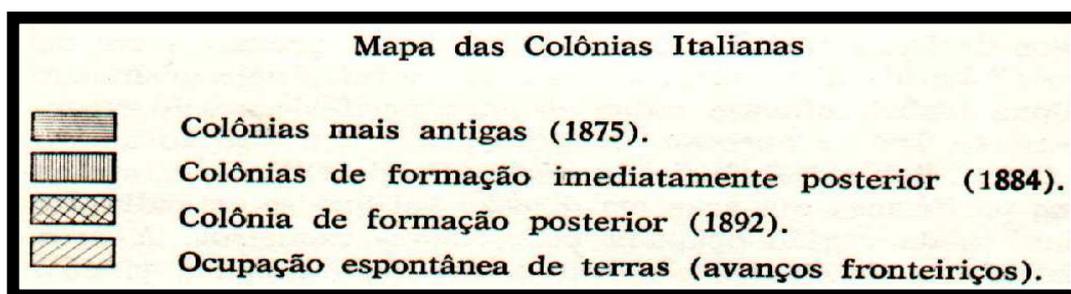
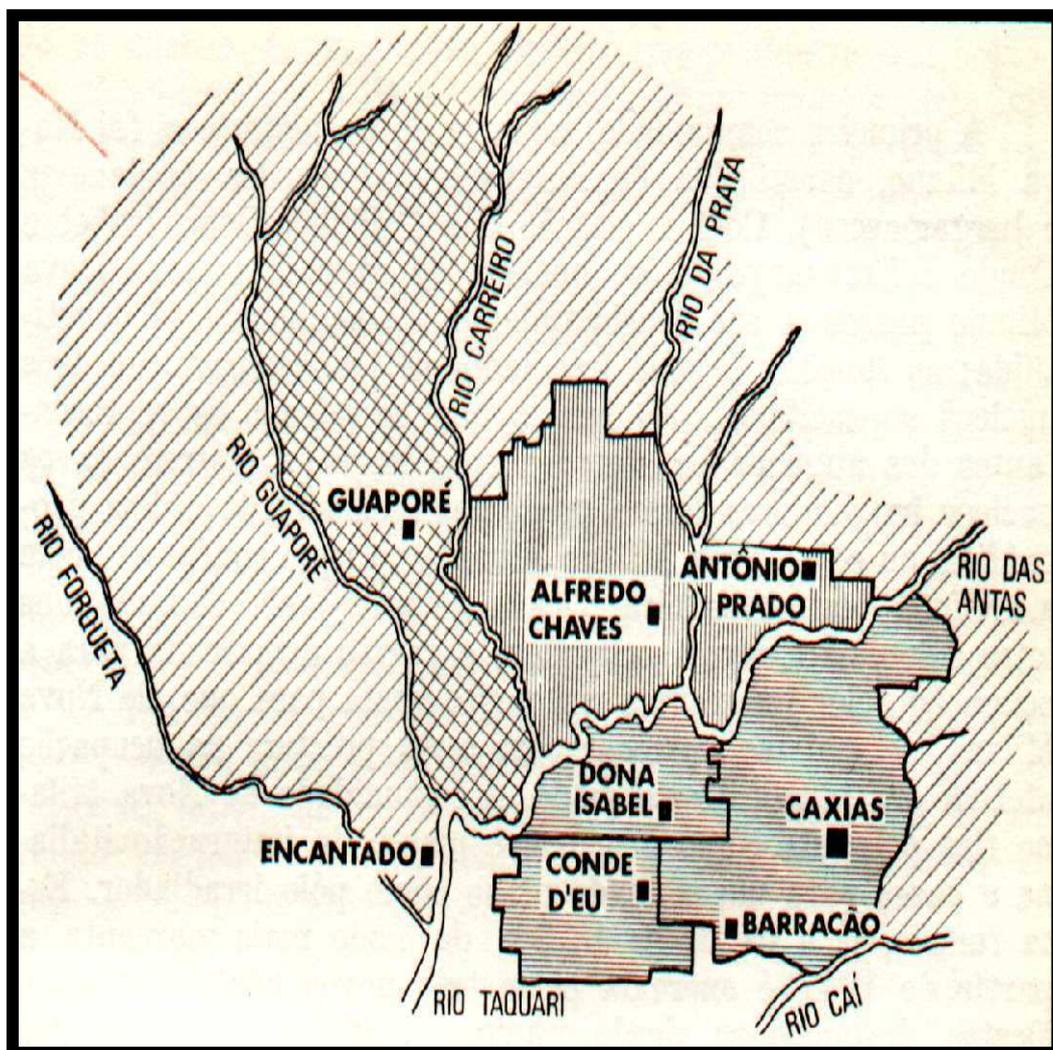
* Hoje essas colônias são respectivamente as cidades de Caxias do Sul e Bento Gonçalves.

Percebe-se assim as dificuldades em ultrapassar um acidente geográfico, numa época de poucos recursos, a tal ponto que a ocupação seguia a natureza. As etapas no processo de ocupação e colonização do espaço fizeram-se presentes com muita intensidade. A partir disso, Frosi & Mioranza propõem a distinção de cinco fases no estabelecimento dos imigrantes e seus descendentes, resultando este esquema distributivo.

- 1) imigração da Itália para o nordeste do Rio Grande do Sul – Colônias de Nova Milano, Caxias, Dona Isabel, Conde D’Eu (1875 – 1884);
- 2) imigração da Itália para o nordeste do Rio Grande do Sul – Colônias de Antônio Prado e Alfredo Chaves (1884 – 1894);
- 3) imigração da Itália para o nordeste do RS e migração interna para a Colônia de Guaporé, criada em 1892 (1898 - 1900);
- 4) migrações internas na Região de Colonização Italiana, em geral, e expansionismo espontâneo (1880 - 1920);
- 5) migrações internas para o Alto Uruguai e para outros Estados da Federação, especialmente Santa Catarina e Paraná (1910n em diante)”.(1975: 52) Isso também pode ser verificado na figura 3, que demonstra as épocas de colonização, a partir de fatores geográficos, ultrapassando os obstáculos naturais, os rios.

Os italianos migraram para o Brasil, passando a se organizar nos espaços que obtinham. Mas como o tempo é curto, logo eles têm que se reorganizar, assim continuam gerando locais povoados por imigrantes e seus descendentes, gerando uma migração espontânea e necessária. Segundo citação de Neves da obra de Singer “as migrações constituem simplesmente um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta ao rearranjo das atividades econômicas.” (1998: 120)

Figura 3
Colonização italiana no Rio Grande do Sul



Fonte: (Frosi & Mioranza, 1975: 45)

1.4 A COLÔNIA DE GUAPORÉ

No mapa (figura 3) há diversas colônias que, em sua grande maioria, tornaram-se, mais recentemente, diversos municípios. “(...) núcleo de Guaporé desenvolveu-se rapidamente – pelo grande fluxo de descendentes de italianos provindos de Caxias, Dona Isabel, Alfredo Chaves e Antônio Prado –, os aglomerados de Muçum, Vespasiano Côrrea, Serafina Côrrea, Dois Lajeados, Vila Oeste, Montauri, Pulador, Evangelista, Casca, São Domingos, Vila Vanini, Santo Antônio Palma, Vila Maria, Marau, Ciriaco e Davi Canabarro prosperaram”. (FROSI; MIORANZA, 1975: 48) A partir de 1975, muitas emancipações passam a ocorrer, entre elas São Valentim do Sul, em 1992, onde está circunscrito o objeto deste trabalho.

O povoamento de São Valentim do Sul começou a ser formado a partir da década de 1920. Os primeiros moradores da região foram colonizadores de origem portuguesa, Zeferino Ribeiro e Joaquim Fialho instalaram-se nas cercanias do povoado de Santa Bárbara, por volta de 1850, que hoje é distrito de São Valentim do Sul. A colonização alemã ou italiana não se fez de maneira uniforme sobre o território. Em determinados locais houve uma divisão de terras muito tardia, como é o caso da Fazenda Fialho, porque alguns donos das empresas de colonização escolhiam essas áreas para instalação de suas fazendas, que geralmente dedicavam-se à criação de gado, à extração de madeira e de erva-mate. A madeira e a erva-mate abundantes na região forneciam aos empresários (vendedores das terras) renda extra. Quando o colono chegava à tão sonhada área de povoamento, tinha que desmatar para poder introduzir a prática agrícola, assim vendia parte da madeira que estava sobre a sua terra para as madeireiras. Os donos das empresas de colonização além de obterem lucro na compra e venda de terras (em alguns casos, apenas incorporadas e vendidas), obtinham lucro com a venda da madeira e com a criação de gado.

Além do corte da mata, que também era uma fonte de renda, o trabalho também se fazia presente na abertura das vias de transporte que eram tanto em terras compradas da união, Estado ou particular. Para entendermos o processo de aquisição das terras, é importante conhecermos as diversas formas de pagamento.

Na continuação dos trabalhos, coube ao novo titular a tarefa de distribuir aos novos moradores que vinham ocupar a grande área demarcada sob a orientação do seu antecessor. Nem para os membros e funcionários da Comissão Técnica, nem para os imigrantes, isso foi tarefa fácil. Os próprios colonos participaram da abertura de estradas vicinais, que os pudessem conduzir até os lotes com que foram

contemplados. Metade dos valores que recebiam como pagamento, por esses trabalhos, se destinavam à amortização da dívida contraída com o governo, pela aquisição da terra, vendida a prazo, que variava entre cinco, dez ou quinze anos. Houve colonos que compraram um lote; a maioria comprou um; houve os que compraram mais de um; e os que optaram por apenas meio lote. Alguns efetuaram o pagamento à vista. (KARAN, 1992, p. 83)

Mesmo dentro do município de São Valentim do Sul, a colonização ocorreu em épocas diferentes, como explica o texto de Frosi, ao falar das áreas interiores às fazendas, que foram de colonização tardia.

Em não poucos casos, na periferia da Região Colonial italiana e em certas fazendas interiores (terras pertencentes a fazendeiros e situadas no interior da Região da Colonização Italiana – entre outras, cita-se, a título de exemplo, a Fazenda Fialho (Guaporé), Paiol Grande (Nova Bassano)) não havia inicialmente, o loteamento de terras. (FROSI; MIORANZA, 1975: 56).

Entretanto, com o avanço progressivo dos imigrantes ou de seus descendentes, as terras foram loteadas. Seguindo a divisão usual, dividiu-se a Fazenda Fialho em linhas e travessões, mas cabe ser colocado que os motivos que levaram esses fazendeiros a se desfazerem de suas terras não parecem ter seguido os critérios convencionais. Os Fialho, por meio da empresa de colonização fundada em 1854, haviam obtido a demarcação de terras, como já foi mencionado. Foi uma grande área de terra, que hoje são de vários municípios, como Muçum, Vespasiano Côrrea, Dois Lajeados e São Valentim do Sul. Havia obtido riqueza e prosperidade, com as terras, com madeiras e ervateiras.

1.4.1. Nasce a Linha Fazenda Fialho

A história local está sendo preservada pelos moradores mais antigos. Abaixo temos trechos de relatos que comprovam a riqueza das modificações que ocorreram no território de estudo e estão evidentes nas falas que recuperam fatos históricos, apresentados nas entrevistas, mostrando, além da história passada, movimento semelhante ao que ocorreu em outras regiões do Rio Grande do Sul. Neste sentido, este estudo, embora circunscrito a um lugar, poderá sugerir semelhanças com inúmeros outros lugares. A partir das entrevistas, buscamos reconstruir a história da Capela Menino Deus ou Distrito da Fazenda Fialho.

Na década de 30, a família Fialho, colonizadora da região, passa a se desfazer de suas fazendas de uso particular. Os filhos dos proprietários perdem apostas altas em corridas de cavalos e, com a perda do capital, passam a se desfazer de seus bens. Houve a época em que as dívidas com o Banco Pelotense e o Banco do Estado eram tão elevadas que o próprio banco Pelotense passou a fazer a propaganda para a venda da propriedade. O negócio foi realizado diretamente com o banco, e este foi o caso do senhor Vian, que tinha dinheiro no banco – 22 contos –, metade dos quais para saldar dívidas dos Fialho com o banco. Segundo o senhor Vian, a venda das propriedades, nessa época, era de no mínimo uma colônia (25 hectares) de terra, embora muitos compradores efetuassem a compra de uma colônia para duas famílias. Assim, os Fialho dividiram a então Fazenda Fialho em linhas e travessões, e dela passaram a surgir duas linhas, a linha Tenente Fialho e a linha Fazenda Fialho. Além das palavras do senhor Vian, pudemos comprovar que a divisão da Fazenda Fialho é posterior a 1926, pois conseguimos, junto à documentação da emancipação do município de São Valentim do Sul, um mapa que mostra a divisão do lotes e travessões deste município. A figura 4 (página 25) não apresenta a divisão da área pertencente à família Fialho, por essa ser posterior a 1926.

Fazenda Fialho a partir da década de 1930 passa a receber descendentes de imigrantes italianos. O morador mais idoso, o senhor Vian, da comunidade chega, em 1938, com sua esposa e seu irmão, para morar na região que pertencia a uma família Fialho que havia sido proprietária de terras. Hoje essa área se compõe de diversos municípios da região, entre eles São Valentim do Sul, Dois Lajeados, Vespasiano Córrea, Guaporé e Muçum. Parte da propriedade do senhor Vian também era invernada, ou seja, já existia ali criação de gado, então era uma área que não apresentava mata.

O ano de 1938 é uma data muito recente, se compararmos à colonização de Guaporé, que data de 1892, mas é nesse ano que a Fazenda Fialho passa a ser dividida e vendida por meio de lotes ou colônias aos descendentes de imigrantes italianos. É principalmente por esse motivo que detalhamos a história regional, como também as empresas de colonização, já que é devido a esse fato que hoje o Distrito de Fazenda Fialho existe. Onde hoje temos a igreja e algumas casas de comércio, situava-se a sede da antiga Fazenda Fialho. Também advém deste fato a existência de pequenas propriedades.

Os colonos dedicavam-se às atividades de extração de madeira, com a finalidade de obter renda e pela necessidade de afastar os animais que os atormentavam e causavam medo.

Nas áreas desmatadas, plantavam milho, as plantações eram rudimentares, e considerava-se que as famílias que conseguissem produzir, numa colônia de terra, 200 sacos de milho, tinham elevada produtividade. Hoje, com a mecanização da agricultura, a aplicação de insumos, a qualidade das sementes, esta produção representa um valor aquém daquele que uma propriedade desse porte pode atingir.

O milho era escoado para Porto Alegre no lombo de mulas. As tropas, geralmente, tinham 20 animais e cada um transportava dois sacos, e demoravam dias para chegar a Porto Alegre. Depois, surgiram os caminhões e o transporte tornou-se mais rápido. Os membros das comunidades, munidos de enxadas e picaretas, abriam estradas a mão. Este era um trabalho oneroso, feito pelos colonos, em alguns casos como forma de pagar as terras, e que passa a reduzindo a distância e o tempo de transporte de um lugar para outro. A madeira retirada ia para as serrarias mais próximas, também era transportada pelo rio Carreiro. Não era apenas a renda de madeira que beneficiava os pequenos colonos, a derrubada fazia-se necessária, pois eliminava ou afastava animais que causavam danos e medo, como o guaxinim, raposa, entre outros animais (de acordo com o relato de senhor Vian).

Segundo diversas obras sobre a colonização italiana, geralmente as colônias de origem italiana abriam antes igrejas e depois as escolas. O caso da comunidade da Fazenda Fialho é diferente, em 1945 abriram a primeira escola, com 25 metros quadrados e, em 1947, começaram a construção da igreja. Embora a comunidade já apresentasse 13 famílias, o número de alunos não era suficiente para o funcionamento da escola. Então, algumas crianças de outras comunidades assistiam aula nela.

A idéia de construção da igreja e da escola nasceu no bar do Bregolin, local de encontro nos domingos à tarde para rezar terço e decidir questões relativas aos membros da comunidade. As famílias reuniam-se para decidir quem poderia contribuir com dinheiro e/ou com trabalho para a construção feita a mão, pois não tinham praticamente nada. Ainda conforme os relatos do senhor Vian, a escola foi escolhida para ser construída antes, pela necessidade que as crianças tinham de freqüentá-la, como também por despender menos recursos do que a igreja, que tinha que ser maior para abrigar a toda a comunidade.

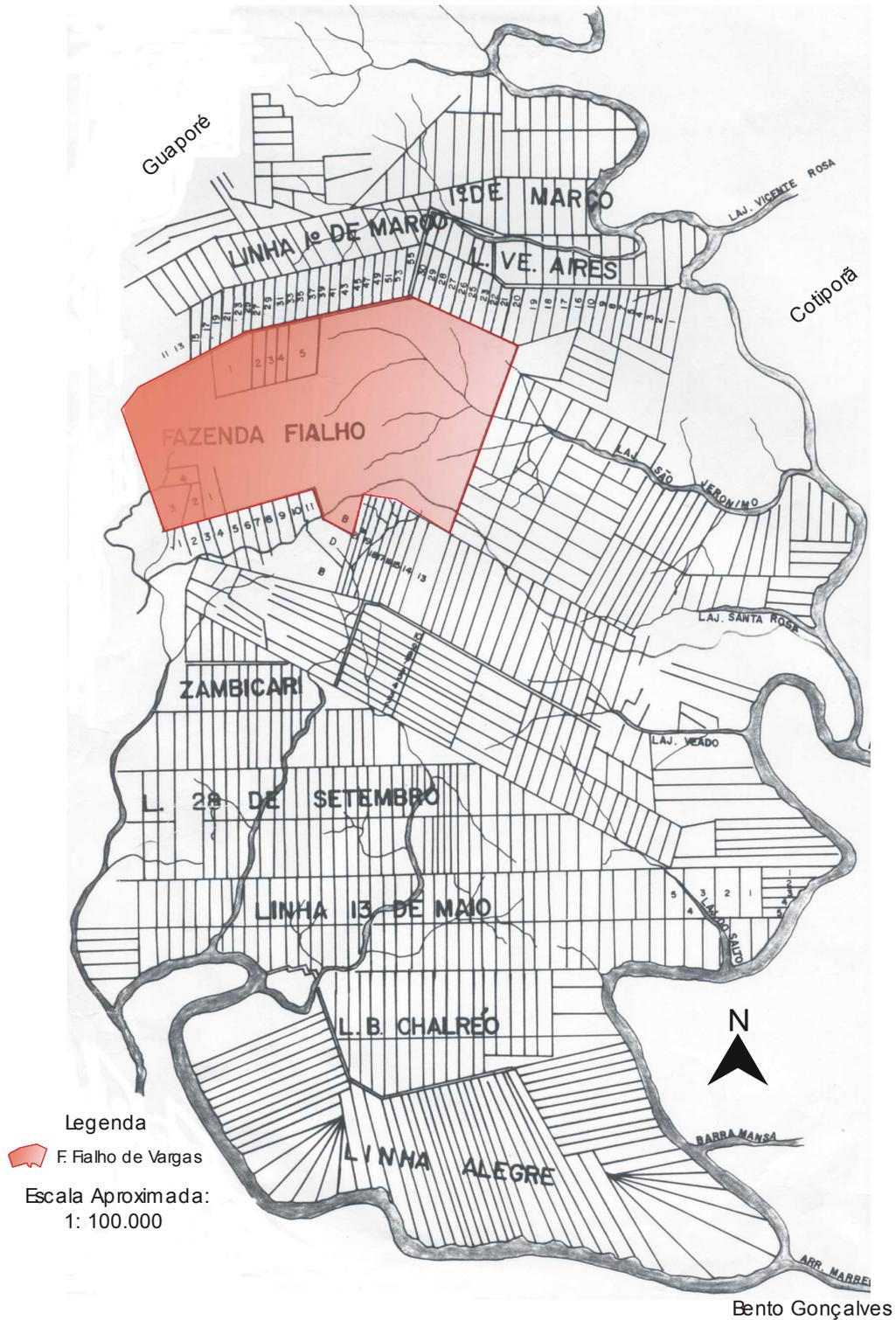
A partir de 1949, houve um grande crescimento local. As estradas melhoraram de condições, e o local passou a ter ônibus que possibilitava o acesso aos municípios da região, e a Passo Fundo e a Porto Alegre.

Karan apresenta depoimento que revela tanto o tratamento diferenciado dado aos animais, quanto o fato da colonização recente da Fazenda Fialho: “Existia vaca, boi solto na invernada. Meu pai tinha o gado dele solto e eu já era grande. Na Fazenda Fialho, davam sal

para o gado”. (1992: 173) Esse relato é de um morador idoso de uma comunidade próxima, isso demonstra a recente colonização da área de estudo. Podemos também salientar que nem toda a propriedade dos Fialho foi vendida, há uma propriedade da família Fialho pertencente aos descendentes. A área está junto a terras da comunidade, é uma pequena fazenda, que inclusive é chamada de “Fazendinha” pela comunidade. É um local de descanso da família, onde há criação de cavalos.

Na figura 4, que data de 1926, observamos o município de São Valentim do Sul e sua divisão em linhas e travessões. As linhas e travessões justamente não aparecem na Fazenda Fialho, pois sua divisão é posterior, data de final da década de 30. A área da Fazenda Fialho que aparece no nesta figura, foi dividida em duas comunidades, hoje dela temos a comunidade de Tenente Fialho e o distrito da Fazenda Fialho, estudado neste trabalho.

Figura 4
Município de São Valentim do Sul.

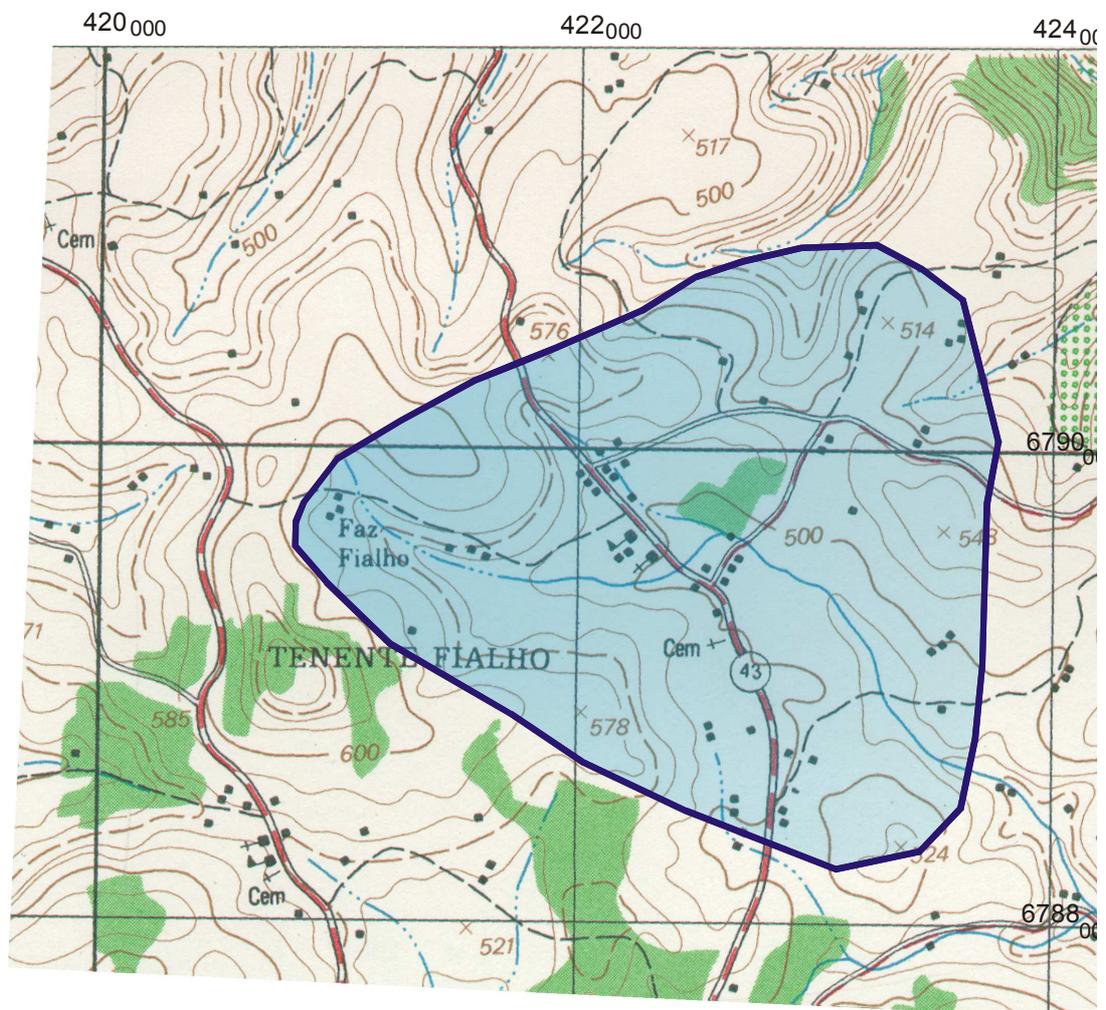


Fonte: Arquivos da prefeitura de São Valentim do Sul.

O mapa 1 mostra área aproximada do distrito de Fazenda Fialho, não há mapas específicos da área de estudo e para a construção do mesmo seria necessário fazer estudo das escrituras das propriedades para conhecermos o limites, isso levaria muito tempo, e necessariamente não iria acrescentar muito ao trabalho.

MAPA 1

Localização da Fazenda Fialho, área aproximada.



Legenda

 Área aproximada da sede do Distrito de Fazenda Fialho

Escala aproximada:
1: 25.000

1.5 ASPECTOS IMPORTANTES NA FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS

A construção histórica do processo de colonização do espaço local e do regional é constituída de diversos aspectos que permeiam a vida social do colono e suas vivências no lugar em que vivem. A formação das colônias e a sua organização espacial são compostas de valores religiosos, educacionais, de hierarquia dentro da comunidade e da família. Neste sentido, compreender o processo de colonização requer também a percepção da influência de fatores externos, como: a evolução do comércio e do transporte, e de sua fonte de sobrevivência, a agricultura.

1.5.1. Religião

A religiosidade teve um forte papel na construção da identidade do imigrante. Os italianos imigrantes eram, em sua maioria absoluta, católicos (praticantes, o que os diferenciava dos alemães, e os aproximava dos luso-brasileiros). Além disso, falavam uma língua latina e viviam costumes e tradições mais próximas aos portugueses do que aos alemães. (NEVES, 1998:50)

As capelas não seguiam as construções e a organização existente na Itália. Os imigrantes construíam suas igrejas em madeira, provisórias, e quando houvesse mais condições elas seriam refeitas com tijolos. Geralmente o número de famílias envolvidas era pequeno e os imigrantes apresentavam diversos ofícios, como os de: carpinteiro, pedreiro, ferreiro, marceneiro, e artesão, realizando trabalhos com madeira, pedra, palha, etc. Esses ofícios permitiram o desenvolvimento e o crescimento de um grande complexo de profissões, que se tornavam necessárias na construção de uma comunidade, como também na construção de prédios públicos, como igreja e escola, também de uma sociedade que buscava continuamente melhorias nas condições de vida e de trabalho.

Entretanto a capela local onde era construída uma pequena igreja não estava apenas marcada pelo sagrado. Ao contrário, os aspectos econômicos e sociais envolvidos faziam com que a “construção de uma capela, em qualquer linha, constituía motivo de desentendimento entre os colonos, pois todos a queriam o mais próximo possível da sua propriedade, já que a presença de capela significava ponto de partida para desenvolvimento de um futuro povoado. Constituía também lugar de encontro dos moradores da linha aos domingos, tanto para rezar o terço como para a prática de lazer e intercâmbio social”. (Relatório da EMATER, São

Valentim do Sul, de 1996: 3, material mimeografado). Frosi & Mioranza também reafirmam a função da capela mostrando que

O grande número de capelas não respondia somente ao espírito religiosos dos imigrantes, mas dava uma resposta aos anseios de comunicação social mais intensos e à esperança de formar um centro urbano ou econômico de importância. Tanto mais é verdade isso que, iniciado o povoamento, a assistência religiosa era quase inexistente por falta de clero (...) como centro sócio-religioso-cultural a capela foi célula-máter de união que levou o imigrante a fixar-se na colônia. (1975: 74).

Não há relato de desentendimentos por ocasião da escolha dos santos, que são os motivos das festas locais, mas sabe-se que a localização geográfica das igrejas seguiu alguns princípios: um lugar alto; proximidade ao local de comércio; vias de transporte; e a doação de terras por parte de algum colono. Esses princípios foram seguidos nas “(...) pequenas comunidades coloniais, geralmente surgidas em torno de uma capela, casa comercial, escola ou entroncamento de Linhas ou Travessões (entroncamento rodoviário) e que, ainda hoje, muitas são caracterizadas como comunidades rurais”. (FROSI; MIORANZA, 1975: 60) Geralmente a igreja e o salão de festas estão próximos ao comércio, sendo assim o comércio estava num local com maior movimento, facilitando o mesmo. Na época, o comerciante efetuava a compra e venda local, mas tinha a necessidade de sair da pequena sede. Em princípio, o transporte dos gêneros era efetuado em mulas ou por carreteiros. As dificuldades na locomoção estavam constantemente presentes, pelas vias de acesso, que apresentavam péssimas condições, e em sua grande maioria eram feitas a mão pelos carreteiros e pelos colonos. Só recentemente as máquinas e os caminhões passaram a fazer parte do comércio. Ainda hoje muitas comunidades rurais têm como característica principal no núcleo a capela, a escola, a casa comercial, centrada na estrutura espacial básica que se mantém na linha.

A capela, local de encontro semanal para orações, perdeu em parte seu valor com o decorrer do tempo não possuindo mais expressão relevante como no passado, e assim ‘se não fossem os velhos irem no terço, poderíamos fechar as igrejas, não vai mais ninguém’, conforme fala de um morador local. Entretanto, o espaço continua sendo um ponto de encontro e de pequenos negócios. A bodega, bar localizado próximo à igreja, atrai mais público, embora nos últimos anos também esteja sofrendo um grande abalo.

Os fiéis apresentam um comportamento direcionado à presença do padre. Na igreja, manifestam a valorização deste, que é fator de integração e religiosidade, mas também de conhecimento cultural, de oferta de conselhos, no esclarecimento de muitas das dúvidas

cotidianas. Há outras falas importantes, quanto à importância ou não das capelas, e de observações dos padres que passam pela paróquia. Se o pároco rezar mais missas em uma determinada comunidade do que em outras, há então a demonstração de que a mesma é querida por ele, principalmente pelos integrantes da comunidade. Esse fator é impulsionador e atrativo para a ida à igreja: “somos mais valorizados pelo padre”. Neste sentido, a opinião do padre recebe a conotação de moralidade, e de ordem social. Assim a capela é fator de integração e de lazer necessário e bem visto pela sociedade local, presente até hoje em festas dos padroeiros, como simples local de encontro, para o futebol, a reza, e a descontração nos bares.

1.5.2 Hierarquia Social e Familiar

O nome da família é dado pelo marido. A esposa perdia seu sobrenome, com o casamento. Assim, muitos filhos de imigrantes têm dúvidas sobre a família a que pertenceu a própria avó, que não conheceram pessoalmente (...) Ainda hoje, na região da imigração italiana, as decisões de importância significativa para a família são tomadas a partir do marido. A mulher era responsável pelo lar, pela criação dos filhos e auxiliavam no trabalho da lavoura. O poder administrativo e decisório centrava-se no marido. (COSTA, 1974, 1986: 29)

A propriedade rural exige da família a organização da força de trabalho, que se apresenta num caráter econômico e moral. A chefia das famílias é constantemente de controle patriarcal, figurando o patrão da pequena ou grande propriedade familiar, proporcionando organização familiar do trabalho. É incrível perceber que cada qual dentro da propriedade tem de fazer uma tarefa, e se a mesma não for cumprida, haverá complicações.

Há especificidades bem distintas e de grande importância para entendermos a organização da força de trabalho:

a) são principalmente o pai e os integrantes adultos do sexo masculino que exercem os trabalhos mais pesados, indo à roça e cuidando do cultivo de fumo, da uva – que garante renda anual para as famílias – e do milho – que permite a manutenção da criação do gado de leite, porcos, galinhas, e outros animais de estimação, além de garantir o sustento da família e a produção dos produtos necessários –, e de outros de maior quantidade e importância, como o arroz, o feijão, e diversos gêneros alimentícios advindos do trabalho agrícola;

b) a mulher, os filhos menores, as jovens e os idosos em geral exercem atividades consideradas secundárias, como tratar e cuidar dos animais, cuidar do pomar e da horta, cuidar da organização e limpeza da casa e pátio. “A exploração de mulheres e filhos não foi invenção da economia colonial: Ela nasceu da divisão sexual do trabalho há centenas de milhares de anos e assumiu expressão historicamente determinada na economia colonial.” (MAESTRI, 2000: 78)

As tarefas secundárias, que não oferecem renda elevada e são menos valorizadas no cotidiano da agricultura familiar, muitas vezes promovem o sustento da família. As mulheres cuidam também das unidades familiares, que se constituem, portanto, “em unidades de produção, de consumo e de rendimento, as quais, de acordo com a conjuntura em que vivem, utilizam-se de 'truques adaptativos', ou seja, 'estratégias de sobrevivência' para terem atendidas suas necessidades básicas'.” (NEVES, 1998: 93) Em ocasiões específicas, a safra anual, por motivos diversos, não oferece renda ou uma renda baixa. Assim, também, muitas famílias sustentam-se com a produção e venda de queijo e ovos durante o ano, na entressafra. As culturas sob os cuidados das mulheres têm como meta sustentar, em parte, as necessidades imediatas da casa. A aquisição de bens materiais duráveis, a compra de roupas e utensílios domésticos passam despercebidos no cotidiano rural e ficam sob responsabilidade da renda produtiva dos homens. A produção desses produtos apresenta-se como estratégia de reprodução a ser considerada importante. Quanto maior é a dificuldade da família, mais importante se torna o trabalho da mulher e das crianças, por que na “reciprocidade reside no fato de que, sem a mesma, o equilíbrio e a coesão social não poderiam existir, afirmando que todos os contatos entre homens repousam sobre o esquema de dar e receber o equivalente”. (NEVES, 1998: 93)

Na agricultura familiar, em geral, a maior parte do tempo é gasto com a produção do produto considerado como principal fonte de renda, aquele destinado para a venda. Muitas vezes, o trabalho dentro da propriedade é tão específico, que há um integrante encarregado de cuidar de uma espécie animal, como os suínos, Assim, a garantia de que os animais não passarão fome depende exclusivamente da responsabilidade desse trabalhador. Nas últimas décadas, com a introdução de equipamentos agrícolas mais modernos, houve alteração na compartimentação da produção, como será visto no capítulo 3.

A função da mulher é secundária na geração de renda, como também ao receber herança, no momento que a mesma separa-se da família, por meio do casamento. Antigamente, a “filha era dotada com uma mula, uma vaca leiteira, uma máquina de costura”.

(MAESTRI, 2000: 85). Hoje as condições são outras, em geral os pais têm oferecido uma educação mais prolongada às filhas, o que indica um

Padrão diverso entre homens e mulheres. Para as filhas, não é legada uma parte da terra: quando casam, recebem um dote em dinheiro e objetos que compõem um enxoval, que não tem nenhuma relação proporcional com o valor da parte que, legalmente, lhes corresponderia; também recebem uma soma de dinheiro quando migram para a cidade, ainda solteiras. Em ambos os casos, devem assinar um documento pelo qual abdicam de sua parte da herança. Mesmo quando morre o pai, a filha solteira permanece na casa da família; ela não recebe nenhuma parte da propriedade, permanecendo como membro da família junto com os irmãos. (NEVES, 1998: 31)

Em relação à herança que cabe aos homens, o trabalho masculino também é valorizado. Antigamente o pai ajudava o filho que se casava a comprar uma nova colônia, na região ou fora dela. Se não houvesse recursos, o filho procurava emprego nos núcleos urbanos. Hoje, a ajuda aos filhos se faz presente de diversas maneiras, por meio do auxílio na compra de uma propriedade na cidade ou no campo, ou auxiliando a melhorar o nível de instrução. Assim, os filhos dos colonos são preparados para viver na cidade, estudam ou vão com uma certa quantia em dinheiro para viver nela. Em muitas ocasiões, ainda vigora o minorato, que consiste na permanência do filho caçula com os pais. Ele recebe a propriedade em que mora o núcleo familiar e passa a ter a obrigação de cuidar da velhice dos pais. Antigamente, os filhos recebiam um pedaço de terra, no qual podiam constituir seu núcleo familiar, mas houve alterações com o minorato, devido ao tamanho das propriedades, que não possibilitam mais a divisão (não proporcionam mais condições mínimas de sobrevivência no trabalho agrícola), forçando a família a investir na educação dos filhos, para que possam obter trabalho na cidade. Se no passado as crianças deixavam de ir à escola na época do ano de intensa atividade agrícola, hoje a situação é outra, o incentivo à educação é muito grande e assim as exigências com relação ao trabalho diminuíram muito. Com a elevação do nível educacional, as possibilidades de alteração do sistema de minorato aumentaram, e o filho passou a ter outras escolhas, a permanência ou não na propriedade. Dessa forma, “(...) a escolha do filho que permanece com os pais pode obedecer a regras de escolha subjetiva do patriarca, tais como a vocação para o trabalho agrícola, a intimidade no relacionamento familiar, entre outros.” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 51)

O espaço de manifestação das diferenças entre o homem e a mulher é construído principalmente no trabalho prático exercido entre ambos, o homem administra de uma

maneira geral a propriedade (o que é produzido), enquanto a mulher administra a educação dos filhos, os gastos referentes à manutenção e vivência da casa.

1.5.3 Agricultura

Existiam colonos que podiam adquirir lotes inteiros de uma colônia, ou seja, 25 hectares, como também colonos que adquiriam metade de uma colônia.

De acordo com a legislação vigente, o módulo rural deveria possuir 25 hectares. A divisão formal da terra realmente foi feita desta forma, mas por ocasião da venda dos lotes, e mesmo após o assentamento, o colono poderia adquirir terras em número de hectares bem menor – se estas se encontrassem próximas à sede da colônia –, ou bem maior – se as terras ficassem nos limites das terras destinadas à conservação das florestas. (COSTA, 1974, 1986: 172)

A colônia, em comparação aos padrões das propriedades italianas, seria uma grande propriedade. Dessa forma, há vários fatores preponderantes para a aquisição de uma propriedade, como:

- a) a disponibilidade de dinheiro para a aquisição da propriedade;
- b) o número de integrantes da família – existiam famílias numerosas e outras pequenas;
- c) a localização e a qualidade do solo – a existência de água também proporcionava a variação de preço.

Há um fato muito interessante que ocorreu em Guaporé quanto à divisão de terras. Segundo De Boni (1985: 79), algumas pessoas compravam propriedades grandes para depois efetuar o loteamento e a venda das mesmas. O autor escreve sobre um farmacêutico que tinha uma propriedade de 100 mil braças quadradas e a dividiu em 40 lotes.

A qualidade da terra, a localização geográfica e os recursos infra-estruturais estão positivamente associados ao desempenho de uma dada região, no processo de seu desenvolvimento diante do contexto regional, ou seja, esses diversos recursos foram importantes no melhor desempenho ou não de determinados núcleos coloniais.

A proposta do colono italiano *afável, disciplinado, econômico, educado, forte, incansável, perseverante, sóbrio, trabalhador, valente, respeitador das autoridades*¹⁵ fazia parte da retórica das elites peninsulares, já que facilitava a

¹⁵ Grifo do autor.

expatriação das massas expulsas da península e das ilhas pela falta de trabalho e de terras. (MAESTRI, 2000: 35)

Temos também que levar em conta as grandes dificuldades presenciadas pelos imigrantes que aqui chegaram e tiveram que desbravar terras desconhecidas e isoladas, isentos de conforto, com suas famílias (muitas vezes numerosas), longe das sedes, vivendo em cabanas. Dessa forma, pode-se imaginar o desânimo a que estavam sujeitos.

O primeiro grande produto da colonização foi o milho, que tanto serve para a alimentação humana, como para a criação dos diversos animais domésticos. O milho proporcionava a sobrevivência e gerava renda, porque os colonos vendiam o excedente e os produtos derivados da produção animal, além do milho, quando esse estava em alta no mercado. Quando o milho estava com preço baixo, adquiria-se o necessário para suprir as necessidades.

No processo de colonização, o imigrante passou por duas fases distintas: em princípio, introduziu o milho, como produto principal; depois, a partir de 1890¹⁶, passou a produzir também outros produtos, como o trigo, o feijão, a mandioca, o vinho e derivados do leite. Dessa forma, a policultura torna-se um marco para o desenvolvimento regional, e da agricultura familiar. “O camponês¹⁷ da região sempre buscou produzir excedentes comercializáveis. Pensar numa economia de subsistência é perder de vista a perspectiva histórico-cultural do povo que habita nessa região”. (TEDESCO, 1994: 119) E, segundo Hoover e Fisher, “o primeiro estágio da história econômica da maioria das regiões se caracteriza 'por uma economia de subsistência auto-suficiente, na qual apenas necessidades básicas são satisfeitas e existe pequeno investimento ou comércio, seja interno ou externo’”. (apud TAMBARA, 1983: 34)

Desde o início, houve a necessidade, e uma intencionalidade, de produzir alimentos para a subsistência e para comercialização. Nem todos os gêneros necessários à sobrevivência eram produzidos na propriedade rural. Havia produtos que eram destinados à comercialização,

¹⁶ É interessante observar que a região de colonização, a partir dessa época, passa a diversificar a produção agrícola, e a região de estudo tem sua formação posterior. Assim, quando a Linha Fazenda Fialho passa a existir, já está inserida num contexto de diversificação da produção.

¹⁷ O conceito de camponês mantém todo o complexo que envolve o seu trabalho. Encontramos alguns elementos que compõem o campesinato em Abramovay:

“O mais velho e mais universal modo de produção conhecido na história (GALESK, *apud* SHANIN, 1973:63)” (1992: 52) é também “(...) sujeito criando sua própria existência (CHAYANOV, 1986:118)” (1992:59) É o trabalhador que vive do trabalho direto com a terra, da produção agrícola. Segundo Martins, há uma conotação política no uso dessa palavra no Brasil. Classifica a mesma como contraponto ao latifundiário. Diz que ambas “procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais”. (1990: 22)

de forma direta ou mesmo indireta, como a venda de artesanato, da pequena criação (banha, queijo, carne, milho, ovos). Embora os colonos não produzissem tudo que necessitassem, adquiriam o que era essencial para sobreviverem, como sal, açúcar, tecidos para a confecção de roupas e querosene para os lampiões (dado que não havia energia elétrica). A restrição do consumo de produtos adquiridos era de suma importância, já que trabalho e poupança, na economia colonial, conduzia suas vidas (até hoje a designação ‘pão-duro’ é muito atribuída à origem étnica).

A diversificação da produção agrícola proporciona, ainda hoje, redução dos gastos na compra de alimentos, e conseqüentemente produz um acréscimo na renda dos produtores. As estratégias de sobrevivência e na obtenção de renda, sejam extras ou não (com diversos produtos secundários), faz da agricultura familiar uma atividade que exige: conhecimento do mercado consumidor; conhecimento do cultivo de diversos produtos; conhecimento na administração a propriedade rural; trabalho contínuo ao longo do ano (já que os produtos apresentam seus ciclos de vida distintos).

Outro problema enfrentado pelos agricultores familiares é a concorrência que os seus produtos encontram na colocação no mercado. As propriedades, ou seja, os grandes produtores rurais têm mais condições de introduzir no mercado produtos a preços mais baixos.

A posse da terra, no entanto, não era suficiente por si só para fixar o homem no campo, pois o seu empobrecimento atua como fator de expulsão independente desta posse, conduzindo ao que afirma Vergopoulos (1977: 123) de que a agricultura camponesa constitui um terreno maldito onde o trabalho leva ao empobrecimento. (MEDEIROS, 1988: 14)

Para superar as diversas dificuldades impostas pela natureza no início da colonização, e pelo sistema econômico, os colonos apresentam um sistema muito interessante e conveniente, a cooperação. Cooperar com o vizinho em momentos de muito trabalho, de estresse, faz parte do cotidiano, assim ocorre a troca de trabalho entre os colonos. Como exemplo, podemos colocar o que ocorre até hoje, na época da colheita da uva, que exige rapidez e eficiência, em que os agricultores trabalham alguns dias numa propriedade e outros noutra, alternando dias de trabalho. Esse processo, além de auxiliar os vizinhos e receber auxílio, reduz os custos da produção. A cooperação também está presente em outros momentos e situações na colonização.

A cooperação constitui-se numa forma de defesa contra as péssimas condições existentes na região tanto em relação às terras, cuja área era insuficiente para sustentar suas famílias, após a segunda geração, como contra o boicote que as empresas urbanas passaram a mover contra o vinho colonial. (COSTA, 1974, 1986: 269)

O fator técnico sempre esteve presente no processo de produção, porém os agricultores passaram a incorporar novas tecnologias de mercado na produção, o que os tornou consumidores potenciais. É principalmente até a década de 70 que a mão-de-obra existente é elevada, foi com o êxodo rural que ela passa a se tornar mais escassa. É a partir da migração campo/cidade que, deslocando muitas vezes famílias inteiras para o espaço urbano, além das migrações internas, que deslocam para outras áreas agrícolas outras famílias, que passa a haver disponibilidade de terras para serem vendidas, viabilizando a redução da mão-de-obra e a possibilidade de inserção da tecnologia.

1.5.4 Comércio

O comércio existente entre o mercador (dono da bodega) e os colonos no início da colonização era muito representativo e importante. Permitia ao colono acesso a produtos essenciais à produção de alimentos (café, sal, fermento), ao vestuário (tecidos, roupas), ferramentas (materiais de construção), produtos esses industrializados de extrema importância à vida rural. O comerciante obtinha dos colonos diversos produtos, que foram se modificando ao longo do tempo. Em princípio, adquiria a maior parte da produção do agricultor, como: milho, feijão, banha, arroz, queijo, salame, ovos, trigo, etc. Segundo Santos, no “caso da região de colonização italiana, o estabelecimento da colônia já se fez em uma época em que o desenvolvimento do comércio no Estado era bastante elevado, razão pela qual acredita que desde o início havia a exportação de excedentes, e que, portanto, não teria existido a economia de subsistência, economia natural, como mencionado por Singer (1968), quando se refere à primeira etapa da produção camponesa, apenas como agricultura de subsistência. (*apud* NEVES, 1998: 33)

Com o decorrer do tempo, a quantidade de produtos vendidos pelos colonos diretamente ao comércio local foi reduzindo. No entanto, cada vez mais, o colono adquire mais produtos do comércio, seja ele local, ou na sede do município. A possibilidade de realizar compras e a diversificação de produtos também torna o agricultor um consumidor.

O comércio efetuado entre produtor e comerciante (intermediário) abastecia as cidades, hoje o que resta ao comércio, em termos de aquisição de produtos coloniais, são

alguns poucos produtos como ovos, queijo, e raramente o salame, pois a comercialização de fato ficou nas mãos das agroindústrias.

Com o decorrer do tempo, as condições infra-estruturais de transporte se aperfeiçoam e permitem o desenvolvimento do comércio inter-regional, possibilitando, assim, o desenvolvimento de pequenas indústrias locais para atender a necessidades dos agricultores locais e de regiões vizinhas. (TAMBARA, 1983: 34)

Nas propriedades coloniais, não eram os pequenos produtores, mas os comerciantes, que possuíam a maior parte da riqueza. Eles pagavam aos agricultores um baixo valor pelos produtos e vendiam a eles gêneros industrializados com valores elevados, que se sujeitavam a esse comércio por não terem outra forma de escoamento da produção. Além de efetuar a compra e a venda de diversos produtos para os agricultores, o comerciante também fazia as vezes de banco, emprestando dinheiro a juros aos colonos e guardando suas economias sem remuneração.

A dificuldade de acesso às comunidades ocasionava um grande isolamento dos moradores. “O pequeno comércio e a pequena indústria para as necessidades dos núcleos prolifera, como consequência de um duplo isolamento: o da área de imigração italiana em relação às outras comunidades, e o interno, pela deficiência de vias de comunicação na Região”. (FROSI; MIORANZA, 1975: 73)

O comércio também é uma realidade da região em estudo. No início, havia apenas uma casa comercial comandada por um carreteiro, que efetuava o transporte das colônias até as sedes municipais – as cidades mais próximas –, vendia os produtos coloniais e comprava os produtos industrializados para vender em seu estabelecimento. Com isso, cumpria também o papel de promover a integração entre os moradores da linha, com notícias do ‘mundo’. Assim, “o comércio rural foi o principal mecanismo de contato dos imigrantes das colônias com a sociedade gaúcha”. (SCHNEIDER, 1982: 23)

1.5.5. Educação

“Mais de 50% dos imigrantes chegados ao Sul não sabiam ler e escrever. O número de analfabetos era maior entre as mulheres e teria aumentado nos primeiros tempos”. (MAESTRI, 2000: 91). O nível educacional dos italianos na época da emigração apresentava-se limitado, embora estivesse num período de expansão, principalmente no norte da Itália. Este baixo grau de instrução deve-se ao fato de que “o imigrante italiano tinha aguçado

sentido social quanto à sua liberdade individual e familiar, menosprezando a escola”. (NEVES, 1998: 49) Desta forma, pode-se perceber com clareza a estratégia utilizada no início da colonização, que era a de ter mais cuidado na educação dos filhos; eles tinham que aprender a ler e escrever, pois estariam mais relacionados aos negócios e à administração da propriedade. As mulheres, na concepção dos imigrantes italianos, porque suas atividades eram secundárias, na casa, não necessitavam aprender a ler nem a escrever. Esta diferenciação pode ser comprovada, ainda hoje, pelo número elevado de mulheres idosas, filhas das primeiras gerações de imigrantes, que não sabem ler, ou mesmo nos registros escolares da época.

Além de grande parte dos colonos serem analfabetos, e de as meninas serem impedidas de irem às escolas nos primeiros tempos, as dificuldades nas instalações escolares e o nível de instrução dos professores era precário. As instalações eram precárias, às vezes, a sombra de uma árvore, outras a casa do professor, que por muitas vezes era o integrante da comunidade que apresentava maior nível de instrução. Em geral, as aulas eram em troca de alimentos, donativos oferecidos pelos familiares das crianças. Faltavam materiais adequados, como a lousa e o giz. Na época, aprendia-se a ler e a escrever desenhando letras no chão, narram as pessoas mais idosas. Nem sempre o aluno aprendia a escrever, muitas vezes ler era o suficiente. Hoje, porém, a realidade do lugar mostra uma grande evolução em relação ao acesso a escolas com profissionais capacitados.

Uma discussão muito presente nos primeiros tempos era ‘que língua ensinar aos alunos: italiano ou português’. Mas como ensinar italiano ou português, se não sabiam tais línguas? Sabiam apenas falar os diversos dialetos italianos. Em geral, as famílias desejavam que os filhos aprendessem o português, pois os dialetos e o italiano não serviam muito na colônia. O desejo de aprender o português era grande, mas a dificuldade era tanta que, em determinadas escolas rurais, os professores obrigavam-se a ensinar português em livros bilíngüe, italiano-português, embora não soubessem, e os alunos falassem mais de um dialeto, dificultando o aprendizado.

As escolas foram se proliferando e atingindo cada vez mais alunos, como também dinamizando o português nas colônias, com o auxílio dos pais, que muitas vezes passaram a proibir (faziam-no em vista de notícias de perseguições, e temiam por seus filhos) que as crianças falassem dialeto, acelerando o aprendizado do português. As dificuldades de acesso às escolas complicavam a vida do estudante, que tinha que percorrer, a pé ou a cavalo, muitos quilômetros. Outro problema constante na vida dos pequenos estudantes era o trabalho árduo de auxiliar a família na produção agrícola. No passado, era muito constante a criança se ausentar da escola na época de maior trabalho na roça, e muitos acabavam repetindo o ano ou

mesmo evadindo a escola, devido aos obstáculos enfrentados na vida colonial. Com o decorrer do tempo, os hábitos foram mudando, e cada vez mais há menos evasão nas escolas rurais, como também há melhoria no nível educacional dos professores, além de uma preocupação crescente em aumentar mais o nível de instrução das crianças.

Nos primeiros anos de colonização, a educação era realizada em escolinhas particulares. Com a implantação de escolas brasileiras, as aulas particulares foram extintas. Ao mesmo tempo em que a estrutura educacional brasileira foi sendo sedimentada, a escola passou a adquirir prestígio. Era preciso, e ainda hoje o é, escolarização para ingressar e ter condições de competir no mundo. A escola tem o papel de abrir portas para o futuro para que ele seja sempre melhor do que a geração anterior, conforme as palavras de muitos entrevistados: ‘eu quero que você estude para não ter que passar as dificuldades que eu passei’. Dessa forma, a educação é um valor que permitiu agregar valores e também a realização pessoal.

Se no passado ir à escola exigia muito tempo e esforço das crianças, hoje há micro-ônibus, e as crianças, na sua maioria, são apanhadas na frente de casa. Podemos colocar que melhorias existentes no meio rural quanto à educação estão muito evidentes, o transporte às escolas é público e gratuito, nos três turnos, e as crianças têm a possibilidade de frequentar a escola do pré-escolar até o ensino médio¹⁸ sem ter que sair da casa dos pais. E, recentemente, a prefeitura local está investindo no transporte intermunicipal, possibilitando que os estudantes possam cursar o nível superior, morando com os pais. Podemos, assim, concluir que a expansão da educação é, ao mesmo tempo, causa e efeito do desenvolvimento econômico.

1.5.6. A Cooperação

A cooperação também se torna importante, pois esteve e está presente no cotidiano local. No passado, conforme relato do técnico da EMATER (local), a cooperação esteve mais presente nos diversos trabalhos executados em prol das famílias ou em prol da comunidade. Hoje, ela se manifesta em alguns momentos, talvez decisivos no engajamento das famílias para resolver um problema com rapidez. A solidariedade persiste, quando, por exemplo, um parreiral cai antes da colheita, em virtude do peso das uvas ou mesmo por um temporal. Neste caso, o trabalho tem que ser rápido, para que não se perca a safra. Várias pessoas unem-se à

¹⁸ Neste trabalho utilizamos os termos ensino fundamental (1ª a 4ª séries), básico (5ª a 8ª série), médio (1º, 2º e 3º anos dos segundo grau) e superior.

família para auxiliar. A solidariedade, nesses momentos, está acima de pequenos desentendimentos entre famílias. Ou seja, quando uma família não gosta muito de outra, não deixará de receber ou prestar ajuda, as barreiras da convivência são ultrapassadas.

Há diversos motivos para que no atual momento exista menos cooperação. Se no passado a maioria dos equipamentos agrícolas, telefones, carros, aparelhos domésticos eram de uso comunitário, hoje a maior parte dos equipamentos é de uso familiar. Apenas em alguns casos ocorre o uso comunitário de alguns equipamentos, os integrantes que os utilizam são, em geral, parentes ou vizinhos – por vezes os equipamentos são de uso pouco freqüente no trabalho rural. A cooperação antigamente existente não pode mais ser reconhecida atualmente, porque

A família rural, assim sendo, através da cooperação, constitui-se pelo trabalho e pelos meios de produção que dispõe, em uma 'unidade de produção'. Além disso, cabe salientar que também é uma 'unidade de consumo', na medida em que todos os 'componentes' familiares são consumidores potenciais, possuindo 'necessidades', as quais precisam ser atendidas para sua 'sobrevivência'. (NEVES, 1998, p. 69)

Entretanto, o espírito de cooperação permaneceu e se revela naquilo que os colonos não conseguem resolver dentro do âmbito familiar, geralmente uma situação de emergência como quando um temporal destelha casas. O incremento da tecnologia, a transformação da família numa unidade de produção agrícola, em que todos os membros têm atividades específicas, com pouco tempo livre também contribuíram para esta redução de cooperação, pois as pessoas não podem deixar suas casas com tanta facilidade. A criação de suínos, por exemplo, exige mais cuidado, e a prática do trabalho contínuo de uma pessoa. Dessa forma, a cooperação ocorre mais dentro da noção de sociabilidade:

Sociabilidade refere-se ao modo pelo qual se estruturam as relações sociais que a família do colono-camponês estabelece com os elementos exteriores. A sociabilidade pode-se dar através do parentesco, da solidariedade vicinal, da religião e das atividades lúdicas, ocorrendo em grau maior ou menor de acordo com a dimensão desses grupos e dependendo da diversificação social e da complexidade das relações que a família dos colonos estabelece com seu exterior. (WANDERLEY, 1990; ABRAMOVAY, 1992 *apud* SCHNEIDER, 1999: 21)

1.5.7. O Cotidiano de Crescimento

No processo de colonização efetuado no RS, os imigrantes foram distribuídos em linhas e travessões. Não eram instalados conforme o local de origem, mas distribuídos

conforme chegavam. Dessa forma, houve uma grande mistura de dialetos regionais, prevalecendo em geral o dialeto vênето, região da qual veio a maior parte dos imigrantes.

O crescimento das colônias ocorreu de forma diferenciada, bem como a época de instalação deu-se em diferentes momentos.

Revestem-se de certa importância (...), os dispositivos adotados para o povoamento da Região. De fato, a ocupação da área deu origem a três tipos de comunidade: o núcleo irradiador e catalisador, de rápido crescimento demográfico; o aglomerado compacto em torno de interesses comuns e pequeno centro comercial; e o povoamento linear, ao longo das Linhas e Travessões, onde cada colono construía no seu próprio lote. (FROSI; MIORANZA, 1975: 61)

Em virtude da época e localização geográfica, houve um desenvolvimento diferenciado entre as colônias, algumas, inclusive, prosperando e dando origem a grandes e médias cidades do Rio Grande do Sul. Há também as pequenas comunidades ou pequenos municípios que apresentam um bom índice de desenvolvimento humano.

A colonização (Caxias, Dona Isabel, Conde D'Eu, Antônio Prado, Alfredo Chaves, Guaporé, Encantado) não perdeu a sua importância socioeconômica e, se no início eram pólos irradiadores de elemento humano destinado a ocupar lotes coloniais mais ou menos longínquos, passaram logo a ter uma função de pólos catalisadores do progresso e desenvolvimento da Região. São hoje núcleos da atração das forças do trabalho e o ítalo-brasileiro abandona a colônia para se estabelecer nesses centros urbanos". (FROSI; MIORANZA, 1975: 49)

Algumas cidades de colonização italiana, hoje grandes núcleos urbanos industrializados, como Caxias do Sul e Bento Gonçalves, tornaram-se recentemente pólos atrativos de grande contingente populacional. O deslocamento, a algumas décadas atrás, era do espaço rural para o espaço urbano. Hoje, o deslocamento é urbano-urbano, ou seja, a população das cidades de porte médio ou pequeno passou a migrar para esses grandes centros. É nesse momento que os núcleos catalisadores do progresso, do mercado e de trabalho se estabelecem diante da nova época em que se instala a globalização.

Com o crescimento econômico, as barreiras do isolacionismo comunitário cederam em prol da formação de uma comunidade mais ampla (...). Estes centros determinam a polarização do mercado de trabalho. A vida econômica e, conseqüentemente, social, centraliza-se em torno desses núcleos e palpita segundo os níveis de crescimento econômico dos mesmos e de toda a área. (FROSI; MIORANZA, 1975: 65)

O isolamento social e cultural mantido por muitas décadas nas pequenas colônias proporcionou a permanência acentuada da cultura italiana. Em muitas comunidades pequenas, os moradores ainda falam dialetos italianos e preservam características culturais específicas e identificadoras dessa colonização.

Caracterizando uma forma global daquilo que se concebe como 'cultura' no sentido mais amplo, Martins (1983: 37) destaca que: 'a cultura entendida como o mais amplo comportamento humano inclui sob seu conceito uma infinita variedade de bens, utensílios e instrumentos, de atividades de produção, reprodução, manutenção e administração de normas, preceitos e símbolos, de idéias, crenças e sentimentos, de costumes, técnicas e organizações que constituem em si todo um complexo universo cada vez mais integral à realização do ser humano no mundo. (NEVES, 1998: 88)

O isolamento de muitas comunidades, o descaso por parte de autoridades em relação à situação do imigrante no país e também à indefinição desse imigrante de posicionar-se ou como italiano ou de naturalizar-se como brasileiro fica evidente na dificuldade que netos e bisnetos têm para conseguir, hoje, a cidadania italiana: “os colonos não faziam declarações necessárias para obter a cidadania brasileira, nem se inscreviam nos registros de consulados como súditos italianos”. Como também a visão que o colono passava

À sociedade dos pequenos proprietários coloniais criou visão do passado construída desde a ótica da pequena produção camponesa independente. Essa leitura apologética da história colonial constituiu também resposta ao descaso com que o produtor rural era tratado pelas elites italianas, pelas autoridades brasileiras e pela população urbana, de origem nacional ou itálica. (MAESTRI, 2000: 33)

O descaso, a ignorância, o baixo nível de escolaridade dos colonos, o isolamento geográfico, e as diversas características próprias de cada comunidade ou imigrante, como a parte, a busca de conhecer melhor o passado. Mas essas dificuldades não impediram o desenvolvimento regional e a construção de um espaço muito desenvolvido, com um elevado índice de desenvolvimento humano¹⁹, muito maior do que a média brasileira.

¹⁹ O IDH local poderá esclarecer essa afirmação, no terceiro capítulo.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

“Que estranho mundo este no qual uma grande parte da massa dos proprietários dos meios de produção luta para obter o nível de renda que a lei reconhece aos que lhes vendem sua força de trabalho!” (GERVAIS, et al., 1976:624 apud ABRAMOVAY, 1992:222)

O estudo da agricultura esteve por muito tempo pautado na dimensão da propriedade, no modo de produção, na produção em larga escala, ou seja, no conhecimento das grandes propriedades chamadas latifúndios. As pequenas propriedades chamadas também de minifúndios passam a ser estudadas mais profundamente apenas recentemente no Brasil, a partir da década de 90, e de maneira pródiga, como coloca Schneider. A busca do conhecimento tem sido realizada, atendendo ao objetivo de entender as sociedades que vivem fora do ambiente da cidade.

As contínuas mudanças proporcionadas pela ação do tempo e pelas transformações tecnológicas criam novas categorias no meio urbano. Esse processo pode ser observado há algumas décadas no ambiente urbano, e há pouco tempo tem-se percebido que mudanças também estão ocorrendo no ambiente rural. O mundo rural passa a ser objeto de estudo, e o longo debate que envolvia a estrutura social, a percepção de que novas categorias de trabalho passam a surgir e são incorporadas à sociedade rural, torna-o um vasto campo de pesquisa, a ser explorado, detalhado, entendido.

Passamos a desvendar as propriedades pensando não necessariamente em sua dimensão, mas na organização interna das mesmas, o que as envolve. Ou seja, passou-se a ter necessidade de entender a funcionalidade da estrutura familiar sobre estas, como funciona a produção, e sua inserção ao mercado. Como a globalização está chegando aos recantos mais

remotos? Como o meio local rural se envolve e se mostra diante da globalização? Tais dúvidas pretendem ser esclarecidas.

2.1 O PAPEL DA FAMÍLIA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Privilegiamos, para análise, a unidade de produção com base no trabalho familiar, para entender como elas estão se moldando no decorrer do tempo, e as estratégias usadas para a inserção no mercado econômico.

O número de integrantes da unidade de produção familiar é de extrema relevância. Se no passado o número de filhos significava mais mão-de-obra, ou seja, uma unidade de trabalho extensa, “a questão do número de filhos por família é fundamental para que se possa entender como, em pouco mais de 20 anos, ou seja, enquanto o processo de povoamento ainda se realizava, já começava de forma concomitante a faltar terra para as famílias já assentadas”. (DE BONI, 1985: 275). Hoje o pensamento é outro, o filho não é mais visto apenas como força de trabalho, mas como alguém que apresenta muitas necessidades, principalmente quanto à educação. “Além disso, cabe salientar que também é uma 'unidade de consumo', na medida em que todos os 'componentes' familiares são consumidores potenciais, possuindo 'necessidades', as quais precisam ser atendidas para sua 'sobrevivência’”. (NEVES, 1998: 69)

Os integrantes da família expressam a funcionalidade da unidade de trabalho, e é nesse âmbito, nessa escala de análise, que são decididas e organizadas as ações sobre a propriedade e a economia. Os valores familiares influenciam e ajudam a identificar o comportamento dos indivíduos em suas práticas econômicas dentro e fora de unidade. A unidade de produção com base no trabalho familiar caracteriza-se por desempenhar os diversos papéis inerentes à produção agrícola, desde a escolha do produto, plantio, colheita, até a comercialização. São também unidades de “consumo e de rendimento, as quais, de acordo com a conjuntura em que vivem, utilizam-se de 'truques adaptativos', ou seja, 'estratégias de sobrevivência' para terem atendidas suas necessidades básicas’”. (NEVES, 1998: 69) Neste sentido, o equilíbrio econômico da unidade de produção apresenta diversas características quanto ao trabalho a ser exercido na propriedade, em que devem ser considerados: o número de crianças e idosos que são dependentes; o tamanho da propriedade; o número de trabalhadores da unidade; as inovações tecnológicas; a qualidade da terra; as oportunidades de trabalho fora da propriedade (e seu valor, na venda da força de trabalho).

Nas pequenas unidades de produção com base no trabalho familiar, os membros da família executam diferentes tarefas. Ou seja, ocorre uma divisão do trabalho, os membros da

família exercem distintas funções. Portanto, podemos perceber com clareza a existência de uma divisão dos trabalhos envolvendo todos os membros da família. Esta divisão caracteriza-se principalmente pela idade e pelo gênero dos integrantes da família. Essas diferentes funções, em muitos casos, se distribuem da seguinte forma (foram observadas nas entrevistas):

a) atividades dos pais: decidem o que será executado no cotidiano rural. Muitas vezes os filhos mais velhos participam desse processo. Ao pai cabe a administração da produção, em geral as escolhas dos produtos, a compra dos empreendimentos agrícolas, e dos produtos agrícolas; à mãe cabe a administração das contas do lar, deixar a despensa sempre abastecida, o cuidado com a horta, o pomar e os animais domésticos que fornecem produtos essenciais, como o leite, ovos, queijo e carne, necessários à subsistência. O diálogo entre o casal, com a participação dos integrantes, também auxilia na melhoria da administração da propriedade rural;

b) atividades dos idosos: às senhoras cabem trabalhos mais leves, como cuidar da cozinha – fazer o almoço, lavar a louça –, organizar a casa, cuidar em alguns momentos dos netos; aos senhores, cabe cuidar da horta, dar comida a alguns animais, etc.;

c) atividades das crianças: a partir dos 7 ou 8 anos, auxiliam nas tarefas domésticas (limpeza do pátio, cuidar dos irmãos menores);

d) atividades dos adolescentes: às moças cabe a intensificação do trabalho doméstico, no sentido da aprendizagem, saber efetuar as diversas tarefas existentes (As moças, quando não há idosos na família, desempenham as tarefas das senhoras e também são responsáveis pelos cuidados do gado leiteiro, que vão desde a provisão do pasto à ordenha); aos rapazes, são delegadas as tarefas domésticas mais trabalhosas e pesadas, para aproveitar a força física;

e) atividades dos adultos: os irmãos mais velhos exercem tarefas semelhantes aos pais; às moças cabe auxiliar nas tarefas domésticas e no trabalho da roça.

Abramovay (que cita Reinhardt e Barlett [1989:203]) auxilia o entendimento do que são as unidades de produção com base no trabalho familiar, pois elas “persistem em muitas instâncias em virtude de sua competitividade econômica. Esta competitividade deriva de aspectos técnicos da produção agrícola e sua competitividade com certos aspectos organizacionais e operacionais da unidade familiar”. (1992: 73) Na organização da unidade de produção, o trabalho feminino está relacionado ao preparo de bens de consumo e da reprodução das condições para o consumo. Entretanto, no “interior da pequena produção, apenas um trabalho produz valores-de-uso: o trabalho central. Mas o tempo destinado a este

trabalho está condicionado pelo trabalho auxiliar. O trabalho central não pode prescindir do trabalho auxiliar; este respalda, na sua especificidade, o trabalho de produzir valores-de-uso”. (SCHUCH, 1985: 101) Estas atividades são consideradas trabalho de pouco valor, por não fornecerem uma renda direta, apenas a manutenção dos bens já existentes. Portanto, mesmo sem produzir renda, o trabalho das mulheres adquire legitimidade porque permitirá que o trabalho realizado pelos homens tenha como função a produção.

Como resultado do trabalho auxiliar, temos a horta, produtora de grande parte dos alimentos consumidos. A horta está quase sempre localizada próxima à residência, em geral é pequena, menor que 1 (um) hectare. Entretanto, ela é essencial na produção de gêneros de primeira necessidade, verduras e legumes, como: tomate, alface, radicci, repolho, couve-flor, couve, cebola, beterraba, cenoura, ervilha, abóbora, pepino, pimentão, temperos verdes, chás, batata, batata-doce, mandioca, vagem, chuchu, entre outros produtos de uso cotidiano. Em geral, os produtos advindos da horta servem para fonte de alimentação direta, raramente são comercializados. Os excedentes dos produtos da horta são geralmente trocados em espécie com parentes e vizinhos. Esta cooperação tem em vista o aproveitamento de gêneros cuja produção foi abundante. Na há, portanto, cobrança em relação ao presente, mas constitui-se numa obrigação a retribuição. A aquisição de algumas hortaliças pode ser efetuada com os chamados fruteiros, que passam de porta em porta oferecendo seus produtos, ou nos mercados da cidade. Privilegia-se a produção por duas razões: redução de custos na alimentação, como também a certeza da qualidade do produto consumido. A qualidade está na adubação orgânica e na não-utilização de componentes industrializados, como os inseticidas. Quando pragas atingem determinados gêneros, usam-se técnicas que não comprometem o consumo. Um exemplo é o tomate, que, ao apresentar os sintomas de pragas conhecidas, aplica-se uma mistura de sal-amargo e água para afugentar a mosca que coloca os ovos. Para o agricultor, é muito importante saber a procedência dos produtos consumidos, desta forma o valor atribuído à própria produção é elevado. O cuidado também está presente nos pomares. Em recentes observações, constatou-se que está havendo a diversificação dos pomares, como também obtenção mais rápida da produção²⁰. Muitas famílias adquirem fruteiras, ou seja, as mudas de, por exemplo, tangerina, pêssigo, ameixa, maçã, caqui, kiwi, laranjas, etc. Às vezes, também adquirem algumas frutas, como banana e mamão. Em geral, as frutas que não produzem em suas propriedades. Também ocorre com as frutas a distribuição, quando há excedente.

²⁰ As fruteiras apresentam vantagens: em geral produzem mais rápido do que se o agricultor as cultivasse desde a semente, e proporciona a diversificação da produção.

A criação de animais para consumo, como porcos e carneiros, também é resultado do trabalho auxiliar, portanto sob responsabilidade das mulheres e dos idosos. Estes animais são criados com alimentação diferenciada sem o uso de rações contendo hormônios, o que garante carne de melhor qualidade para o consumo familiar. Por ocasião do abate dos animais, o excedente de carne segue procedimentos distintos, pois quando se mata um porco, a carne é distribuída entre os vizinhos e parentes sem considerar tipo. Geralmente, os vizinhos e parentes recebem um pedaço de costela, um pedaço de fígado e torresmos. No abate do gado, a troca é diferente. A quantidade e o tipo de carne são anotados, como se fosse um empréstimo, e quando vizinho faz o abate do seu gado, a carne é devolvida, conforme a quantidade e o tipo. Nos dois casos, costuma-se manter uma relação de equilíbrio.

A criação do frango é um exemplo de trabalho central, exigindo diversas horas diárias de trabalho por parte de um ou dois integrantes da família. O carregamento dos frangos é um momento crítico da criação e, no processo, é o que apresenta momentos de sociabilidade, porque tem que ser feito com rapidez, sem produzir estresse nos frangos, nem movimentos bruscos que possam provocar a perda de peso e a possibilidade de ruptura dos ossos de alguns animais, criados em sistema de confinamento e, portanto, sem movimentação. Por outro lado, o carregamento dos frangos ocorre em data e horário fixados pela agroindústria à qual o produtor é integrado. Geralmente de madrugada ou de manhã cedo, os horários são inóspitos porque os frangos devem ser carregados em períodos em que a temperatura do dia é mais baixa, para reduzir o desgaste das aves. O trabalho de carregamento tem que ser feito dentro de um tempo demarcado pela empresa, e é neste sentido que a cooperação ocorre. Pessoas da comunidade – associados à agroindústria ou não – são chamadas a auxiliar. Os integrados recebem como pagamento o comparecimento de membros da família, por ocasião de seus carregamentos. As pessoas que não mantêm vínculo de integração recebem frangos em troca do trabalho. Ao final do trabalho de carregamento de frangos, geralmente ocorre o oferecimento de uma refeição aos trabalhadores envolvidos.

Fontoura apresenta uma distinção entre o sistema de produção e o sistema agrário. O primeiro aplica-se à escala da exploração agrícola da unidade familiar, avaliando “a quantidade da força de trabalho e outros meios de produção colocados em prática por um agricultor para realizar seus objetivos”. O segundo, numa escala de vila ou região, é definido como “um conjunto de relações que se estabelecem entre as explorações e o espaço que utilizam”. Dessa forma, o sistema de produção “permite avaliar os agentes que interferem na tomada de decisões do produtor em nível de unidade de produção, como, por exemplo: utilização da força de trabalho, objeto de trabalho, tipos de cultura, enquanto que o sistema

agrário permite avaliar os agentes externos que influenciam as unidades de produção”. (1994: 5). Neste trabalho, ativemo-nos mais ao conceito de sistema de produção por priorizarmos as unidades de produção como objeto de análise. Todas as unidades estão localizadas dentro de uma mesma região.

Na agricultura, muito mais do que na produção industrial, o tempo de produção é maior que o tempo de trabalho, ou seja, o período em que a produção está entregue à força dos agentes naturais. ‘Estes intervalos não criam nem valor nem mais-valia’, pois o produto inacabado não pode ser vendido e nem está incorporando valor por não incorporar trabalho. (FONTOURA, 1994:64)

As incertezas quanto aos fatores climáticos, das variações dos preços do mercado de insumos agrícolas, dos produtos na safra e entressafra, as cotações, fazem os agricultores pensarem em melhores estratégias para obter maior rentabilidade de seus produtos, como a diversificação de seus produtos, o que reduziria os prejuízos por ocasião de perdas. Por exemplo, uma safra de uva pode ser prejudicada por geadas tardias, por uma tempestade na época da colheita, diminuindo a produtividade e, conseqüentemente, a rentabilidade. Os fatores climáticos que prejudicam a safra de uva geralmente não afetam a safra do milho, que apresenta um ciclo de vida diferente do da fruta.

Embora a renda anual da família tenha sido prejudicada devido às intempéries que afetaram a safra de uva, em existindo mais de uma cultura – como é o caso da maior parte das propriedades – os prejuízos serão muito menores. Outro fator é que os agricultores não estão sob efeito das alterações dos valores do mercado de apenas um produto, ocorrendo a otimização do espaço-tempo do ano e passando por um risco menor de ser prejudicado pelas incertezas constantes na sua vida de produtor rural.

A circulação do capital na agricultura é lenta, próprio da natureza do tipo de produção e do tempo de trabalho, fatores relevantes na obtenção da renda. Dessa forma, quanto menor o tempo de retorno do trabalho, melhor poderá ser a renda. É o caso da criação de frango, na região, pelo fato de o recebimento de dinheiro ocorrer de dois em dois meses. Fica garantida, assim, uma renda bimensal, e mudam-se, portanto, as relações, porque os agricultores têm renda não mais em safras anuais, mas de dois em dois meses. Cabe salientar que a área de estudo apresenta variação de integração ao mercado, e por isso podemos criar quatro unidades de análise que diferenciam os produtores entre si, a saber:

- a) unidade de produção não ligada à agroindústria;

- b) unidade de produção vinculada à agroindústria;
- c) unidade de produção vinculada à agroindústria e que exerce trabalho não-agrícola;
- d) unidade de produção que exerce trabalho não-agrícola (apenas produz gêneros destinados à subsistência da família).

Na área de estudo, todas as unidades familiares praticam a agricultura – estando ela associada ou não à venda da sua produção – conforme as categorias acima. As escolhas dos produtos a serem cultivados para o consumo seguem critérios ligados à tradição, de resistência à mudança, a questões culturais de ordem econômica. Nos cultivos para venda, a escolha do produto leva em consideração a possibilidade de maior lucro, as horas de trabalho empregadas, e o tempo para o retorno do investimento.

2.2. AGRICULTURA FAMILIAR: CLASSIFICAÇÃO

A área de estudo insere-se, de acordo com a FAO/INCRA, nas propriedades ditas de agricultura familiar, seguindo três critérios: extensão da propriedade, número de integrantes por família e Renda Monetária Bruta. Segundo dados da FAO/INCRA, de 1994, o número de estabelecimentos de agricultura familiar em transição entre as categorias inferiores (consideradas fragilizadas e a faixa menos desvalida da grande massa de sítios periféricos) no Brasil é de 2,5 milhões com uma área média de oito hectares (8 ha.), e três pessoas por propriedade, apesar de que os “produtores familiares de pequenas dimensões vivem com um nível de vida bem superior ao que poderiam obter como trabalhadores assalariados, no campo e na cidade”. (p. 2) Assim, temos as indicações dos três estratos da agricultura familiar.

Tabela 2

| Estratos Familiares | |
|---------------------|---|
| ESTRATO | NÍVEL DE RENDA MONETÁRIA BRUTA |
| A ²¹ | Acima da média da unidade geográfica |
| B | Entre a média e a mediana da unidade geográfica |
| C | Abaixo da mediana da unidade geográfica |

²¹ Segundo Brose, “as unidades familiares consolidadas (Estrato A) são definidas como sendo aquelas que dispõem de mecanismos de comercialização agrícola regulares que garantem a reprodução da força de trabalho mantidas as atuais condições, nos moldes das *family farms* americanas. Somam cerca de 1,1 milhão de estabelecimentos no país (26,5% do total), com uma média de 32 ha de extensão. Empregam 31,4% do pessoal ocupado na agropecuária, em média 3,8 pessoas por estabelecimento, e auferiram em 1985 uma RMB média de 57 salários mínimos/ano”. (1999, p. 39).

Fonte: FAO/INCRA, 1996. (BROSE, 1999: p. 39)

Segundo Brose,

As unidades familiares de subsistência, ou periféricas, (Estrato C) somam os demais cerca de 2,2 milhões de estabelecimentos do país, estando 53% deste segmento no Nordeste. Cerca da metade deste segmento é constituído por famílias sem-terra. Detém uma média de 13,7 ha por estabelecimento. E, com uma média de 2,9 pessoas ocupadas, empregam cerca de 44,5% do total ocupado na agropecuária. Auferiram em 1985 uma média de 0,5 salário mínimo/ano. Caracterizam-se pela concentração no autoconsumo e na venda da mão-de-obra de forma sazonal. (1999, p. 39)

Conforme a classificação acima, a área de estudo pertence ao estrato C, por apresentar uma média de 7,56 hectares, e número médio de membros das famílias de 3,54. No entanto, se levarmos em consideração a renda em salários mínimos do estrato B, que soma a média de 12 salários mínimos/ano, com uma média de 16,1 hectares de extensão, veremos que a área de estudo insere-se em ambas as categorias: quanto à área, no estrato C, e quanto à renda, no estrato B, o que torna interessante observar que, embora as propriedades sejam menores do que a média do estrato C, a diversificação da agricultura e os trabalhos efetuados fora das propriedades passam a melhorar em muito os rendimentos.

Nos estudos da FAO/INCRA, de 1994 e de 1996, podemos observar que a agricultura patronal se caracteriza:

Por contratar um número limitado de trabalhadores residentes e fomentar forte concentração de renda e exclusão social; a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente distributivo e possibilita maior equidade sociocultural. As vantagens apresentadas pela agricultura familiar são muito maiores no que diz respeito à estabilidade e capacidade de adaptação, devido à sua ênfase na diversificação e à maior maleabilidade de seu processo decisório. (BROSE, 1999: 37)

A tabela 3 mostra as diferenças na organização do espaço, da administração, da mão-de-obra empregada e dos objetivos colocados em prática nas propriedades rurais de diferentes dimensões.

Tabela 3

| Comparativa entre os modelos patronal e familiar de agricultura | |
|--|--|
| Modelo Patronal | Modelo Familiar |
| Completa separação entre gestão e trabalho | Trabalho e gestão intimamente relacionados |
| Organização centralizada | Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários |
| Ênfase na especialização | Ênfase na diversificação |
| Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis | Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida |
| Trabalho assalariado predominante | Trabalho assalariado complementar |
| Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões ‘de terreno’ e de ‘de momento’ | Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. |

Fonte: FAO/INCRA, 1994: 2

A unidade familiar de produção insere-se no sistema geral de análise da FAO/INCRA, como também na análise geral que Souza faz do perfil de qualquer pequena propriedade no RS, como no país ou em outros países. As características peculiares são:

a) “A existência da diversificação de culturas basicamente produtoras de alimentos simples (feijão, milho, mandioca, etc.), com produção voltada para atender primeiramente às necessidades de subsistência da família, sendo levado ao mercado apenas o excedente;

b) A alocação da força de trabalho necessária buscada na própria unidade familiar. Eventualmente, em períodos de maior demanda de serviços, são contratados assalariados, e só ocasionalmente membros da unidade familiar constituem-se em assalariados de outras unidades produtivas maiores, guardando, no entanto, sempre o caráter de eventualidade;

c) A capacidade de reprodução das unidades produtivas de acordo com o crescimento vegetativo da população. À medida que os primeiros filhos vão se tornando adultos e constituem novos núcleos familiares, recebem lotes dentro da propriedade ou devem adquirir glebas que lhes permitam viver e produzir conforme seus ascendentes;

d) O fornecimento de mão-de-obra para a indústria, sem ônus para a pequena produção camponesa. A pequena propriedade mantém os contingentes que gera, liberando apenas o excedente que, pela incapacidade física da unidade camponesa em "assimilá-lo", é forçado a buscar trabalho nas cidades;

e) O seu papel de redutora do valor da força de trabalho dos operários da indústria, através da produção de alimentos a baixo preço para o capital".(1981: 215)

O caráter inovador da unidade de produção com base no trabalho familiar e as necessidades impostas pelo capitalismo proporcionaram ao agricultor a incorporação de novas estratégias de mercado como a associação do mesmo à agroindústria.

Por um lado, o capital dá forma ao modo de produção; por outro, esta forma modificada de modo de produção e certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais constituem a base e a condição – a premissa – do seu próprio desenvolvimento (MARX, 1985: 138 *apud* FONTOURA, 1994: 105)

2.3 O VÍNCULO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO COM A AGROINDÚSTRIA

Fatores endógenos ou exógenos que modificam o meio rural produzem uma grande dúvida que permeia o entendimento da funcionalidade da agricultura familiar. Se no passado existia grande dependência dos comerciantes na aquisição de empréstimos no comércio dos produtos agrícolas, na compra de alimentos, no transporte da produção, hoje isso não ocorre. A partir de 1960, com o crédito rural, deixou de existir a relação de clientelismo com os comerciantes e, assim, a eficiência e a prosperidade da agricultura familiar deu-se em parte devido à mão-de-obra barata e aos recursos subsidiando a agricultura. As pequenas propriedades, associadas à agroindústria, tornam-se muito dependentes dos bancos, que efetuam empréstimos por meio de programas federais, a exemplo do PRONAF. Neste sentido, a dependência mudou de escala, não é mais local, mas tornou-se de ordem federal, extrapolando, em muito, a esfera do passado, quando os comerciantes emprestavam dinheiro aos agricultores. A consequência disso é, ainda hoje, o medo, por parte dos agricultores, de que venha a ser tirada a única coisa sem a qual não poderiam sobreviver – a terra. A insegurança hoje é maior, embora na área de estudo isso não esteja acontecendo, pois quando há dificuldade em pagar o banco, os empréstimos são feitos com parentes ou vizinhos que apresentem condições. Outro fato importante a ser colocado, o pagamento das dívidas sempre é executado na seguinte ordem:

- a) Primeiro: os bancos;
- b) Segundo: os vizinhos;
- c) E, por último, os parentes.

O empréstimo é feito no caminho inverso, pois a confiança entre parentes e vizinhos é muito grande, tanto que muitas vezes não fazem contratos ou recibos de transferência do dinheiro. Outro fator relevante para quem está precisando de dinheiro emprestado são as taxas de juros, que em geral são menores com os parentes do que as dos bancos. Hoje, entretanto, o PRONAF executa uma função muito importante, pois o governo faz empréstimos de dinheiro a juros baixos e com maior prazo de pagamento do que antigamente.

A agroindústria mantém um vínculo muito acirrado com o agricultor, pois “os insumos não formam um segmento autônomo de mercado, mas compõem um conjunto de condições objetivas de reprodução material ao qual o camponês só tem acesso quando se submete aos vínculos de dependência” (ABRAMOVAY, 1992: 123) que o ligam à agroindústria de forma mais intensa e direta do que aos parentes e aos vizinhos, no trato desse tipo de negócio. Assim tornam-se “agricultores profissionais”, permanecendo na terra e integrados à agroindústria, que consegue baratear os custos de produção, através:

- a) “Do fornecimento de insumos industriais;
- b) Da não-imobilização de parte do seu capital em compras de terras e construção de instalações;
- c) Do aumento da produtividade do fator trabalho;
- d) Da produção do milho pelo próprio agricultor;
- e) Do barateamento do custo de reprodução da mão-de-obra através de agricultura de subsistência”. (STÉDILE, 1995: 60)

A relação existente entre a agroindústria e a unidade de produção com base no trabalho familiar funciona de uma forma muito confortável para a agroindústria. Ela fornece os equipamentos sob a forma de financiamento, que é pago com a entrega da produção. Nos primeiros anos, por exemplo, na produção da uva, a renda do agricultor é pequena, pois ele está pagando a dívida do financiamento. Nesta relação, quem corre risco é a unidade de trabalho com as possíveis intempéries da natureza, e com as possíveis variações de preço, pois, se por acaso houver uma quebra de safra, é o agricultor que irá pagar um percentual menor do empréstimo no ano que isso ocorrer, mas terá que pagar sua dívida. Nesta ligação, ocorre a permanência da mão-de-obra sem salário fixo. Este é um fator relevante no jogo, o lucro de não ter que pagar os prejuízos em caso de problemas na produção, não ter que pagar o salário, pois é o próprio agricultor que retira do seu trabalho o salário para a reprodução de

suas necessidades. Dessa forma o setor agrícola consegue “rebaixar o valor da força de trabalho, oferecendo produtos alimentares a preços menores do que aqueles de uma empresa capitalista. A isso se deve o nome de ‘funcionalidade da pequena produção’”. (ABRAMOVAY, 1992: 212) A comercialização ocorre de forma direta sem a intermediação, mas, mesmo assim, não vê mecanismo para que as baixas cotações recebidas pelas unidades de produção se transformem automaticamente em baixos preços para os consumidores.

2.4 DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

A agricultura familiar, segundo Schneider, “é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações onde o trabalho da família assume uma importância decisiva”. (SCHNEIDER, 1999: 14) É o trabalho de uma unidade de produção dedicado exclusivamente ao trabalho na terra, tirando da mesma o seu sustento.

As unidades familiares que combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas são conhecidas como pluriativas²², já que exercem mais de uma atividade econômica, (trabalho agrícola e não-agrícola). Esses agricultores com mais de uma atividade são conhecidos como *part-time farmers*²³, por não dedicarem mais todo o seu tempo de trabalho às atividades agrícolas nos seus estabelecimentos. A diferença entre os termos está na unidade de análise: o primeiro diz respeito às famílias e seus membros; enquanto o segundo diz respeito ao estabelecimento agropecuário.

A agricultura em tempo parcial apresenta em seu contexto a prática de que pelo menos um dos integrantes trabalha fora da propriedade, obtendo parte do sustento da família em trabalho considerado agrícola ou não-agrícola. A família não tem na propriedade rural seu principal local de trabalho.

A pluriatividade proporciona questionamentos quanto às condições de reprodução da agricultura familiar. Ou seja, ela vai se estabelecer com as diversas atividades econômicas a ela inerentes, ou é uma fase transitória, é a passagem de um determinado meio rural para um determinado meio urbano? O local de estudo apresenta diversos aspectos que o caracterizam como em transição. Podemos dizer que muitos meios considerados urbanos também apresentam características rurais. Assim, há, no local de estudo, a associação de múltiplos

²² Segundo Schneider, "A pluriatividade é entendida como o exercício de mais de uma atividade remunerada, manifesta-se através de uma multiplicidade de formas, em situações de tempo e espaço distintas e de acordo com os agentes e a estrutura sócio-econômica em que transcorre". (1980: 126)

fatores – pequenas propriedades, empregos diversificados, empregos temporários, pequenas empresas – que o tornam um meio com diversas atividades profissionais caracterizadas por serem agrícolas e não-agrícolas, e assim ocorre a agregação integração, e a inserção no momento histórico atual.

A multiplicidade de formas e de situações em que são praticadas as atividades extra-agrícolas é considerada por alguns pesquisadores – principalmente pelos historiadores – como uma evidência da flexibilidade e da grande capacidade adaptativa da pluriatividade aos diferentes contextos econômicos e históricos (...) O debate acadêmico se desenvolve, assim, em duas direções: na tentativa de construir novos modelos de análise para a relação entre a agricultura familiar e a sociedade englobante, e no esforço de descrever as referências empíricas que servem de suporte às argumentações teóricas (CARNEIRO, 1998: 149)

Diferentemente do que ocorre na França, conforme coloca Carneiro, “as atividades não-agrícolas passam ser vistas como um freio ao desenvolvimento da agricultura e são acusadas de provocar (...) para baixo o preço dos produtos e da terra”. (1998: 152) O meio rural da área de estudo tem apresentado um grande acréscimo no valor da terra, isso possibilita pensarmos que a pluriatividade não vem desvalorizando o valor da terra, já que a mesma, conforme alguns agricultores, apresenta alta valorização, sendo a de valor mais elevado no município. O preço varia em função da localização da terra e da qualidade da mesma. Conseguir adquirir terra é primordial para muitas famílias que têm propriedades pequenas. Como a oferta é muito pequena, o preço pago pela terra é elevado²⁴.

Mais ainda: uma recente avaliação das experiências de desenvolvimento local nos países da Europa do Sul (Portugal, Espanha e Grécia) mostrou que o subdesenvolvimento, na maioria das vezes, resultado da falta de atividades rurais não-agrícolas mesmo nas zonas de agricultura moderna. (ARNALTE, 1998 *apud* CAMPANHOLA, 2000: 21)

A aquisição de terra torna-se possível quando uma família desloca-se para outra área agrícola ou para uma área urbana, e dessa forma vende a sua propriedade.

As atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural estão proporcionando um novo mecanismo de sobrevivência e de reprodução social, aumentando sua importância na estrutura

²³ Segundo Schneider, "A agricultura em tempo parcial ocorre nas situações em que pelo menos a metade da força de trabalho ativa da família não tem na propriedade rural seu principal local de trabalho". (1980: 118)

social. Essas novas formas de reprodução dos pequenos agricultores estão estreitamente ligadas ao surgimento das relações de assalariamento.

(...) A relação de assalariamento situa-se como um campo através do qual se pode observar a concorrência entre os trabalhadores, permitindo visualizar um dos mecanismos essenciais à acumulação do capital e a continuidade do modo de produção capitalista: a constituição de um exército de reserva que, entre outras funções, exerce aquela de contribuir para manter em limites estreitos as pressões altistas relativamente à remuneração do trabalho, e limitar as condições de reivindicação do trabalhador no que se referem as melhores condições de vida e trabalho. (SIMON, 1982: 289)

A aplicação dos lucros obtidos na diversificação do trabalho efetuado na propriedade agrícola ou fora, seguindo caminhos positivos, como a modernização (aquisição de novas tecnologias) da agricultura, e o emprego desse dinheiro para melhorar as condições de conforto (ou seja, de qualidade de vida), ambas as circunstâncias possibilitam a reprodução da agricultura familiar. Assim, temos que enquanto os agricultores assumem a posição de pluriativos, as propriedades familiares tornam-se unidades agrícolas de tempo parcial.

2.5 A URBANIZAÇÃO DO CAMPO, O ‘NOVO RURAL BRASILEIRO’

O processo de urbanização do meio rural, que em parte atesta o sucesso das atividades não-agrícolas deste está ocorrendo, também, viabilizando, dessa forma, a “salvação da agricultura familiar”, principalmente nas regiões de pequena propriedade rural. Cria-se a possibilidade de permanência mais acentuada dos membros das famílias, que cada vez mais se dirigiam para os centros urbanos – os jovens, que passam a ter condições de efetuar seus estudos e de ter trabalho mais digno no meio rural. “Qual seria hoje, então, o sentido das expressões rural e urbano? Ao nosso ver, se há um ponto em que podemos nos apoiar para definir a natureza do rural, este seria as dimensões ‘econômica’, ‘social’ e ‘espacial’ da relação dos atores sociais com a terra”. (ALENTEJANO, 2000: 104) Segundo Fontoura, o que diferencia o urbano do rural é que no campo o “instrumento fundamental de produção é a terra”, mas, como será visto no próximo capítulo, das famílias entrevistadas apenas 48,37% vivem da terra, demonstrando as transformações do campo em meio urbano. Gaziano da Silva denomina o ‘novo rural brasileiro’. Essa nova denominação consiste nos elementos que o constituem, ou seja, nas novas atividades, que não são apenas de produção agrícola ou fator

²⁴ Há cerca de algumas semanas, mais precisamente no início do mês de agosto de 2002, houve a transferência de uma propriedade de 5 ha, que foi comprada por duas famílias, ou seja, em duas parcelas de dois 2,5 ha, com custo para cada família de R\$ 20.000,00. O valor foi considerado elevado, para uma área rural.

da pecuária, mas na combinação de diversas atividades de trabalho. “(...) O meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”. (GRAZIANO DA SILVA, 1998: 1)

Como causas principais do processo de urbanização do meio rural, temos:

- a) a urgência das atividades não-agrícolas e pluriativas, decorrente do próprio processo de urbanização do campo, a partir da expansão do mercado de trabalho urbano;
- b) a abertura econômica efetuada na década de 90, que proporcionou concorrência dos produtos e a modernização da agricultura, chamada também de ‘modernização conservadora’.
- c) os limites de crescimento do emprego rural, e a conseqüente solução que surge com os trabalhos não-agrícolas.

A falta de investimento na agricultura familiar levou, nas décadas passadas, ao deslocamento do agricultor do campo para a cidade. As décadas de 60 e 70 foram as que mais apresentaram um fluxo populacional rural-urbano, mas o principal fator para a redução nas décadas seguintes está no fato da redução do estoque da população rural.

A formação dos complexos agroindustriais nos anos 70 se deu a partir da integração intersetorial de três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas beneficiadas por fortes incentivos de políticas governamentais (...) (GRAZIANO, 1998: 163)

A industrialização da agricultura brasileira (melhor dizendo, das grandes propriedades agrícolas) é relativamente recente, data de década de 60, e representou um salto técnico qualitativo, quanto à produtividade, enquanto que a modernização nas pequenas propriedades é muito mais recente. Na área de estudo, a modernização de grande parte dos agricultores está ocorrendo nos últimos anos.

O processo de instalação e consolidação das agroindústrias possibilitou, a partir da década de 70, uma crescente urbanização do meio rural. Essa urbanização faz-se presente, em princípio, nas transformações nas relações de trabalho estabelecidas entre os agricultores e as indústrias. O processo de assalariamento oferecido pelas agroindústrias (a exemplo da avicultura, com salários a cada dois meses) é um dos fatores que têm contribuído para a urbanização do campo. Há outros também de suma importância, como: o saneamento, a água

encanada, a luz elétrica, o transporte às escolas, o transporte à universidade (sistema que foi implantado no município no início deste ano), e a tecnificação do trabalho, que vem a qualificar mais a mão-de-obra do pequeno agricultor. Essas mudanças no meio rural estão proporcionando o desaparecimento da distinção cidade/campo, surgindo uma rede urbana contínua, surgindo um novo imaginário do espaço e tempo, por influência da tecnologia, do transporte mais rápido, dos meios de comunicação, e uma organização industrial do trabalho.

Hoffmann (1991) ressalta, todavia, que na década de 70 houve redução nos níveis de pobreza absoluta entre as pessoas que permaneceram na agricultura, apesar desse aumento da desigualdade da distribuição da renda dentro do setor. Isso se deveu basicamente ao crescimento mais rápido do rendimento médio por pessoa ativa na agropecuária, que praticamente dobrou entre 1970 e 1980, enquanto o do setor urbano cresceu cerca de 50%. Como consequência, houve diminuição da desigualdade campo/cidade, embora em 1980 o rendimento médio por pessoa ocupada em atividades urbanas tenha sido mais do que o dobro do rendimento médio do setor rural (GRAZIANO, 1998: 129)

2.6 CRÉDITO RURAL

Foi somente a partir de 1995, por meio de lutas e reivindicações dos agricultores, que o Governo Federal passou a reconhecer a categoria de agricultores familiares, para efeito de política de financiamento, criando um mecanismo de auxílio aos pequenos agricultores através do PRONAF. Foi com esse programa de financiamento que o Estado passou a realizar seu papel com o agricultor familiar. A visão da agricultura como fonte de renda e também conforme o tamanho da propriedade foi variando de acordo com a evolução do pensamento e das idéias que envolvem a mesma, embora na própria formação dos complexos agroindustriais nos anos 70 houvesse fortes incentivos de políticas governamentais às agroindústrias, que assim possibilitaram a integração campo/cidade. A formação desses complexos proporcionou, em parte, a permanência do homem no campo.

A modernização conservadora da agricultura no Brasil apresenta como principais produtores integrantes os médios e grandes produtores, caracteriza-se dessa forma por ser excludente, e por estar, até 1980, em apenas 10% das propriedades rurais. Além de desigual, apresentou-se de forma lenta se comparada ao desenvolvimento rural. Entretanto, recentemente o acesso ao crédito bancário, através do PRONAF, também tem favorecido a modernização da produção nas propriedades, pois os empréstimos, em geral, têm por objetivo

a aquisição de equipamentos agrícolas e a construção de celeiros, até mesmo de novas e melhores moradias.

(...) A análise da implementação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), encomendado pelo Ministério do trabalho (...), nos permite dizer (...) que a concessão de crédito para a agricultura familiar ainda é muito limitada, pois as operações (80% do total) concentraram-se em apenas 5 estados – sendo que três desses localizados na região Sul, ou seja, onde estão os agricultores familiares mais modernizados, muitos dos quais integrados às agroindústrias – e tiveram valor médio reduzido (R\$ 3.770, 39). (ALENTEJANO, 2000: 94)

Tabela 4

Aplicação por finalidade de crédito rural Brasil 1990-1995

| Ano | Custeio | Investimento | Comercialização | Outros | Total (em US\$/mil) |
|------|----------|--------------|-----------------|--------|---------------------|
| 1990 | 6.816,58 | 919,00 | 2.649,47 | 56,21 | 10.441,27 |
| 1991 | 4.560,01 | 286,31 | 1.168,57 | 21,06 | 6.035,94 |
| 1992 | 4.429,74 | 269,31 | 2.118,25 | 8,68 | 6.826,26 |
| 1993 | 4.773,90 | 46,33 | 3.385,21 | 0,00 | 8.605,50 |
| 1994 | 5.432,71 | 1.076,65 | 5.023,76 | 2,44 | 11.535,56 |
| 1995 | 5.242,50 | 868,51 | 3.383,07 | 45,58 | 9.340,67 |

Fonte: Banco Central do Brasil, Indicadores da agropecuária, 1996, *In* Mattei (1998: 46), que cita Rocha, 1997.

No governo Collor, a partir de março de 1990, houve algumas mudanças nas regras referentes ao crédito rural: “(...) manteve-se basicamente a mesma sistemática anterior de corrigir os empréstimos pela inflação passada e de fixar os limites de recursos emprestados em função do tamanho do produtor”. (GRAZIANO, 1998: 135) É evidente que a dívida do pequeno agricultor constitui mecanismo de extração de parte do valor do produto agrícola. Embora o crédito agrícola seja um “procedimento de transferência de valores, não deixa de constituir um meio que permite ao pequeno camponês aumentar as bases de sua exploração. Se o crédito ‘suga’ o trabalho do camponês, este, por sua vez, só sobrevive graças a um recurso contínuo ao crédito.” (GRAZIANO, 1998: 174)

O aumento nos investimentos na agricultura familiar tem auxiliado muito as unidades de produção familiar, já que estão proporcionando a aquisição de equipamentos agrícolas, principalmente nos últimos anos, mostrando a modernização pela qual o campo vem

passando. A mecanização aumenta o volume de produção, como também proporciona mudança no ritmo de trabalho.

A renda no Brasil tem seguido um modelo pouco desejável, a desigualdade está cada vez mais presente, principalmente no meio no urbano, ou seja, os pobres estão mais pobres e os ricos, mais ricos. A explicação para esse fenômeno não se aplica ao meio rural, está no simples fato de a maior parte da população pobre do meio rural ter se deslocado para a cidade, aumentando suas periferias (favelas), com subempregos (biscateiros, bóias-frias, pedreiros, etc). A ocorrência desse modelo é reforçada “por uma distribuição fortemente desigual dos fatores de produção, aguçada historicamente por uma combinação de políticas macroeconômicas e agrícolas que reforçaram a natureza excludente de modelo de desenvolvimento.” (GRAZIANO, 1998: 179) Muitos agricultores investem na educação dos seus filhos, que podem permanecer nas cidades com um bom nível de instrução e conseguir empregos. Para estes, há vantagens no deslocamento campo/cidade. Os jovens que seguem esse caminho podem obter sucesso. Entretanto, quando famílias inteiras se dirigem a cidades com um baixo nível de instrução, a renda per capita tende a diminuir muito o padrão de vida dessas famílias. Assim, a permanência de famílias inteiras ou de maior parte da família tem oportunizado uma qualificação de vida melhor do que se tivessem se deslocado para as cidades.

Tabela 5

Distribuição da PEA de 10 anos ou mais, segundo a situação do domicílio e ramo da atividade principal: Brasil, 1970/80 e 1981/90.

| Anos | Urbano | | Rural | | Total | |
|------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | AGR | N-AGR | AGR | N-AGR | AGR | N-AGR |
| 1970 | 10,1 | 89,9 | 87,8 | 12,2 | 44,3 | 55,7 |
| 1980 | 7,6 | 92,4 | 79,7 | 20,3 | 29,3 | 70,7 |
| 1981 | 8,1 | 91,9 | 77,2 | 22,8 | 29,2 | 70,3 |
| 1990 | 6,0 | 94,0 | 68,4 | 31,6 | 22,9 | 77,1 |

AGR = agrícola; N-AGR = não agrícola

Fonte dos dados básica: Censos Demográficos de 1970 e 1980; PNADs de 1981 e 1990. (Graziano, 1998: 174)

Na análise da tabela acima, percebe-se a diminuição do número de agricultores e o aumento da população economicamente ativa na atuação em trabalhos não-agrícolas. Há

diminuição das áreas agrícolas trabalhadas, e conseqüente aumento de áreas verdes, seja de florestas cultivadas ou matas nativas. Esse aumento é percebido principalmente nas terras de menor qualidade (encostas íngremes, áreas de difícil acesso, terrenos pedregosos), que foram abandonadas ou passaram a servir de áreas de reflorestamento. A tabela acima mostra a distribuição da PEA por ramos de atividade de acordo com os Censos Demográficos de 1970 e de 1980 e as PNADs de 1981 e 1990. Como se pode verificar, já em atividades não-agrícolas, essa proporção cresce para cerca de 20% no ano de 1980, atingindo 31,6% em 1990. Ou seja, de cada três pessoas economicamente ativas que residem na zona rural, uma está ocupada em atividades não-agrícolas.

Recentemente, com essas políticas de financiamento voltadas para a agricultura familiar, o Estado passa a ter um grande papel na consolidação das unidades de trabalho. Assim, o Estado, com sua política de investimento agrícola, por meio do crédito rural, proporcionou dinamismo ao setor, interferindo

Na estrutura agrária, na política de preços, determinação estrita da renda agrícola e até no processo de inovação técnica, formando o cotidiano dos milhões de agricultores que vivem numa estrutura atomizada onde, entretanto, o Estado tem influência maior que em qualquer outro campo da vida econômica. Não que a concorrência tenha sido abolida: ela opera, porém, num quadro de permanente *organização pública dos mercados*²⁵. (ABRAMOVAY, 1992: 22)

2.7 A UNIDADE DE PRODUÇÃO COM BASE NO TRABALHO FAMILIAR SUBORDINA-SE AO MERCADO

Seria um equívoco pensar que políticas agrícolas

Resultam fundamentalmente da pressão e dos interesses dos próprios agricultores. Na verdade, elas foram *a condição para que a agricultura desempenhe um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista*²⁶: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura de consumo dos assalariados fosse cada vez menor e portanto que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis, uma das bases da própria expansão que conheceu o capitalismo entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1970. (ABRAMOVAY, 1992: 23)

²⁵ Grifo do autor.

²⁶ Grifo do autor.

No caso da região de colonização italiana, o estabelecimento da colônia já se fez em uma época em que o desenvolvimento do comércio no Estado era bastante elevado, razão pela qual acredita-se que desde o início tenha havido a exportação de excedentes. Desde o início, de acordo com o apresentado no primeiro capítulo, havia produção de alguns gêneros para a venda e outros para o consumo. Dessa forma, a colônia italiana ultrapassa a primeira etapa da economia rural, que Neves cita como de autoconsumo e subsistência, uma economia natural “quando refere-se à primeira etapa da produção camponesa, apenas como agricultura de subsistência”. (NEVES, 1998) Na consolidação da unidade de produção agrícola, as cooperativas também apresentaram funções relevantes, pois elas “desempenharam um papel fundamental nesse processo de destruição da economia de subsistência e de integração dos pequenos agricultores à economia de mercado” (STÉDILE, 1995: 32); além de também unir e fortalecer as relações nas comunidades.

A inserção no mercado por meio da subordinação está presente constantemente na vida rural, pois, se muitas vezes eles têm condições de atribuir preços aos produtos, não atribuem, apenas cobram o preço que o mercado coloca, não se impondo quando podem, assim não correspondem à racionalidade capitalista e parecem estar subordinados inconscientemente ao sistema. “A lógica da sociedade moderna, que dirige normas de legitimidade das profissões e que regula seu exercício, demonstra que não há lugar para o trabalhador que se consagra a várias atividades profissionais. A sociedade capitalista moderna exige de seus trabalhadores uma especialização com o objetivo de obter níveis de produtividade e eficácia cada vez mais elevados. Qual seria, então, de acordo com esta racionalidade, o estatuto social possível de um indivíduo que não chega a viver de uma única ocupação?” (CARNEIRO, 1998: 154)

A vinculação da produção ao mercado nacional ou internacional proporciona grande variação dos preços, principalmente com a variação do dólar. Quando ocorre a valorização do real, a política comercial é atingida pela política cambial com taxas sobrevalorizadas causando fortes impactos, prejudicando as exportações. No entanto, no momento atual, com as altas variações do dólar, e com uma cotação elevada – em torno dos R\$ 4,00 – tem auxiliado muito a produção para as exportações, já que o produto nacional chega no mercado internacional com preços bem menores, fazendo com que a balança comercial do Brasil esteja com saldo positivo. Conseqüentemente, os produtos importados figuram com valores mais elevados, incentivando a comercialização de produtos brasileiros, como ocorreu no último mês de setembro, quando o Brasil bateu recorde. 50% das exportações são oriundos da

agroindústria. Com o real em baixa, e o Brasil podendo entrar numa recessão econômica, fica difícil de acreditar, mas alguns setores obtêm vantagens, e a exportação dos produtos agrícolas é um desses setores em crescimento.

2.8 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Há diversos fatores que contribuem para o desenvolvimento da pequena propriedade rural: a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida do trabalhador rural; a mecanização, como também o desejo de aumentar a produção e a rentabilidade. Nas conversas e entrevistas com os agricultores, esteve presente, em mais de uma ocasião, a idéia de que a mecanização tinha o objetivo de diminuir o esforço físico empregado no trabalho agrícola. Em algumas entrevistas, percebeu-se que os agricultores não aumentaram a área de exploração após a aquisição do equipamento agrícola, o que vem a demonstrar que a qualidade de vida é um objetivo presente no cotidiano do agricultor. Conforme coloca Chayanov, houve a qualificação da auto-exploração.

Outro problema exposto pelos entrevistados é a baixa remuneração da força de trabalho. Alguns colocaram que hoje a rentabilidade da produção diminuiu muito em relação ao passado, e a aquisição de bens (imóveis, automóveis e eletrodomésticos, etc) está cada vez mais prejudicada. No passado, era muito comum, em algumas famílias, a aquisição anual de algum imóvel, ou a compra de eletrodomésticos caros, ou carro, ou a troca do mesmo. Isso atualmente tornou-se mais difícil. Mas cabe ser lembrado que a aquisição de novos eletrodomésticos está vinculada a equipamentos lançados mais recentemente no mercado, que passaram a estar presentes no meio rural, como: forno de microondas, forno elétrico, vídeo cassete, micro computador (este item, apenas em duas famílias). Como também há mais gastos com insumos agrícolas e maquinários, muitos colocaram que “dá na mesma, ganhamos mais e gastamos mais”.

É nesse espaço que surgem novas relações econômicas e sociais, decorrentes dessa modernização, que transforma o cotidiano rural, e as relações destes com a agroindústria. Há dois tipos fundamentais de sociedade humana: a sociedade tradicional e a moderna, isso diante das teorias modernas. Nesse meio permeado de inovações técnicas, que facilitam o trabalho e modificam a rotina, ocorrem grandes modificações culturais. A vida cultural do meio rural, ou do interior, conhecida por ser mais tradicional, vai incorporando hábitos citadinos, aceitando comportamentos ditados pelo meio urbano. Isso significa que o meio rural, além estar modificando sua vivência a partir das novas tecnologias, também vai

modificando lentamente seu comportamento. Um fato importante que auxilia a aceitação do comportamento urbano é a estreita relação dos estudantes com ambos os meios, que acabam por influenciar seus familiares.

Além da aquisição de novas tecnologias, as formas de trabalho foram modificando, com o surgimento de duas madeireiras e uma fábrica de tijolos (olaria). Trabalhar fora da propriedade tornou-se mais fácil. Com a melhoria da rede de transporte, também se tornou possível o trabalho fora da comunidade (conseqüentemente, o contato constante de alguns membros da sociedade com o meio urbano). O processo de assalariamento e a especialização do trabalho incorporam-se de forma gradual e natural, fazendo com que o trabalho não-agrícola seja incorporado à vivência e à organização desse “meio rural”. "E cada uma dessas sociedades caracteriza-se por um modo de organização social, econômico e político que apresentam um traço comum entre si. O traço característico comum à sociedade tradicional é a estabilidade ao longo do tempo, quase inalterável através da sucessão de gerações e de pequena variabilidade de situações diferentes entre os agentes sociais. Na sociedade moderna, cada função tende a especializar-se, e isto dá origem a uma série de estruturas, cada vez mais específicas". (LENZI, 1976: 7) É o surgimento dessas novas formas específicas ou estratégias de trabalho, das novas estruturas na sociedade, que transformam este meio em urbano. Claro, ainda com algumas características rurais, devido à escassez de recursos existentes, ou seja, as pequenas propriedades estabelecem limitações, e as possibilidades da aquisição de melhores condições apresentam-se sob a forma de trabalho não-agrícola.

As novas estratégias estão justamente na incorporação de novos trabalhos que possibilitem o aumento da renda familiar, como também novas tecnologias que disponibilizem a mão-de-obra, abrindo novas oportunidades de trabalho, a uma crescente divisão social do trabalho e integração ao mercado. O aumento de pessoas instruídas (número de anos que freqüentam a escola), a melhoria da qualidade de vida (com mais equipamentos) e o aumento da *renda per capita*²⁷. Se houve melhorias, as estratégias de inserção ao mercado estão dando certo. Na citação de Santos (1999: 46) da obra de Marx, podemos perceber como o trabalho é realizado e o que “distingue as épocas econômicas umas das outras: não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho”.

²⁷ Como é possível explicar esse aumento? As melhorias nas condições de vida explicam esse fato. Foi principalmente na última década que houve a renovação de grande parte das casas, a aquisição ou troca de carros por outros de melhor qualidade, de diversas eletrodomésticos e de tratores.

3 OS “COLONOS” DA FAZENDA FIALHO: A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

"Quando iniciamos o estudo de qualquer porção do espaço terrestre, um dos fatos que saltam à vista, como muito bem salientou o Prof. Perroux, é que "O crescimento e o desenvolvimento, nem nos velhos países, e menos ainda nos países ditos subdesenvolvidos, são uniformemente repartidos; eles se manifestam em pontos determinados, de onde se podem propagar os efeitos de aceleração ou os efeitos de frenagem". (ANDRADE, 1974: 11)

“(...) o lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global”.(SILVEIRA, 1993: 204-5). O estudo mais detalhado de uma área dinamiza o conhecimento, que assim pode ser comprovado. Este estudo foge ao conhecimento pontual, pois o local é observado há muito tempo e foi ao longo de muitos anos de observação da realidade local que aguçou a necessidade de realizá-lo. As transformações vistas, observadas e vividas da última década, passaram a chamar minha atenção. Seu entendimento tornou-se possível por meio do trabalho de campo, da aplicação de entrevista, e de visitas-entrevistas às residências²⁸. A coleta e análise dos dados auxiliam na medida que esclarecem os momentos históricos pelos quais passam os homens e mulheres do distrito da comunidade da Fazenda Fialho. Trata-se de

²⁸ As residências, na verdade, são os domicílios, nos quais foram aplicados os questionários e realizadas as visitas-entrevistas.

mudanças que envolvem alterações culturais, nos hábitos, costumes, enfim, a vivência das pessoas.

Foi necessário distinguir as diferentes propriedades em unidades de produção com base no trabalho das pessoas da família em quatro categorias distintas, conforme grau de integração às agroindústrias e ao trabalho agrícola e não-agrícola, para mostrar o processo pelo qual passa a sociedade da área em estudo. Esse processo pode ser estendido a outros locais dentro do estado, conforme indicam os estudos de Schneider²⁹, os quais servirão para algumas comparações, quando pertinente. Trata-se de um processo de incorporação da sociedade rural à modernização, ou, mais precisamente, a sua inserção na economia contemporânea dominante.

3.1 A FAZENDA FIALHO ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO

Os estudos sobre a agricultura familiar no Brasil estão relacionados principalmente às transformações nos padrões tecnológicos e seus efeitos sociais e econômicos. Na última década, ocorreram significativas mudanças na área de estudo, na medida em que os habitantes adquiriram bens duráveis, como carros, eletrodomésticos, máquinas agrícolas, além de renovarem suas casas. Muitas vezes, houve a construção de residências novas, geralmente de alvenaria, com mais cômodos, o que significa a incorporação de uma economia de consumo.

As observações na Fazenda Fialho suscitaram questionamentos que permitiram a definição da área de estudo em virtude das especificidades que apresenta: a qualidade de vida de seus moradores e as mudanças em relação às perspectivas de futuro, que envolvem desde a redução do número de filhos até a valorização da educação, que cada vez mais pode e deve estar presente nas pessoas que residem em áreas agrícolas. A literatura existente sobre a agricultura familiar não contempla a realidade em que se apresenta a Fazenda Fialho.

Em algumas investigações que tratam da agricultura familiar e da pluriatividade, os trabalhos de pesquisa de campo, em geral, são de regiões que estão integradas às indústrias (algumas são coureiro-calçadistas) e produzem alteração do vínculo dos moradores com a produção, que passa ser diversificada. Na Fazenda Fialho, não há oferta de empregos diretos de indústrias de fora, o que torna a região singular neste sentido, porque o aumento de

²⁹ SCHNEIDER, Sérgio (1999) *Agricultura Familiar e Pluriatividade*. Porto Alegre: UFRGS (Tese de Doutorado).

empregos deu-se em indústrias que surgiram no local, como é o caso da olaria, uma das três indústrias locais que buscam trabalhadores em outros municípios.³⁰

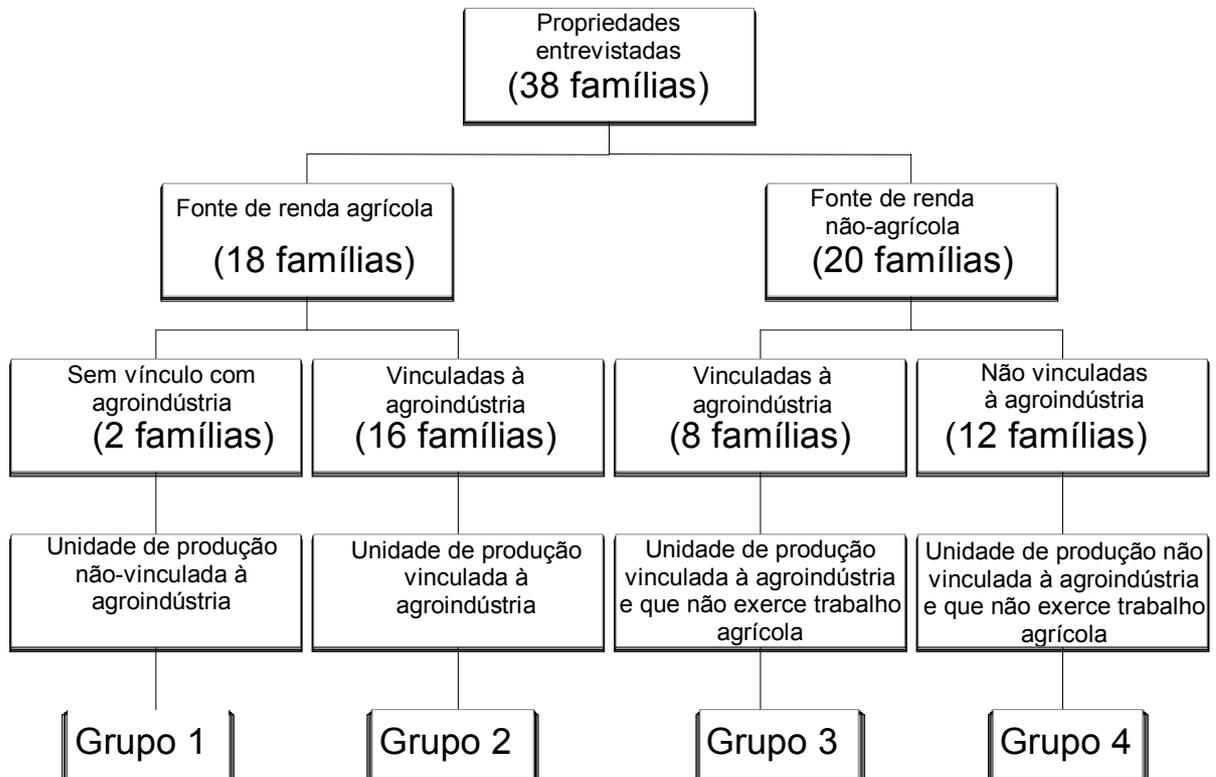
Neste sentido, o processo que se estabelece é diferente daquele estudado por Schneider (que trata das significativas alterações provocadas por indústrias calçadistas no meio rural) por tratar-se da constituição de relações e vínculos que surgiram em virtude das necessidades de as pessoas do lugar desenvolverem atividades que aproveitam os recursos naturais e permitem a ocupação de pessoas de famílias. É preciso ressaltar, todavia, que os 15 empregados da olaria vêm de outras cidades porque os moradores da Fazenda Fialho não se sujeitam a um trabalho tão árduo e com tão baixo salário.

Além da olaria, na Fazenda Fialho estão localizadas duas madeireiras e três casas de comércio. Residem na Fazenda 71 famílias, em pequenas propriedades, e formam uma categoria também conhecida como “colonos”. A partir da análise dos dados coletados, optou-se, para tornar mais explícitas as informações apresentadas, por dividir em quatro unidades as famílias pesquisadas. Foi utilizado como referencial o vínculo ou não com as agroindústrias, além da relação com atividades agrícolas, o que está representado no organograma abaixo.

³⁰ Desta forma, pessoas que provêm de uma área urbana chegam para viver em casas que são construídas pelo dono da olaria para os oleiros que trabalham nela. É prática do dono da olaria trazer casais ou famílias para trabalharem na olaria. Uma das famílias entrevistadas é composta por cinco pessoas – o casal e três filhos. Trabalham na olaria o casal e um filho, recebendo uma renda mensal de R\$ 1.100,00 reais. Destes, R\$ 600,00 reais são depositados em bancos para criar um fundo de reserva que permitirá, no futuro, adquirirem sua própria residência. Os dois filhos menores, em idade escolar, estudam na escola local e não trabalham. Os salários da olaria variam, em média, de R\$ 250,00 a 450,00 reais, o que permite seu sustento.

Organograma 1

Caracterização das unidades de produção



Neste sentido, por ocasião da pesquisa de campo, das 12 famílias que desenvolvem atividades vinculadas somente à agricultura, sem nenhuma relação com as agroindústrias, 2 foram entrevistadas; das 22 famílias vinculadas ao trabalho agrícola e às agroindústrias, 16 foram entrevistadas; das 15 famílias que têm relação com as agroindústrias e com trabalho não-agrícola, foram entrevistadas 8, e das 22 famílias que desenvolvem somente trabalho não-agrícola, 12 foram entrevistadas. Desta forma, em virtude da decisão de categorizar as famílias após ter ocorrido a realização da pesquisa de campo, o grupo 1 ficou prejudicado. Entretanto, como neste grupo as famílias desenvolvem atividades mais relacionadas ao modo tradicional e, por isso, estão muito mais presas à terra, não revelam as grandes transformações que ocorreram na região, que é o objetivo principal deste trabalho. Por outro lado, estas duas famílias servem para mostrar que mesmo aquelas famílias que hoje estão desvinculadas de uma lógica estrita do mercado conseguem manter um bom padrão de vida.

O termo ‘unidade de produção com base no trabalho familiar’ foi adotado para abranger todo o universo de famílias entrevistadas. Para tanto, em primeiro lugar, distinguimos as propriedades que realizam trabalho agrícola em tempo integral, ou seja, a fonte de renda é somente agrícola advinda da propriedade; em segundo lugar a propriedade que têm pelos menos um integrante da família realizando trabalho não-agrícola, cuja fonte de renda agrícola e não-agrícola são utilizadas para compor a renda familiar. Dessa forma, “a combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família, caracteriza e define a pluriatividade, que tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso como representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica” (SCHNEIDER, 1999).

Em segundo lugar, relacionamos as unidades que realizam trabalho agrícola e estão integradas às agroindústrias, o que originou duas subdivisões: a primeira – unidade de produção não-vinculada à agroindústria – que realiza o trabalho agrícola, mas que não apresenta uma integração com agroindústria, embora venda seus produtos, principalmente o milho e a soja às empresas. Como segunda unidade de análise, surge a unidade de produção vinculada à agroindústria – esta unidade apresenta estreita relação com as indústrias, que fornecem e financiam os bens necessários para a produção e, em troca, a unidade apenas poderá vender os produtos que integrou à agroindústria. Neste sentido, se esta fosse a única estratégia de sobrevivência de uma família, criar-se-ia uma forte relação de dependência, entretanto este não é o caso da maior parte das famílias porque elas não adotam apenas uma estratégia para sobreviverem.

Em terceiro lugar, relacionamos as unidades nas quais seus componentes não realizam trabalhos agrícolas, mas que podem estar integradas às agroindústrias ou somente desenvolvendo atividades não-agrícolas. Nestes casos, respectivamente, temos no grupo 3 o agricultor familiar integrado, por exemplo, à agroindústria de sucos de uva e que trabalha numa madeireira; já no grupo 4, por exemplo, temos um integrante trabalhando numa madeireira e um casal de idosos que vivem com suas aposentadorias.

Relembramos, entretanto, que mesmo naquelas unidades em que não há produção agrícola comercial, sempre são realizadas culturas de subsistência. Desta forma, todas as famílias têm horta, pomar e alguns produtos básicos, como amendoim, arroz, feijão, cebola, batata, aipim, etc. Isso reduz, e em muito, as despesas que as famílias têm com o rancho mensal.

Segundo Veiga, há “duas dimensões cruciais do processo de desenvolvimento: a transformação das famílias agrícolas em famílias rurais plurissetoriais e o impacto desse fenômeno sobre a dinâmica econômica local e sub-regional. Além disso, a evolução do emprego nas economias que mais se desenvolvem escancara a vulgaridade e o provincianismo da visão reinante no Brasil sobre a agricultura familiar”. (2000, p. 96) Na área de estudo, temos um total de 46 indivíduos que realizam trabalho não-agrícola. Destes, 27 foram entrevistados por ocasião da realização da pesquisa de campo.

O caso dos agricultores pluriativos é singular, pois provoca a reestruturação da propriedade. O trabalho não-agrícola é pensado, nestes casos, como uma ocupação diferenciada e parcial, e é exercido de acordo a disponibilidade de tempo. O que define uma caracterização de um trabalho como principal ou secundário é a renda que o trabalho agrega. Desta forma, “(...) a pluriatividade e os empregos não-agrícolas vêm influenciando decisivamente as transformações dos processos produtivos agrícolas e o espaço rural como um todo”. (SCHNEIDER, 1999: 114).

A pluriatividade passou a ser vista como um meio de manter a reprodução social da condição de agricultor e “(...) parecer ser uma causa e uma consequência da agricultura de tempo parcial”. (SCHNEIDER, 1999: 116) Enquanto os agricultores assumem a posição de pluriativos, as propriedades familiares tornam-se unidades de produção onde seus membros trabalham em tempo parcial.

Essa transformação vem ocorrendo de forma natural, sem a interferência direta do Estado ou de alguma indústria. A alternativa de ter uma renda em curto tempo desvinculada do trabalho agrícola é atrativa para os agricultores, pois eles podem aumentar a renda bruta da propriedade. “Pode-se dizer que a pluriatividade redefiniu o processo de produção das pequenas propriedade rurais e alterou as estratégias de reprodução das famílias rurais mediante a crescente participação das fontes de rendas não-agrícolas nas unidades familiares”. (Schneider, 1999: 116) Novas formas de trabalhos são entendidas como estratégias de reprodução do trabalhador rural.

3.2.1. Estruturação das famílias e educação

A partir da estrutura das famílias e da formação educacional, buscamos conhecer as diferenças existentes nas unidades de produção na área estudada.

A Fazenda Fialho tornou-se distrito do município de São Valentim do Sul, integrando-se, assim, no Censo Demográfico de 2000. Através do censo, constatou-se que o número de famílias naquele ano era de 74, em 2001. Quando fizemos a pesquisa de campo, esse número já havia reduzido para 71.

Nos dados do censo demográfico, o distrito registrou uma população total de 262 habitantes, dos quais 136 são homens e 126, mulheres; em 74 domicílios, dos quais 17 urbanos e 57 rurais³¹. Entrevistamos um total de 38 domicílios. Desses, 67 são homens e 61 são mulheres num total de 128 habitantes. A tabela 6 mostra que a estrutura etária dos domicílios entrevistados apresenta-se com percentuais semelhantes aos dados de censo demográfico do IBGE, relativos ao distrito da Fazenda Fialho.

Tabela 6

Estrutura etária dos domicílios do distrito e dos domicílios entrevistados.

| Grupos de idade | Fazenda Fialho | | Entrevistados | |
|-----------------|----------------|-------|---------------|-------|
| | Total | % | Total | % |
| 0 – 14 | 60 | 22,90 | 27 | 21,09 |
| 15 – 34 | 70 | 26,72 | 32 | 25,00 |
| 35 – 59 | 92 | 35,11 | 48 | 37,50 |
| 60 e mais | 40 | 15,26 | 21 | 16,40 |
| Total | 262 | 100 | 128 | 100 |

Fonte: IBGE, 2000 e pesquisa de campo, 2001.

Segundo dados do IBGE, conforme tabela 7, temos na faixa etária dos 40 aos 59 anos o maior número de chefes de família ultrapassando mais da metade, num percentual de 52,70 %. Percebe-se também que o número de chefes de domicílio com mais de 60 anos é importante, representando 24,33% do total, enquanto o número de domicílios com chefes com menos de 40 anos era de 22,97%. Deste total, segundo o IBGE, 68 são chefiados por homens e 6 por mulheres, demonstrando que ainda há um grande predomínio masculino na administração dos domicílios da Fazenda Fialho.

³¹ Embora tenhamos condições de distinguir e estudar separadamente os setores urbano e rural do distrito da Fazenda Fialho, conforme os dados do IBGE, não os dividimos, porque na relação dos diversos dados obtidos nas entrevistas, verificamos que não há diferenças significativas nas rendas brutas das famílias nos dois setores, como também não há significativas diferenças quanto às atividades realizadas.

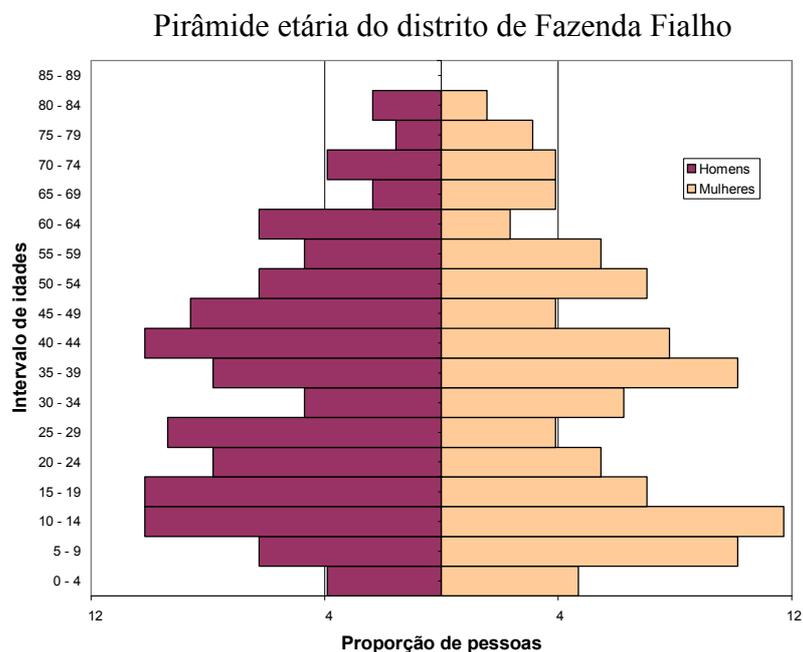
Tabela 7

| Idade do responsável pelo domicílio no distrito de Fazenda Fialho | |
|---|--------------|
| Responsável pelo domicílio | Número total |
| 20 a 29 anos | 6 |
| 30 a 39 anos | 11 |
| 40 a 49 anos | 24 |
| 50 a 59 anos | 15 |
| 60 a 69 anos | 12 |
| 70 a 79 anos | 6 |
| Mais de 80 anos | 0 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Na primeira pirâmide etária, percebe-se que há reduzido número de mulheres na faixa etária dos 24 aos 34 anos. Conseqüentemente, há reduzido número de nascimentos.

Gráfico 1



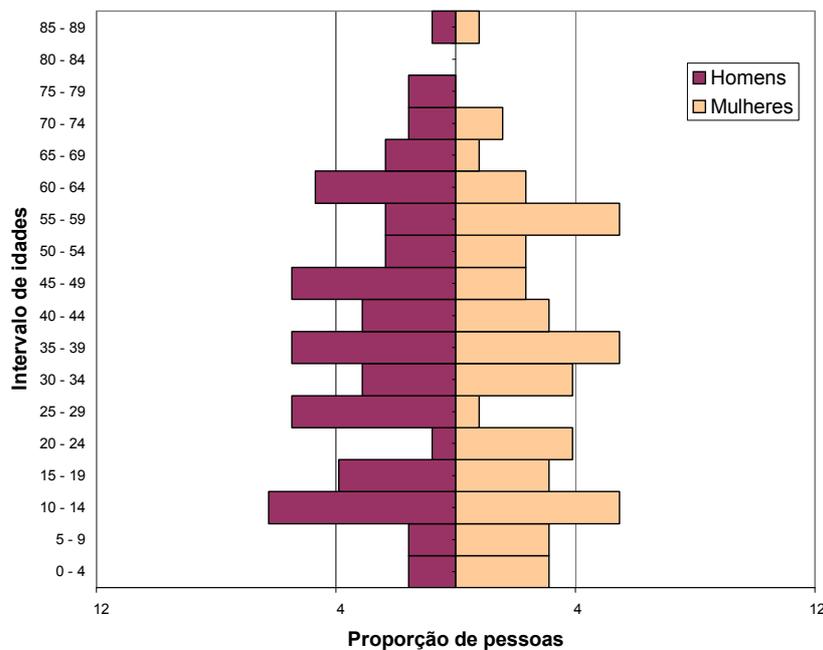
Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000.

Na distribuição etária das 128 pessoas entrevistadas, percebe-se que o número de adultos e de idosos é elevado, conseqüentemente o número de crianças e jovens é reduzido. Também chama atenção o fato de que algumas faixas etárias, como a masculina de 20 a 24

anos e a feminina de 25 a 29, terem um reduzido número de pessoas residindo, porque muito jovens migraram para estudar e não retornaram.

Gráfico 2

Pirâmide Etária das famílias entrevistadas



Fonte: Pesquisa de campo (2001)

As faixas etárias que abrangem os homens de 60-64 e as mulheres de 55-59 geralmente formam casais de aposentados. É comum encontrar famílias que apresentam dois aposentados. Assim, define-se uma parcela significativa da renda destas famílias a partir das aposentadorias e/ ou pensões.

Tabela 8

Faixas de idade e distribuição dos membros das famílias das Unidades de Análise

| Idade (anos) | Unidade de produção não vinculada à agroindústria | | Unidade de produção vinculada à agroindústria | | Unidade de produção vinculada à agroindústria e que exerce trabalho não-agrícola | | Unidade de produção que exerce trabalho não-agrícola | | Total por Unidade de Análise | |
|------------------|---|-----|---|-------|--|-------|--|-------|------------------------------|-------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Até 10 | - | - | 5 | 9,09 | 3 | 8,57 | 5 | 15,15 | 13 | 10,16 |
| 11 a 18 | - | - | 9 | 16,36 | 7 | 20,0 | 6 | 18,18 | 22 | 17,19 |
| 19 a 34 | - | - | 12 | 21,82 | 5 | 14,29 | 8 | 24,24 | 25 | 19,53 |
| 35 a 59 | 4 | 80 | 21 | 38,18 | 14 | 40,00 | 8 | 24,24 | 47 | 36,72 |
| 60 ou mais | 1 | 20 | 8 | 14,55 | 6 | 17,14 | 6 | 18,18 | 21 | 16,41 |
| Total de pessoas | 5 | 100 | 55 | 100 | 35 | 100 | 33 | 100 | 128 | 100 |

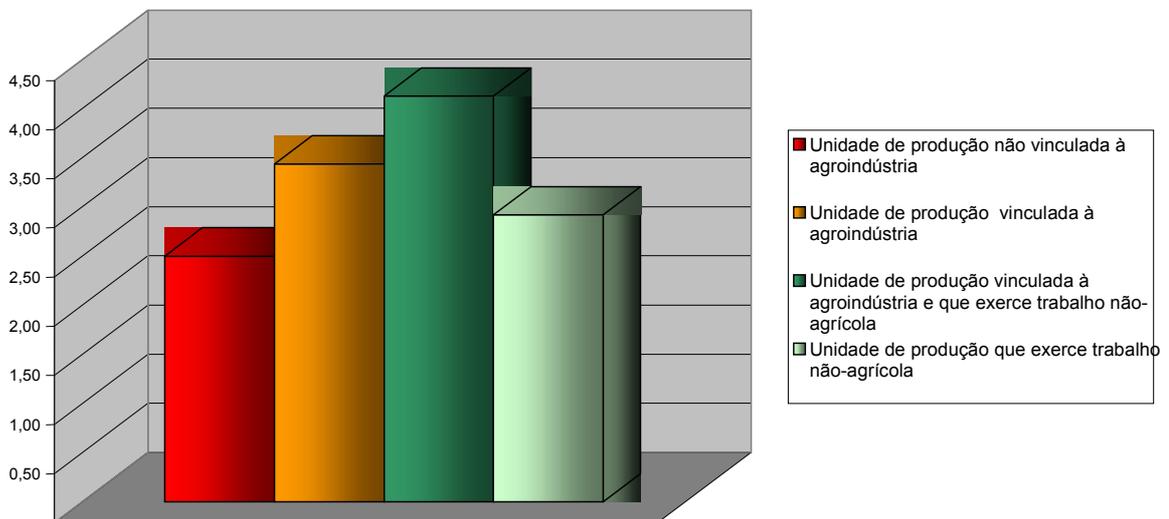
Fonte: Pesquisa de campo (2001)

No que se refere à estratificação das unidades de análise, observamos um elevado percentual de adultos e idosos. Encontramos mais de 70% da população na faixa da população economicamente ativa (PEA – 10 a 60 anos de idade). Ou seja, das 128 pessoas entrevistadas, 104 estão na PEA. Os idosos representam 16,41% da população, são superiores, em número, às crianças (0 a 10 anos), que representam 10,16% do total. Isso se deve ao fato de muitos jovens, hoje e no passado, terem emigrado às cidades mais próximas para estudar ou trabalhar. No grupo um, verificamos que existem 4 adultos e um idoso nesses dois núcleos familiares, os filhos (num total de cinco) estão morando em áreas urbanas, dois deles têm segundo grau, dois são graduandos e um é graduado. Ambas as famílias investiram e ainda investem na educação dos filhos. Os entrevistados declararam que auxiliam os filhos a pagarem os cursos superiores, já que estudam em universidades particulares da região. O segundo grupo apresenta um significativo número de pessoas na faixa etária dos 35 aos 59, são núcleos familiares mais extensos, com número médio de 3,44 pessoas por famílias. No terceiro grupo, ao qual pertencem os pluriativos, temos os núcleos familiares mais numerosos,

com uma média de 4,13 pessoas por família. Nos estudos de Schneider (1999), também se verificou que este grupo de trabalho é que apresenta os maiores núcleos familiares. Neste grupo, o número de idosos é o dobro do de crianças, mostrando, portanto, o envelhecimento local. No quarto grupo, encontramos melhor distribuição das pessoas por faixa etária, embora também apresente um elevado número de idosos. Das 38 famílias entrevistadas, apenas duas eram constituídas de apenas um integrante, ambos do sexo masculino, com idade superior aos 45 anos, essas fazendo parte da quarta unidade.

Gráfico 3

Número Médio de pessoas por Unidade de Análise



Fonte: Pesquisa de campo (2001)

No gráfico 3, verificamos que os núcleos familiares com número mais elevado de integrantes estão justamente nas famílias que trabalham com a agroindústria, principalmente a unidade de produção que trabalha com a agroindústria e o trabalho não-agrícola. A média de integrantes por família é pequena, pois em muitos casos temos apenas o casal de senhores de idade mais avançada morando com um dos filhos ou com um casal, e os outros filhos em geral estão morando em áreas urbanas. Apenas uma família tem 6 integrantes, nela encontramos três gerações: os pais, o filho casado e os netos, todas as outras estão abaixo deste número. Esse fato extremamente significativo mostra a redução do número de filhos, bem como o êxodo de pessoas do local. Isso indica que, em longo prazo, a área deve entrar

em decadência, pelo fato de ter muitos idosos, poucas pessoas nascendo, e muitos jovens estarem migrando para as cidades próximas. No entanto, quase sempre há o integrante da família que quer permanecer no local e construir a sua vida na área rural, com trabalho agrícola ou não-agrícola.

Nas faixas etárias com mais de 35 anos, temos mais de 50% da sua população. É devido a este fato que temos um baixo nível médio de instrução dessa população. Como já foi comentado antes, os jovens em geral saem da área de estudo, e em geral todos cursaram, no mínimo, o segundo grau. É justamente nas pessoas com mais de 35 anos que encontramos o maior nível de instrução – quatro anos. Elas estudavam nas escolas das comunidades do município, como a existente na Fazenda Fialho. Em geral, essas escolas são de ensino básico, ou seja, até a quarta série, ou quinta, em algumas.

Nas faixas etárias dos mais jovens, o grau de instrução aumenta na proporção inversa à idade. Isso se deve ao fato da introdução dos micro-ônibus escolares serem mais recentes. Quem hoje tem menos de 25 anos teve a possibilidade de acesso a veículo escolar para as escolas das sedes municipais mais próximas. Neste sentido, cabe ser comentado que o município tem ensino médio há apenas três anos. Este ano, ocorrerá a formatura da primeira turma de ensino médio. Mas os alunos que concluíram o ensino médio até o ano passado freqüentavam a escola estadual do município de Dois Lajeados. Assim, até o ano passado, 2001, existia micro-ônibus escolar à noite para a sede dos dois municípios. Há transporte escolar de manhã, de tarde e de noite para atender a todas séries e crianças. Acredita-se que a escola local, que também é estadual, possa ser fechada, já que o número de alunos a cada ano diminui muito, e hoje apresenta apenas 9 alunos nas quatro séries iniciais, com apenas uma professora. Alguns pais, pensando numa educação melhor para seus filhos, estão matriculando os mesmos na escola da sede do município, mesmo estando em idade escolar para freqüentar a escola local. As crianças têm aulas de micro-informática. As condições de acesso à educação estão muito facilitadas, e são poucos os jovens que não concluem o ensino médio. Em geral, não freqüentam quando não querem. Das famílias entrevistadas, todas as crianças em idade escolar estão nas salas de aula, ao que se sabe pelas conversas com os entrevistados não há crianças fora da escola na Fazenda Fialho.

O programa de alfabetização do Governo do Estado “Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos” – MOVA-RS é desenvolvido há dois anos. Conta com uma professora do local, aposentada, que dá aulas para sete alunos com idade mais avançada, duas vezes por semana, à noite. O objetivo do programa é proporcionar maior instrução e conhecimento aos

alunos, bem como também desenvolver a compreensão em relação aos aspectos econômicos e políticos que ocorrem no mundo e suas influências na esfera local.

A prefeitura, neste último ano, passou a disponibilizar transporte para a faculdade mais próxima, em Bento Gonçalves, a cerca de 45 Km da Fazenda Fialho, o que possibilita aos jovens a conclusão do curso superior com a possibilidade estar morando com os pais. Isso resulta numa redução do êxodo rural e qualifica as relações do lugar devido à permanência dos jovens.

O distrito da Fazenda Fialho apresenta, segundo o IBGE, 7,25% de analfabetos, e o município de São Valentim do Sul tem taxa de analfabetos de 8,8%, enquanto a média no Estado é de 6,1% e a nacional é de 13,3%. Por outro lado, quando observamos o nível de escolaridade dos moradores da região, percebemos que a maioria não concluiu o ensino fundamental. Neste sentido, o nível de escolaridade dos moradores ainda é baixo.

Tabela 9

| Escolaridade dos membros das famílias das unidades de análise | | | | |
|---|-----------|------------|-------------|------------|
| Escolaridade | Adultos | 0 a 6 anos | 7 a 18 anos | Total |
| Analfabeto | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Sem idade escolar | 0 | 10 | 0 | 10 |
| Ensino Básico | 68 | 0 | 17 | 85 |
| Ensino Fundamental | 9 | 0 | 2 | 11 |
| Ensino Médio incompleto | 6 | 0 | 3 | 9 |
| Ensino Médio completo | 2 | 0 | 8 | 10 |
| Superior completo | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Total | 88 | 10 | 30 | 128 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Observando a tabela 10, que trata das aprovações, reprovações e do abandono dos alunos das salas de aula no Brasil, RS e São Valentim do Sul, verificamos que as melhores condições estão no município, por apresentar o menor índice de abandono e reprovação em todos os níveis de instrução. Chama a atenção o elevado índice de abandono do ensino médio em São Valentim do Sul, se comparado ao ensino fundamental, o que se deve à recente introdução do ensino médio no município. É comum muitas pessoas voltarem a estudar e não conseguirem se readaptar aos estudos. O índice de abandono no ensino fundamental é

praticamente nulo, apenas 0,6% no nível municipal, enquanto no RS o índice atinge 7,95% e, no Brasil, 16,65%. Quanto à reprovação, também constatamos que ela é menor no município. Isso se deve, em parte, à boa alimentação das crianças e ao valor atribuído à educação, principalmente nas pequenas cidades e nos espaços rurais, o que significa uma grande conquista.

Tabela 10

Taxa de aprovação, reprovação e de abandono de São Valentim do Sul, RS e Brasil, 2001.

| | São Valentim do Sul | | | RS | | | Brasil | | |
|------------|---------------------|---------|-------|---------|---------|-------|---------|---------|-------|
| | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | Médio | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | Médio | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | Médio |
| Aprovação | 96,2 | 97,2 | 88,4 | 85,4 | 76,7 | 68,7 | 77,1 | 77,5 | 75,8 |
| Reprovação | 3,8 | 2,2 | 2,3 | 11,9 | 15,4 | 15,3 | 11,9 | 9,2 | 7,5 |
| Abandono | - | 0,6 | 9,3 | 2,8 | 7,9 | 16 | 11 | 13,3 | 16,6 |

Fonte: MEC/INEP e IBGE, 2000.

Verificamos em São Valentim do Sul o pequeno número de alunos por turma, o que vem a qualificar o ensino das escolas públicas no interior do estado.

Tabela 11

Média de alunos por turma em São Valentim do Sul em 2001.

| | Pré-escola | Ensino Fundamental | | Ensino Médio |
|---------------------------|------------|--------------------|---------|--------------|
| | | 1ª a 4ª | 5ª a 8ª | |
| Média de alunos por turma | 15 | 9 | 19,9 | 21,5 |

Fonte: MEC/INEP e IBGE, 2000.

Na tabela 12, temos o número de estabelecimentos de ensino no município, de professores e de alunos matriculados nas escolas. No município, temos oito escolas de primeira a quarta série, seis das quais localizadas nas comunidades. Duas das maiores promovem o ensino da pré-escola à oitava série. A única que abrange desde a pré-escola até o ensino médio está na sede do município. A escola do distrito da Fazenda Fialho oferece apenas o ensino básico, e é da rede estadual. No ano de 2001, ela tinha apenas 9 alunos. Como já comentamos, a tendência, no longo prazo, é o fechamento desta escola. Numa das visitas

feitas à prefeitura, fomos informados que o número de alunos nas escolas municipais é reduzido a ponto do município não usufruir os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Também fomos informados da tendência de fechar algumas escolas, já que as duas maiores estão suprindo as necessidades de todo o município. A população total do município é de 2.141, dos quais 416 são estudantes.

Tabela 12

Número de estabelecimentos de ensino, de alunos e matrículas de São Valentim do Sul

| | | Nº de estabelecimentos | Nº de Professores | Nº de matrículas |
|--------------------|---------|------------------------|-------------------|------------------|
| Pré-escola | | 2 | 3 | 45 |
| Ensino Fundamental | 1ª a 4ª | 8 | 19 | 115 |
| | 5ª a 8ª | 2 | 19 | 170 |
| Ensino Médio | | 1 | 9 | 86 |
| Total | | 8 | 50 | 416 |

Fonte: MEC/INEP e IBGE

Segundo dados da EMATER local, 80% das crianças concluem o ensino fundamental. Entretanto, com a implementação da escola de ensino médio, no ano de 2000, a expectativa é de que a cada ano cresça o número de pessoas que concluem o ensino médio, seja pela redução da distância da escola em relação à casa, seja pela valorização da educação.

Tabela 13

Trajetória Escolar de cada 100 Crianças que iniciam o primeiro grau em São Valentim do Sul

| Grau de instrução | % |
|---|----|
| Concluem o ensino fundamental | 80 |
| Desistem antes de iniciar a 5ª série | 1 |
| Desistem antes de terminar o ensino fundamental | 10 |
| Pedem transferência para outras escolas | 9 |

Fonte: Relatório da EMATER, de 2000, p. 9.

De acordo com a tabela 13, podemos esperar uma elevação real dos níveis de escolaridade para os próximos anos. Entretanto, é preocupante o fato de 10% das crianças

desistirem antes de concluir sequer o ensino fundamental. É baixo o índice de repetência no município, de acordo com os dados apresentados pela Emater (2000) – inferior a 1%.

Há 68 pessoas em idade adulta apenas com quatro anos de estudo, num total de 128 entrevistados. Notamos o baixo índice de escolaridade dessa população. A escolaridade entre as unidades de análise é muito semelhante.

Tabela 14

| Escolaridade e sexo dos membros das Unidades de Análise | | | | | | | | |
|---|---|----------|---------------|-------|---|----------|---------------|-------|
| Escolaridade | Unidade Produção vinculada ao trabalho agrícola | | | | Unidade Produção vinculada ao trabalho não-agrícola | | | |
| | Masculino | Feminino | Total Nº % | | Masculino | Feminino | Total Nº % | |
| Analfabeto | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1,47 |
| Sem idade escolar | 2 | 3 | 5 | 8,33 | 2 | 3 | 5 | 7,35 |
| Ensino Básico | 21 | 20 | 41 | 68,33 | 27 | 17 | 44 | 64,71 |
| Ensino Fundamental | 2 | 3 | 5 | 8,33 | 4 | 2 | 6 | 8,82 |
| Ensino Médio incompleto | 3 | 1 | 4 | 6,66 | 1 | 4 | 5 | 7,35 |
| Ensino Médio | 3 | 2 | 5 | 8,33 | 1 | 4 | 5 | 7,35 |
| Ensino Superior | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 2,94 |
| Total | 31 | 29 | 60 | 100 | 37 | 31 | 68 | 100 |

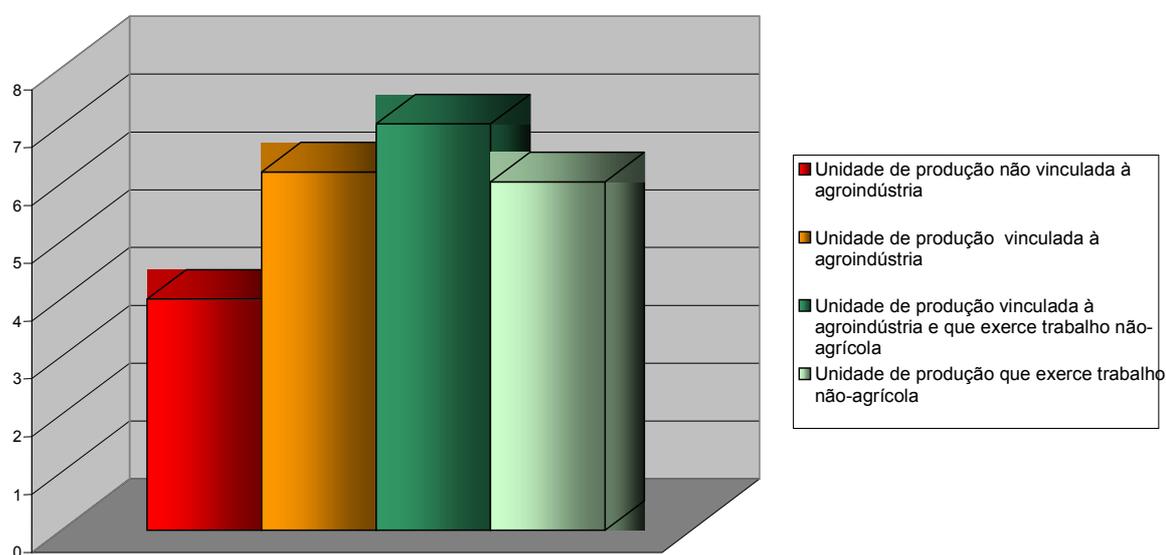
Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Os dados da tabela 14 apresentam concordância com a realidade nacional, se consideramos as dificuldades que os moradores de áreas rurais tinham para concluir o ensino médio. Nos anos de 60, 70 e meados de 80 não havia o transporte escolar gratuito, fazendo com que aqueles que desejassem estudar buscassem um modo de sobreviver nas cidades. Em

geral, é a população que corresponde, na pirâmide etária, à faixa com mais de 30 anos de idade, que possui ensino básico. Se, no passado, o agricultor não tinha necessidade de freqüentar por muitos anos as classes escolares, isso hoje é de extrema relevância para viver em qualquer lugar, inclusive na roça. O que eleva o grau de instrução da quarta unidade é o fato de termos dois graduados nesta unidade.

Gráfico 4

Média de Anos de Estudos por Unidade de Análise



Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

O gráfico 4 apresenta poucas discrepâncias em relação à média dos anos de estudo e às categorias analisadas. No terceiro grupo, há um pequeno aumento dos anos de estudos ‘médio’. Isso se deve ao fato de haver duas pessoas com nível superior completo. Embora a média de anos de estudo das categorias esteja entre 4 e 6 anos, percebe-se uma valorização, dentro da comunidade, daquelas pessoas que estudam e conseguem se comunicar com maior facilidade.

Tabela 15

Anos de estudo considerados necessários, para filhos ou netos.

| Anos de estudo | Unidade produção não vinculada à agroindústria | Unidade produção vinculada à agroindústria | Unidade produção vinculada à agroindústria e que exerce trabalho não-agrícola | Unidade produção que exerce trabalho não-agrícola | Total |
|----------------|--|--|---|---|-------|
| Básico | | 1 | 1 | | 2 |
| Médio | | 12 | 4 | 10 | 26 |
| Superior | 2 | 3 | 3 | 2 | 10 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

A tabela 15 mostra o que os pais pensam sobre a necessidade de instrução de seus filhos para viver na área, embora alguns considerem ideal o nível superior. Neste sentido, ainda é baixo o percentual de pais esperando que os filhos concluam o terceiro grau, e isto se justifica, em parte, quando colocam o custo elevado das mensalidades e da moradia em outras cidades, inviável para a família. Por outro lado, a conclusão de um curso de nível superior implica, ainda, no êxodo, ou antes, durante a realização de estágios, ou após, para que possam conduzir suas carreiras. Dessa forma, o segundo grau responde às necessidades de instrução e também à necessidade que os pais possuem de manter os filhos junto à família. No passado, os jovens tinham que se deslocar para as cidades para conseguir estudar, e poderiam lá permanecer. Hoje a migração não é necessária, mas, de qualquer forma, as famílias estão proporcionando a seus filhos o ensino médio ou o nível superior. Querendo ou não, estão preparando seus jovens para o êxodo rural.

3.2. RENDIMENTOS: FONTES DE RENDA AGRÍCOLA E NÃO-AGRÍCOLA

A forma como o pequeno agricultor trabalha a terra tem uma relação estreita com as perspectivas que possui, com seu grau de inserção no mercado. Dessa forma, os elementos fundamentais para distinguir as unidades de produção foram: a produção agrícola e seu vínculo ou não com a agroindústria, e o trabalho, seja agrícola ou não-agrícola. Isto é, utilizamos o critério que serve de fonte de renda para distinguir as unidades. Para tanto, é preciso conhecer o trabalho agrícola e a integração das unidades de produção ao mercado, e também o que envolve o trabalho não-agrícola no distrito da Fazenda Fialho.

3.2.1 Fonte de renda agrícola

Todos os entrevistados trabalham na agricultura, embora alguns apenas para a subsistência. Outros trabalham em tempo integral com a agricultura, e tiram dessa forma de trabalho o seu sustento.

As unidades de produção vinculadas ao trabalho agrícola estão cada vez mais ligadas à lógica do mercado porque não adianta em nada produzir e não ter para quem vender. Os produtos precisam ter a garantia de que terão colocação no mercado, pois não faz sentido produzir e não conseguir vender.

A integração do agricultor com a agroindústria é muito intensa. Na região sul do Brasil, segundo Navarro, as famílias, “em função dos processo de modificação agrícola típicos do desenvolvimento agrário recente, integraram-se fortemente aos distintos mercados, exercitaram as transferências tecnológicas em suas propriedades, e inclusive, as gerações mais jovens de agricultores encontram-se atualmente imbuídos de uma racionalidade de gestão da propriedade que as aproxima muito mais do modelo de *farmer* norte-americano, que simboliza o pleno desenvolvimento do capitalismo agrário”. (2002: 11) É ela que fornece insumos, financia e compra produção. Ao mesmo tempo, é a que subordina o agricultor ao mercado, que é específico. Essa relação proporciona relativa tranquilidade ao agricultor, pois compra o seu produto, há a segurança da compra, embora a renda obtida nem sempre seja a esperada. No processo industrial, o produtor recebe produtos industrializados e oferece em troca matéria-prima. O produtor é um dos braços do mercado, e desta forma podemos percebê-lo como parte integrante deste, com suas particularidades. De acordo com Abramovay, “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*”. (1992: 23)

Além da integração com a agroindústria, outros fatores interferem na produção – como também as alterações climáticas, a aceleração da erosão e o esgotamento do solo – e podem causar enormes prejuízos à produção. O período crítico, durante o ano agrícola, está concentrado entre setembro a dezembro, que é a época de preparar a terra e iniciar o plantio. Na primavera, as intempéries estão expressas no grande número de temporais e chuva abundante, como também a variação de temperatura, que pode prejudicar a produção.

O vínculo com a agroindústria, além de apresentar-se como meio de integração ao mercado, tem impacto acentuado na modernização da agricultura e na concretização de

estratégias de desenvolvimento das famílias. Os agricultores familiares, para manterem-se integrados ao mercado, precisam acompanhar as mudanças solicitadas pela agroindústria, em razão das determinações do mercado nacional ou internacional. A modernização da agricultura proporcionou êxito, por aproximar o agricultor ao mercado, através da relação direta com a agroindústria, embora torne o agricultor dependente da mesma. As integrações mais constantes, na área de estudo, são com as indústrias produtoras de vinho, a produção de aves (frango), as fumageiras, e também as vinculadas à cadeia de suínos.

A agroindústria, além de fornecer insumos, oferece aos produtores integrados assistência técnica. Na criação de aves, o trabalho é constantemente controlado. Os controles, neste tipo de integração, são tão impositivos que muitas vezes o agricultor não está apenas submetido ao mercado, mas aos horários de alimentação das aves, vacina, aquecimento no inverno, ventilação nos dias quentes. As tarefas exigem do criador muitas horas diárias de trabalho e uma grande organização, ainda que ele seja, na verdade, um “assalariado” distante, organizado e treinado sem renda e regras fixas.

Tabela 16

| Número de produtores integrados à agroindústria e o tipo de produção | | | |
|--|--|---|--------------|
| Tipo de Produção | Unidade produção vinculada à agroindústria | Unidade produção vinculada à agroindústria e que exerce trabalho não-agrícola | Total |
| Fumo | 6 | 1 | 7 |
| Aves | 12 | 2 | 14 |
| Suínos | 1 | 1 | 2 |
| Uva | 12 | 7 | 19 |
| Total | 31 | 11 | 42 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

As propriedades estão principalmente integradas à produção da uva e à criação de aves. A primeira não exige muito trabalho, cerca de três meses por ano são suficientes. No entanto, é um tipo de cultura sujeita aos fenômenos climáticos. Na produção das aves, o controle sobre as variações do clima é possível e, ainda que o trabalho seja muito mais rigoroso, ele apresenta a vantagem de pagar pelo valor do trabalho a cada dois meses, enquanto o ciclo da uva é anual. A produção do fumo já foi maior e é a mais antiga. Muitos

deixaram de produzir em função da grande quantidade de inseticidas usados. A criação de suínos ocorre apenas em duas propriedades e é menos controlada do que a criação de aves.

Tabela 17

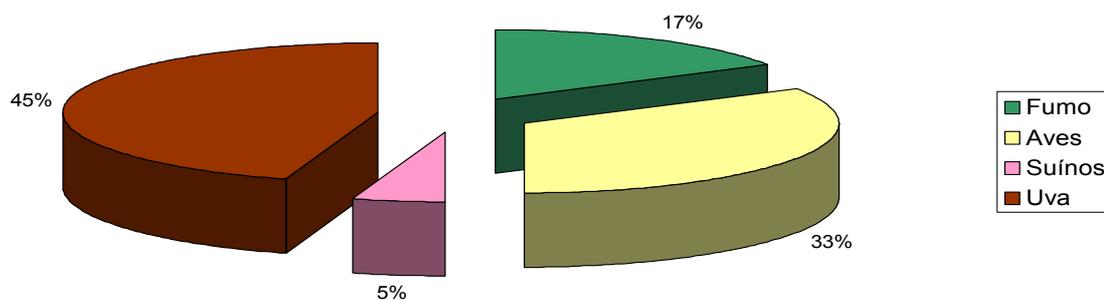
Relação entre o número de produtores integrados e a quantidade de integrações que estabelecem.

| Número de Produtores | Quantidade de Integrações | Relação vínculo/produtor |
|----------------------|---------------------------|--------------------------|
| 12 | 01 | 12 |
| 12 | 02 | 24 |
| 2 | 03 | 06 |
| 24 | - | 42 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Gráfico 5

Unidades de produção integradas à agroindústria



Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

A integração com mais de uma agroindústria é comum, há duas unidades de produção vinculadas a três agroindústrias, aqui também se percebe a preocupação com obtenção de

mais de uma fonte de renda, embora tenham dificuldade de saber quanto recebem pelo seu trabalho.

Tabela 18

| Assistência Técnica | | | |
|-------------------------------|--------------------|--------------------------------|--------|
| Principais produtos agrícolas | Número de famílias | Assistência técnica da empresa | EMATER |
| Fumo | 7 | 7 | 0 |
| Aves | 14 | 14 | 3 |
| Suínos | 2 | 2 | 2 |
| Uva | 19 | 17 | 12 |
| Total | 42 | 42 | 17 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

A assistência da EMATER é procurada quando a agroindústria não está suprindo as necessidades. A EMATER, por cobrar alguns dos exames feitos, às vezes é procurada para sanar outros problemas, não necessariamente ligados à agroindústria, como quando ocorre mortandade de peixes num açude, e são necessárias algumas análises das condições d'água.

Tabela 19

| Anos em que os produtores são integrados às agroindústrias | | | | |
|--|------|------|-----|--------|
| Anos de trabalho | Fumo | Aves | Uva | Suínos |
| 0 a 5 | 0 | 4 | 10 | 2 |
| 6 a 10 | 0 | 6 | 6 | - |
| 11 a 15 | 2 | 2 | 2 | - |
| Mais de 16 | 5 | 2 | 1 | - |
| Total de produtores | 7 | 14 | 19 | 2 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Sabe-se que as unidades de produção estão retomando o cultivo da uva nos últimos anos, pois o preço é considerado bom pelos agricultores. Além disso, a cultura exige menos horas de trabalho do que a cultura do fumo e a criação de aves. O fumo apresenta dois pontos negativos, que estão desestimulando muito a sua produção: o tempo de serviço e o uso

intensivo de inseticidas. A produção de aves se mantém mais regular, embora tenha registrado significativo crescimento há 6 - 10 anos atrás.

Tabela 20

| Venda da produção | |
|---|--------------|
| Vendas dos produtos | Número total |
| Para outro Município (empresa particular) | 25 |
| Para outro Município (cooperativa) | 1 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Todas as agroindústrias com as quais os produtores são conveniados estão localizadas em outros municípios, como também são empresas privadas. Apenas uma unidade de produção vende a uma cooperativa. O município tem algumas indústrias que estão mais ligadas ao beneficiamento de madeira (de áreas reflorestadas) e erva-mate, que não são agroindústrias (segundo conceito utilizado neste trabalho). Poucas unidades incluíram na soma de sua renda monetária bruta a venda desses dois produtos, que são adquiridos por indústrias locais.

A integração com o mercado externo, por exemplo, na produção de aves, que em grande parte é produzido para exportação, interfere na produção local, como também na expansão dessa produção. É o global agindo sobre o local. A influência do global está também no preço dos produtos, pois os produtos estão relacionados às bolsas de valores e às cotações do dólar. É nesse sentido que a diversificação se faz necessária.

Por outro lado, a descentralização dos recursos, ou seja, a municipalização dos mesmos, apresenta pontos positivos e negativos. Como ponto negativo, a municipalização da saúde, que vem dificultando o acesso direto de pacientes a hospitais das cidades maiores, pois há a necessidade de haver encaminhamento por meio da prefeitura, o que nem sempre funciona. Como pontos positivos temos a integração da sociedade à administração municipal, que em geral promove o desenvolvimento conforme as necessidades locais, atendendo a interesses da sociedade.

3.2.2 Unidades de produção que exercem trabalho não-agrícola

A pluriatividade caracteriza-se conforme o membro da família que a exerce, pois os efeitos da pluriatividade sobre a família apresentam-se de forma distinta sobre o grupo doméstico e sobre a unidade produtiva, que irão depender do gênero e da hierarquia do membro da família. Assim as unidades familiares reagem de modos distintos ao conjunto de estratégias existentes, e podem variar ao longo do tempo e conforme as circunstâncias a qual estão submetidos. Nesse sentido, variáveis externas influenciam diretamente, pois o mercado de trabalho e a infra-estrutura local oferecerão diferentes oportunidades aos moradores locais.

A oferta de trabalho é maior para as pessoas do sexo masculino, pois em geral o trabalho exige uma grande força física nas áreas com características rurais. É neste sentido que o mercado de trabalho para o sexo masculino é maior. Enquanto o homem ocupa 70,30% do trabalho não-agrícola, a mulher ocupa 29,70% dentre as pessoas entrevistadas, embora haja diversos ramos de atividades entre os trabalhadores residentes, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 21

Principais ramos de atividades dos membros das famílias das unidades de produção que exercem trabalho não-agrícola

| Setores de Atividades | Sexo | | Total |
|---------------------------|-----------|----------|-----------|
| | Masculino | Feminino | |
| Indústria | 3 | 2 | 5 |
| Comércio | 3 | 2 | 5 |
| Construção civil | 5 | - | 5 |
| Diarista agrícola | 1 | - | 1 |
| Diarista industrial | 2 | - | 2 |
| Serviço público | 1 | 1 | 2 |
| Aposentados não agrícolas | 4 | 2 | 6 |
| Costureira | - | 1 | 1 |
| Total | 19 | 8 | 27 |

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

No grupo 3 – que são os pluriativos³² –, verificou-se que a renda das atividades não-agrícolas em geral é utilizada principalmente à sobrevivência ao longo do ano, enquanto a renda agrícola é principalmente empregada na aquisição de novos bens duráveis.

Os aposentados que recebem seus benefícios não vinculados à previdência rural foram classificados nas unidades de produção que exercem trabalho não-agrícola. Conforme a tabela 21, o número de unidades de produção com aposentados não-rurais é 6, cerca de 22,22% do total. Isso indica que já algum tempo, nas propriedades, há o exercício de ofícios não relacionados com o trabalho agrícola.

Na tabela 22, observamos que o trabalho não-agrícola é principalmente exercido fora da propriedade, totalizando cerca de 70% dos trabalhadores encontrados, enquanto o trabalho na própria residência é de cerca de 30%. Registramos também que 26% dos trabalhadores se deslocam para fora da comunidade para exercer seu trabalho, embora não se desloquem muito, pois permanecem dentro do município, seja na sede deste, seja em comunidades próximas. É importante frisarmos que 74% dos empregos estão no próprio local.

Tabela 22

Local onde é exercida a atividade Unidades de Produção que não exercem algum trabalho não-agrícola.

| Local | Atividades Tempo Integral |
|---|---------------------------|
| Fora da propriedade | 12 |
| Dentro da propriedade | 8 |
| Fora da comunidade (em propriedade de outros) | 7 |
| Total de trabalhadores | 27 |

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Nas horas de trabalho de cada unidade de produção, verificamos que os trabalhadores não-agrícolas trabalham menos horas, enquanto que a maior relação com as atividades agrícolas mais longas é a jornada de trabalho. Na análise do número de horas de trabalho, nas unidades de produção, observou-se que, nas unidades vinculadas ao trabalho agrícola, 77,79%

³² Na obra de Schneider (1999), há levantamento de quatro microrregiões do Rio Grande do Sul, entre elas o Vale do Taquari, do ano 1992. Temos que a participação desta microrregião com trabalhadores somente agrícolas é de 68,2 %, enquanto nas unidades entrevistadas, em 2001, encontramos apenas 47,37% trabalhando somente com a agricultura.

trabalham mais de 10 horas em média por dia, enquanto que o percentual de horas de trabalho das unidades não-agrícolas com 10 horas médias de trabalho é menos de 50%.

Tabela 23

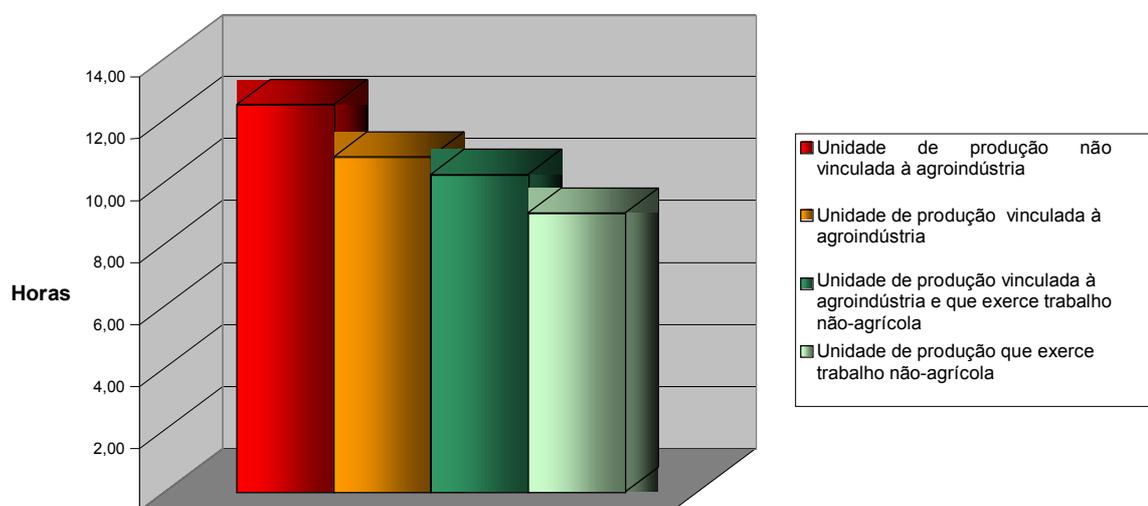
| Horas de trabalho das famílias | | | | |
|--------------------------------|--|------------|--|------------|
| Horas de trabalho | Unidade de Produção vinculada ao trabalho agrícola | | Unidade de produção vinculada ao trabalho não-agrícola | |
| | Nº | % | Nº | % |
| 6 | 0 | 0 | 1 | 5 |
| 8 | 1 | 5,55 | 8 | 40 |
| 9 | 3 | 16,66 | 1 | 5 |
| 10 | 4 | 22,23 | 4 | 20 |
| 11 | 2 | 11,12 | 1 | 5 |
| 12 | 4 | 22,23 | 5 | 25 |
| 13 | 3 | 16,66 | 0 | 0 |
| 14 | 1 | 5,55 | 0 | 0 |
| Total | 18 | 100 | 20 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

O gráfico 6 demonstra que quanto maior a relação com o trabalho agrícola, mais horas de trabalho são utilizadas. Isso se deve às diversas atividades realizadas nas propriedades, que destinam seu trabalho à produção de diversos gêneros alimentícios de subsistência. Quando questionava por que diversificavam a produção, diziam que era para reduzir custo, como também pela qualidade do alimento que estavam colocando na mesa.

Gráfico 6

Média de Horas de Trabalho Diário por Unidade Análise.



Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Registrámos a opinião dos entrevistados quanto às horas de trabalho empregadas hoje e no passado. As horas dedicadas ao trabalho nas unidades de produção, conforme os dados, não diminuiram muito em função do tempo, comparadas ao passado. Assim, 16 unidades informaram que houve uma diminuição das horas de trabalho, 12 unidades opinaram que trabalham mais no presente, e outras 10 unidades acreditam que as horas dedicadas ao trabalho continuam iguais. Muitos disseram que o que mudou foi a facilidade de produzir diversos gêneros, com redução da força física. Ou seja, é a tecnologia que mais uma vez modifica a rotina e o ritmo destes trabalhadores.

Tabela 24

Opinião dos entrevistados quanto às horas de trabalho dedicadas no passado e no presente.

| Passado | Presente | Igual |
|---------|----------|-------|
| 16 | 12 | 10 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

As dificuldades nas unidades de produção em qualificar a renda média líquida foram muito grandes. Em apenas duas entrevistas foi respondida a questão relativa à renda dos diversos alimentos que vendem, e, assim mesmo, nem os próprios entrevistados confiavam em seus dados. A dificuldade está que as unidades de produção não fazem a contabilidade dos valores gastos na compra de bens necessários para a produção ou para a sobrevivência, como também não anotam os valores de entrada de dinheiro. Conseqüentemente, passamos a utilizar a renda monetária bruta. Poucas vezes o produtor rural integrado ou não “tem uma noção clara do que seja renda monetária bruta. Como é difícil avaliar os custos materiais e humanos, comumente usados em critérios capitalistas, o produtor diz que renda é tudo que sobra no final da produção. A alienação a esses fatores não significa ignorância, incapacidade do produtor”. (TEDESCO, 1994: 124) A contabilidade monetária apresenta uma outra lógica, não efetuam contabilidade oficial com registros.

Tabela 25

Média da Renda Bruta Mensal das Unidades de Análise (em reais)

| Categorias | Renda média mensal por família (bruta) | Renda per capita mensal (bruta) |
|---|--|---------------------------------|
| Unidade produção não-vinculada à agroindústria | 932,00 | 372,00 |
| Unidade produção vinculada à agroindústria | 911,82 | 265,25 |
| Unidade produção vinculada à agroindústria e que exerce trabalho não-agrícola | 1.132,6 | 274,58 |
| Unidade produção que exerce trabalho não-agrícola | 1.042,33 | 357,37 |
| Média do total | 1.020,31 | 299,02 |

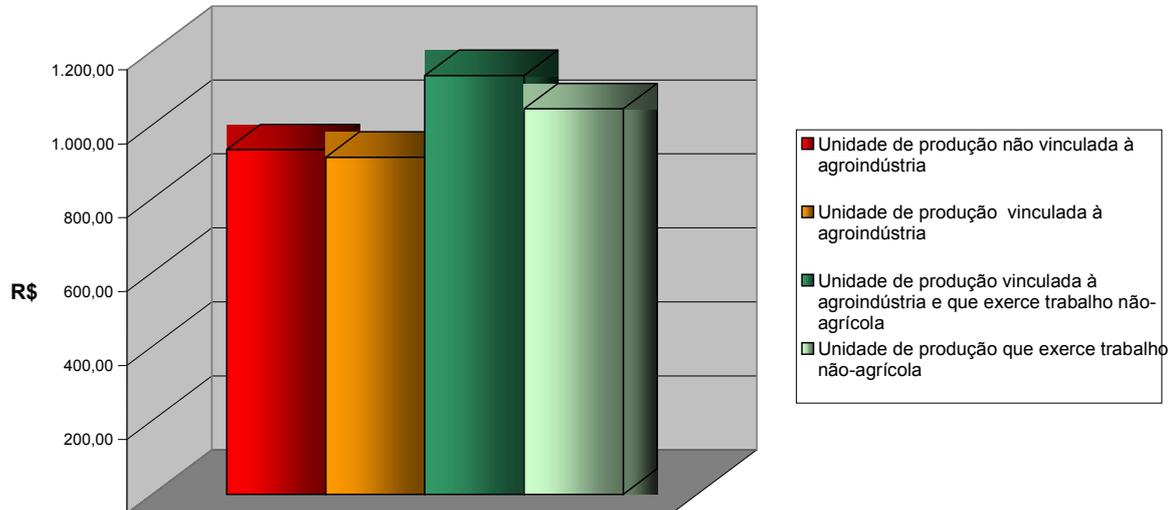
Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Observando a tabela 25, constatamos que as famílias têm uma renda elevada para o padrão brasileiro, e que também não há muita variação de valor entre as unidades de produção. A diferença entre o valor médio mais elevado e o valor médio menor é de 1,1 salário mínimo. Verificou-se que as unidades que exercem trabalho não-agrícola têm as maiores rendas brutas.

A renda *per capita* não apresenta a mesma relação que a renda bruta por unidade, pois o número de pessoas por família é maior nas unidades vinculadas à agroindústria, assim a renda *per capita* é maior nas unidades de produção não-integradas à agroindústria. A diferença entre o maior e menor valor da renda *per capita* é de R\$ 106,75, ou seja, 27,7% de diferença. Isso mostra que há pouca diferença na renda média e *per capita* entre os moradores entrevistados.

Gráfico 7

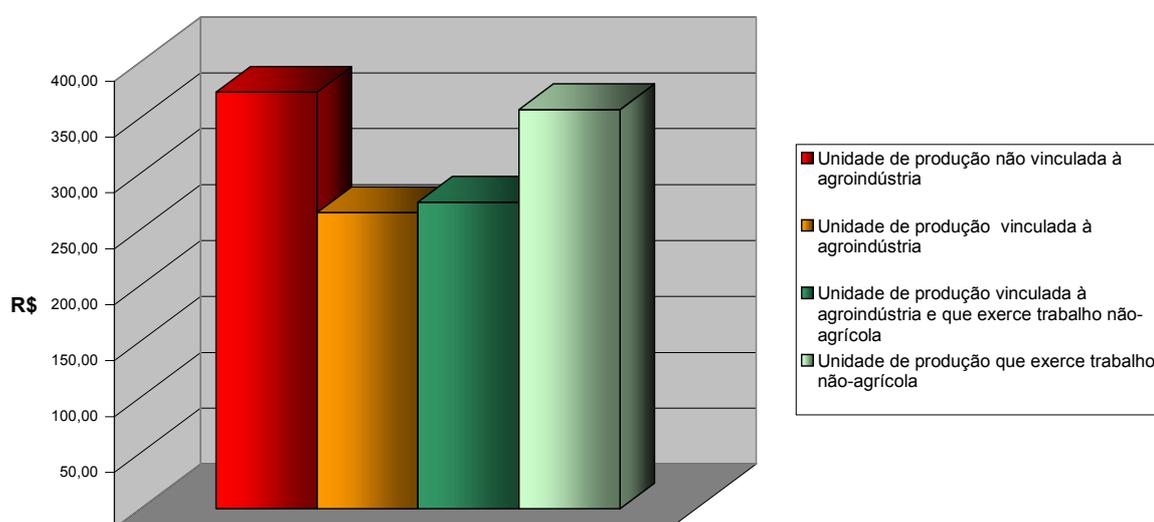
Média da Renda Bruta Mensal das Unidades de Análise (em reais)



Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Os dados aqui relacionados são os mesmos da tabela 25, mas, comparando as unidades de análise quanto à renda bruta mensal, verificamos que as unidades que realizam trabalho não-agrícola são as que apresentam renda superior. Entretanto, essa unidade de produção tem as famílias mais numerosas, conseqüentemente a renda *per capita* é menor.

Gráfico 8

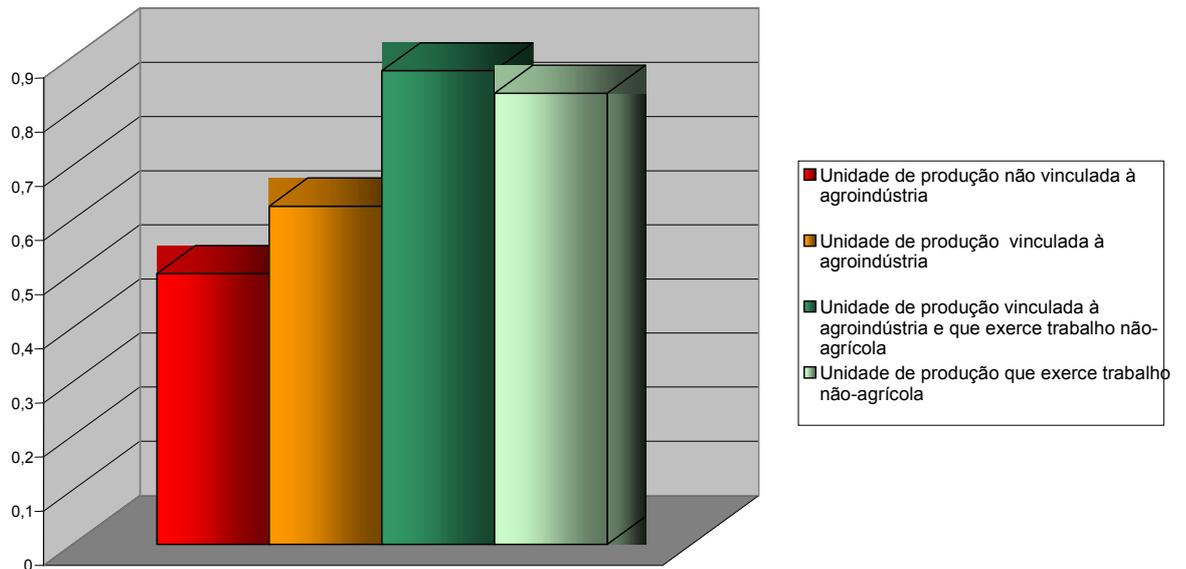
Renda Média *per capita* por Unidade de Análise

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Observamos uma significativa diferença na renda familiar e na renda *per capita*. São as unidades integradas à agroindústria que apresentam a menor renda *per capita*.

Gráfico 9

Número Médio de Aposentados por Unidade de Análise



Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Investigamos participação da renda dos aposentados em todas as unidades de análise. É no grupo 4 que a fonte principal de renda vem dos aposentados que efetuavam trabalhos não-agrícolas.

Tabela 26

| População total de aposentados agrícola e não-agrícola | | |
|--|----|-------|
| Categoria | Nº | % |
| Aposentados rurais | 22 | 78,58 |
| Aposentados não-agrícolas | 6 | 21,42 |
| Total de Aposentados | 28 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Os 28 aposentados representam 21,88% sobre o total da população de 128 pessoas entrevistadas. Desses, 22 são aposentados rurais, o que representa 78,57% dos aposentados, e apenas 6 são não-agrícola, representando um percentual de 21,43. Os 6 aposentados classificados como não-agrícolas trabalhavam em diversas atividades (professor, caminhoneiro, marceneiro, etc.). Isso parece indicar que é de longa data que realizam trabalhos não-agrícolas.

O benefício da aposentadoria entrou em vigor, com os padrões de hoje, em 1991, quando as mulheres a partir dos 55 anos e os homens a partir dos 60 anos passaram a ter direito de acesso universal à previdência social com uma contribuição de um salário mínimo por mês. Os viúvos e viúvas têm o direito de receber pelo falecido. Recebem, dessa forma, dois salários mínimos, pensão mais aposentadoria.

O valor da aposentadoria, embora pareça pouco, proporcionou à mulher do meio rural autonomia. É aos 55 anos que as mulheres passam a receber sua aposentadoria e fazer uso dela, que em geral utiliza investindo em bens para a família.

Relacionamos as unidades de análise quanto à renda destas sem os valores recebidos pelos aposentados, e percebemos que houve significativa redução, principalmente na unidade de produção não-vinculada à agroindústria, e não na que exerce trabalho agrícola.

Tabela 27

Renda média mensal e renda *per capita* das unidades produção, com o valor dos aposentados e sem o valor das aposentadorias.

| | Unidade produção não vinculada à agroindústria | Unidade produção vinculada à agroindústria | Unidade produção vinculada à agroindústria e que exerce trabalho não- agrícola | Unidade produção que exerce trabalho não-agrícola |
|---|---|---|--|--|
| Renda média familiar c/ valor das aposentadorias | 932,00 | 911,81 | 1.132,63 | 1.042,33 |
| Renda média familiar sem valor das aposentadorias | 832,00 | 786,81 | 897,63 | 683,08 |
| Renda <i>per capita</i> c/ aposentadorias | 372,80 | 265,25 | 274,58 | 357,37 |
| Renda <i>per capita</i> sem aposentadorias | 332,80 | 228,89 | 217,61 | 234,20 |
| Número de aposentados | 1 | 10 | 7 | 10 |

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Na análise dos dados da tabela 27, registramos que a participação da renda dos aposentados é significativa, verificou-se que houve redução do valor da renda média mensal em todas as unidades de produção. Observa-se também que, quanto maior o grau de integração da unidade ao mercado, mais significativa é a renda familiar dos aposentados, embora seja necessário informar que o percentual de aposentados varia nas unidades. Nas primeiras duas unidades, todos os aposentados são de previdência rural, nas outras unidades apenas alguns. Isso faz com que haja variação no salário dos mesmos, pois os aposentados não-agrícolas têm uma renda média superior à dos aposentados de previdência rural. A redução deu-se de forma proporcional, conforme o número de aposentados rurais e o valor das aposentadorias. Na primeira unidade, constatamos que a participação da aposentadoria na renda familiar é menor. É na quarta unidade de análise que a diferença na renda é mais significativa, quando excluída a renda dos aposentados. Isso se deve principalmente ao fato de os aposentados desta categoria de análise terem salários mais elevados, por receberem mais de um salário mínimo, que é o que contribui para a previdência rural dos outros aposentados.

Tabela 28

Estrutura de composição da renda total das unidades de produção que exercem trabalhos não-agrícolas

| Tipos de renda | Unidade produção vinculada à agroindústria e que não exerce trabalho agrícola | | Unidade produção não-vinculada à agroindústria e que não exerce trabalho agrícola | |
|----------------------|---|--------|---|--------|
| | | | | |
| Rendas agrícolas | 4.731,00 | 52,21% | 2.025,00 | 16,19% |
| Rendas não-agrícolas | 4.330,00 | 47,79% | 10.483,00 | 83,81% |
| Total (em R\$) | 9.061,00 | 100% | 12.508,00 | 100% |

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Na quarta unidade de análise verificamos que a participação da renda dos setores agrícola e não-agrícola é próxima a 50%. Dessa forma, observa-se que ambos os setores oferecem um grande acréscimo da renda familiar. Na unidade produção não-vinculada à agroindústria e que não exerce trabalho agrícola, como era de se esperar, a participação na

renda do trabalho agrícola é muito pequena – 16,19%, sendo o valor da renda do trabalho não-agrícola de 83,81%.

3.3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A ocupação da área é recente, e a organização desse espaço já iniciou com propriedades pequenas, com meia colônia, ou seja, com 12,5 hectares. O tempo se encarregou de conduzir a divisão das terras, proporcionando uma diminuição pronunciada das terras. Hoje, temos 27 das 38 unidades de produção trabalhando em propriedades menores do que 10 hectares.

A construção da tabela 29, com tamanho de propriedade variando a cada 5 hectares, foi elaborada para podermos comparar os dados dos entrevistados da Fazenda Fialho com os dados do município. Constatamos que as propriedades são menores na área de estudo. Em São Valentim do Sul, temos que 45,8% das famílias têm até 10 hectares, enquanto que este valor eleva-se para 71,03% na Fazenda Fialho. Se observarmos a estratificação de 11 – 20 hectares, continuaremos notando que, na Fazenda Fialho, as propriedades com menos de 20 hectares apresentam um percentual elevado – de 97,34%, e que no município esse valor é de 85%. A Fazenda Fialho insere-se numa região que as propriedades são muito pequenas, mas apresenta-se menor que no entorno. O município possui 505 propriedades rurais com uma média de 19,2 hectares, enquanto a média das 38 unidades entrevistada é de 8,13 hectares.

Tabela 29

Estratificação da área do município São Valentim do Sul

| Área – ha | Número de propriedades | % |
|-----------|------------------------|------|
| Até 10 | 231 | 45,8 |
| 11 a 20 | 198 | 39,2 |
| 21 a 50 | 70 | 13,9 |
| 51 a 100 | 5 | 0,9 |
| 101 a 500 | 1 | 0,2 |
| Total | 505 | 100% |

Fonte: Relatório da EMATER, de 1996, p. 14.

Conforme texto de Schneider, que classifica os municípios do RS em cinco grupos homogêneos e foi elaborado a partir de dados estatísticos, verificamos que o distrito da Fazenda Fialho está localizado na microrregião denominada de Encosta Inferior e Superior do Nordeste e enquadra-se no grupo C, que abrange as *pequenas propriedades, desenvolvidas e relativamente rurais*. O tamanho médio das propriedades deste grupo é de 17,39 hectares, as menores do estado. Esta área, segundo Schnedier, “não dispõe de solos adequados para a prática agrícola, mas os indicadores de produção da terra e a força de trabalho encontram-se acima da média estadual”. E a “qualidade de vida, a renda gerada e a preservação dos recursos das unidades produtivas agrícolas dependem entre outros fatores, do desempenho produtivo dos estabelecimentos dos sistemas de cultivo adotados, as competência individual e, fundamentalmente, nos dias de hoje, de sua inserção em um ambiente social e econômico que lhe seja favorável e permita sua reprodução”.(2002: 17)

Tabela 30

| Estratificação da área de estudo (comparativa ao município) | | | |
|---|---|---|-------|
| Área – ha | Número de propriedades produção agrícola | Número de propriedades produção não-agrícola | % |
| Até 10 | 10 | 17 | 71,03 |
| 11 a 20 | 7 | 3 | 26,31 |
| 21 a 50 | 1 | 0 | 2,64 |
| 51 a 100 | 0 | 0 | 0 |
| 101 a 500 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

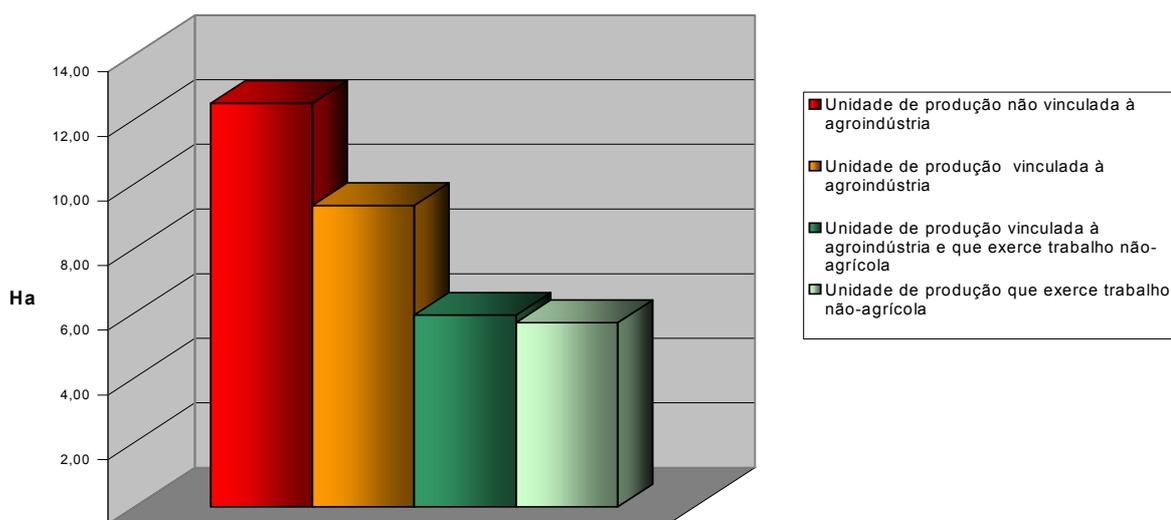
Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Limitar a pequena propriedade à produção de um só produto as tornaria inviáveis, nesse sentido elas seriam um obstáculo na obtenção de renda, e é esse fato que proporciona novas estratégias para obtenção de novas fontes de renda. A agroindústria em parte pode sanar essas dificuldades impostas pela reduzida área de produção. A criação de aves ocupa pouco espaço e proporciona o sustento da família, a uva também tem mostrado bons rendimentos em pequenas áreas. Além da agroindústria, as estratégias para melhorar a renda estão no trabalho não-agrícola, fato que pode ser constatado no gráfico 10, que relaciona o tamanho das

propriedades das unidades de produção. Quanto menor a propriedade, maior é a integração à agroindústria e ao trabalho não-agrícola.

Gráfico 10

Tamanho médio das propriedades em hectares por unidade de análise



Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Na tabela 31, verificamos que as unidades de produção vinculadas somente ao trabalho agrícola têm 8 unidades acima de 10 hectares, num percentual de 44,44% de unidades, ao passo que nas unidades de produção que exercem também trabalho não-agrícola, elas representam 15%.

Tabela 31

| Estratificação de área das propriedade rurais das Unidades Análise | | | | | | | | | | |
|--|--|-----|--|-------|---|-------|---|-------|-------|-------|
| Estratos de área em hectares | Unidade produção não vinculada à agroindústria | | Unidade produção vinculada à agroindústria | | Unidade produção vinculada à agroindústria e que exerce trabalho não-agrícola | | Unidade produção que exerce trabalho não-agrícola | | Total | |
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Até 5 | - | - | 4 | 25,00 | 5 | 62,50 | 6 | 50 | 15 | 39,47 |
| 6 a 10 | - | - | 6 | 37,50 | 2 | 25,00 | 4 | 33,34 | 12 | 31,58 |
| 11 a 15 | 2 | 100 | 4 | 25,00 | 1 | 12,50 | 1 | 8,33 | 6 | 15,79 |
| 16 a 20 | - | - | 1 | 6,25 | - | - | 1 | 8,33 | 4 | 10,53 |
| 21 a 25 | - | - | 1 | 6,25 | - | - | - | - | 1 | 2,63 |
| Total | 2 | 100 | 16 | 100 | 8 | 100 | 12 | 100 | 38 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Na observação da tabela 32, percebemos que o aproveitamento da terra para lavouras permanentes e temporárias é maior nas unidades somente vinculadas ao trabalho agrícola – representam 46,9 %–, enquanto que, para o mesmo tipo de aproveitamento da terra nas unidades que exercem trabalho não-agrícola, é menor num percentual de 32,08%. Um outro dado que chama atenção é a elevada área dedicada ao reflorestamento nas unidades vinculadas ao trabalho não agrícola, mas sabemos que parte destas têm fonte de renda não-agrícola e conseqüentemente trabalham menos na terra. As condições de exploração da terra são os resultados da evolução histórica do local, as opções de trabalho (cultivo, agroindústria) e do nível de tecnologia utilizada.

Tabela 32

Uso da terra nas unidades de análise vinculadas ao trabalho agrícola e não-agrícola (número médio em hectares)

| Uso da terra | Unidade vinculada ao trabalho Agrícola | | Unidade vinculada ao trabalho não-agrícola | | Total de hectares | |
|----------------------------|--|-------|--|-------|-------------------|-------|
| | Nº de hectares | % | Nº de hectares | % | Nº de hectares | % |
| Lavouras permanentes | 28,5 | 16,21 | 10 | 9,44 | 38,5 | 13,66 |
| Lavouras temporárias | 54 | 30,69 | 24 | 22,64 | 78 | 27,67 |
| Mata natural | 32 | 18,19 | 20 | 18,86 | 52 | 18,45 |
| Reflorestamento | 28 | 15,92 | 29 | 27,36 | 57 | 20,22 |
| Área de pastagem | 21,5 | 12,23 | 13 | 12,26 | 34,5 | 12,24 |
| Pomar, horta, benfeitorias | 11,9 | 6,76 | 10 | 9,44 | 21,9 | 7,77 |
| Total | 175,9 | 100 | 106 | 100 | 281,9 | 100 |

2 famílias não souberam responder, num total de 26,95 ha.

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela 33

| Número de propriedades com trator | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Anos | Número de propriedades com trator |
| Até 5 | 9 |
| 6 a 10 | 2 |
| Total | 11 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Foi na década de 60 que teve início a modernização do país, mas na área de estudo o processo de modernização está ocorrendo nos últimos anos, num processo de dentro para fora, ou seja, o agricultor compra a sua máquina não por imposição, mas pensando em trabalhar menos. Alguns moradores disseram que não precisavam comprar trator para trabalhar a terra que têm, mas o compram para reduzir o tempo de serviço e o esforço físico. O número de tratores ainda é pequeno, e a aquisição é recente. Foi apenas nos últimos cinco anos que o aumento foi pronunciado. Entretanto, se pensarmos que, das 38 unidades de produção analisadas, 12 fazem parte das unidades que não exercem trabalho agrícola, isso significa dizer que temos 11 tratores para um total de 26 famílias, comportando assim um percentual de 42%. A reestruturação tecnológica do setor produtivo leva esses “colonos” a ter poder de competitividade num mercado cada vez mais internacional e competitivo.

Tabela 34

| Acesso à propriedade rural | | | | | |
|----------------------------|--|--|---|---|-------|
| Acesso à Terra | Unidade produção não vinculada à agroindústria | Unidade produção não vinculada à agroindústria | Unidade produção vinculada à agroindústria e que exerce trabalho não-agrícola | Unidade produção que exerce trabalho não-agrícola ³³ | Total |
| Por herança | 2 | 12 | 4 | 8 | 26 |
| Por compra | - | 4 | 4 | 3 | 11 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Os problemas da aquisição de terras não são necessariamente os recursos financeiros, mas as dificuldades de aquisição, por não haver terras à venda ou para a compra. Verificou-se que, entre os 38 entrevistados, nenhum arrendava terras, 37 são proprietários, e apenas uma família mora na casa do empregador.

O acesso à propriedade rural fez-se principalmente por herança, e por divisão da propriedade. Ao passar parte da propriedade para os filhos, essa divisão ocorre em todas as unidades de análises, não há distinção, e em geral continua, conforme a tradição, a existir o

³³ Há um integrante desta unidade que não possui propriedade, trabalha e mora na casa do empregador.

minorato. O *minorato* existe, também, em muitas famílias que trabalham para aquisição de terras, para oferecer aos filhos que queiram trabalhar com a terra.

3.4. CONDIÇÕES DE SAÚDE

A partir do resultado dos diversos equipamentos coletivos que sumariamente analisamos, e principalmente a elevada renda local, constatamos que as condições de saúde também são boas.

A saúde já é preventiva, principalmente em função de exames médicos promovidos periodicamente pela EMATER e pela prefeitura. Os exames médicos ocorrem no salão de festas da comunidade, o procedimento é padrão, marcam uma data, por exemplo, para coleta de sangue, ou os mais variados exames, com preços acessíveis. Informaram que o atendimento médico realizado no posto, localizado na sede do município, é bom. Existem dois médicos à disposição da população, e cada um atende dois dias por semana. Há também um dentista, que atende também dois dias por semana, com hora marcada. Em diversas famílias, houve a manifestação da satisfação com este profissional. Algumas vezes, o aviso de consulta é feito pela própria escola em que os filhos estudam, que também está integrada e esse serviço. O tratamento dentário também é preventivo, pois estão cuidando da primeira dentição das crianças.

O município não possui hospital, mas mantém convênio com o hospital mais próximo, em Dois Lajeados, que é feito por meio dos associados ao sindicato dos trabalhadores rurais. Algumas famílias têm plano com o Hospital Taquimed, de Bento Gonçalves (a cerca de 45 Km). Outras famílias têm plano de saúde do IPÊ (órgão do estado), e efetuam suas consultas principalmente em Guaporé (a cerca de 35 Km), como também em outras cidades da região, se necessário. A taxa de natalidade da área é baixa, em função disso e das boas condições de vida, a mortalidade infantil praticamente não existe. As mortes mais comuns são causadas por câncer, principalmente em pessoas de idade mais avançada.

Tabela 35

| Assistência médica | | |
|--|--------------|-------------------|
| Local | No município | Fora do Município |
| Postos Médicos | 24 | 14 |
| Planos de saúde (pelo menos um integrante) | 24 | 9 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

3.5. QUALIDADE DA INFRA-ESTRUTURA

A qualidade, o conforto, o tamanho da maioria das residências é elevado, fator este que aguçou em muito a curiosidade para a elaboração deste trabalho. Encontramos, das 38 entrevistadas, 28 casas de alvenaria, representando 73,68% do total. A grande maioria foi construída na última década. Além dessas, registramos 6 casas mistas (com alvenaria e madeira), que representam 15,78%, e apenas quatro residências de madeira, representando 10,54%. Em algumas unidades, os habitantes já estão planejando a renovação de sua casas, o que proporciona prevermos que, em longo prazo, o número de residências de alvenaria tende a aumentar.

Tabela 36

| Tipos de casa dos entrevistados | | |
|---------------------------------|------------|-------|
| Tipos de casas | Nºde casas | % |
| Alvenaria | 28 | 73,68 |
| Mista (alvenaria e madeira) | 6 | 15,78 |
| Madeira | 4 | 10,54 |
| Total | 38 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Encontramos apenas uma família não residindo em sua própria casa, pois a mesma pertence ao empregador. Cabe lembrarmos que esta família imigrou para a Fazenda Fialho para trabalhar, e não paga aluguel da mesma, o que nos leva a concluir que nenhuma das unidades é alugada.

Tabela 37

| Condição de ocupação | |
|----------------------|---------------------|
| Condição de ocupação | Número de moradores |
| Casa própria | 37 |
| Casa do empregador | 1 |

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Encontramos muitas casas sem moradores, o que se deve ao fato de algumas famílias terem migrado para áreas urbanas, e deixado as residências como local de passeio, para as férias ou para finais de semana – também encontramos algumas que foram construídas com o lazer como único propósito. Registramos nove casas de uso temporário, mostrando que está ocorrendo uma redução de habitantes e aumento de construções.

Tabela 38

| Casas sem moradores (da comunidade) | | | | |
|-------------------------------------|--------------------------|------------------------------|-------------------|-----|
| Tipos de casas | Construídas para passeio | Tornaram-se casas de passeio | Nº total de casas | % |
| Alvenaria | 1 | 5 | 6 | 67 |
| Mista (alvenaria e madeira) | 0 | 2 | 2 | 22 |
| Madeira | 1 | 0 | 1 | 11 |
| Total | 2 | 7 | 9 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Registrou-se que em todas as propriedades do distrito há energia elétrica (é pequeno o número de famílias sem energia elétrica no município). Segundo dados da EMATER, “em todo o município, apenas 11 famílias do meio rural não possuem energia elétrica. As mesmas

foram relacionadas para serem contempladas pelo pró-luz, sendo que suas condições econômicas são precárias”. (Relatório da EMATER, de 1996, p. 9)

Constatamos que em todas as unidades entrevistadas havia água encanada, e a em sua grande maioria eram receptoras de água de poço artesiano, muitas famílias têm duplo encanamento de água. Ou seja, quando passaram a receber água de poço artesiano, mantiveram as instalações existentes de poços de superfície. Um comentário muito presente quanto a água no distrito, é que o local é rico em água, pois apresenta cerca de 38 açudes³⁴, e três poços artesianos, que fornecem água para duas comunidades próximas.

Em todas as unidades entrevistadas, verificamos que há banheiro; em algumas, dois, e todas tinham esgoto sanitário. Segundo dados do IBGE, de 2000, o distrito tinha três residências sem canalização de esgoto sanitário, que é através de vala.

Tabela 39

| Domicílios com banheiro | |
|-------------------------------|------------------|
| Nº de banheiros por domicílio | Nº de domicílios |
| Com 1 Banheiro | 52 |
| Com 2 Banheiros | 17 |
| Com 3 Banheiros | 2 |
| Sem Banheiros | 3 |
| Total de domicílios | 74 |

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000

Em outubro de 2000, teve início a coleta seletiva do lixo. Com uma campanha inicial, que apresentou bons resultados no município de São Valentim do Sul, obteve-se 7.070 Kg de ferro, 5.350 Kg de vidro e 1.380 Kg de plástico e papel, totalizando 13.800 Kg de arrecadação. Desde 2000, o distrito apresenta coleta de lixo seco uma vez por semana, na sua área central. São poucas as famílias que utilizam esse benefício, embora muitas delas pudessem usufruir, se houvesse uma maior conscientização e divulgação deste serviço, pois muitas acabam colocando o lixo seco em seu terreno. Só precisariam acumular e deixá-lo para coleta no dia definido, assim eliminariam parte da poluição existente em seus terrenos, como

³⁴ Os açudes fornecem peixes para a subsistência, e às vezes também formam uma pequena fonte de renda.

já foi feito em 2000. Nos dados registrados pelo IBGE, na Fazenda Fialho temos que apenas 21,62% (16) participam da coleta seletiva, enquanto 68,38% eliminam o lixo em suas propriedades – é queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio.

Tabela 40

| Tratamento do lixo na Fazenda Fialho | | |
|--------------------------------------|------------------|-------|
| Tratamento | Nº de Domicílios | % |
| Lixo Coletado | 16 | 21,62 |
| Lixo queimado na propriedade | 40 | 54,05 |
| Lixo enterrado na propriedade | 13 | 17,57 |
| Lixo jogado em terreno baldio | 5 | 6,76 |
| Total de domicílios | 74 | 100 |

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000

A energia elétrica chegou na maioria das propriedades no ano de 1978, embora em algumas tenha chegado antes, em 1970. Essa diferença temporal dá-se em função da localização das propriedades. Esta fonte de energia possibilitou mudanças significativas no cotidiano dessa população, passaram a adquirir geladeiras, que aumentaram o tempo de conservação de seus alimentos – esta foi a mudança mais comentada pelos entrevistados. Alguns manifestaram a presença mais constante da televisão em seus lares, e observaram os pontos negativos deste meio de comunicação, principalmente quando comentavam a vida urbana vista nas novelas, que difere muito da do seu cotidiano. Para outros, a televisão aparece positivamente, especialmente quando se reportavam aos noticiários mostrados – embora revelassem que muitas notícias os deixam chocados com a vida urbana e diversos acontecimentos pelo mundo. Neste sentido, os meios de comunicação são instrumentos eficientes na criação e na propagação de uma visão urbana de mundo, como também globalizantes da realidade mundial.

A telefonia rural foi instalada mais recentemente, no ano de 1989. No início, havia 30 ramais telefônicos; hoje, são 55 ramais ligados a uma central telefônica, com apenas uma linha externa, e contando com o trabalho de telefonistas. No distrito, há 71 famílias, das quais 55 possuem telefone. Das 38 famílias entrevistadas, 31 possuem telefone. O sistema telefônico local apresenta algumas falhas, é comum não funcionar após um temporal ou estar com a única linha externa congestionada. Embora internamente esse sistema funcione muito

bem, os problemas em geral são com ligações externas. Estão reivindicando junto à prefeitura uma central telefônica mais moderna, já que hoje este meio de comunicação é necessário. As mudanças do cotidiano assinaladas com mais frequência demonstram a grande utilidade do telefone no seu dia-a-dia. Foi enfatizada a redução de custos, já que o telefone diminui os deslocamentos, como também a possibilidade de realizarem negócios, comunicarem-se com as agroindústrias, etc.

3.6. FLUXO DE RELAÇÕES

O aumento da acessibilidade da população local é indicado pelos fluxos de relações.

A comunidade rural é percebida como um grupo fechado de famílias, as quais fazem parte da Capela Menino Deus, e têm participação nas tarefas para a realização de festas e bailes, como também podem usufruir as dependências (salão, igreja, cerimônias). Essa sociedade tem um território específico, que é o consumo dos seus integrantes, com participação ativa. Neste sentido, as fronteiras são restritas ao espaço local. A relação com o local é intensa, reúnem-se, principalmente, ao redor da igreja, nos bares, no campo de futebol, nas festas locais.

O distrito não tem serviço bancário, posto de saúde, casas de comércio de grande porte (com venda de roupas, eletrodomésticos, móveis, etc). Dessa forma, os moradores precisam sair do local para terem suas necessidades atendidas. Por estar entre duas sedes municipais com aproximadamente a mesma distância, a grande maioria dos moradores se dirige à sede do município de Dois Lajeados, que tem mais bancos e casas de comércio mais variadas do que em São Valentim do Sul. Outro fato que influencia a frequência mais constante a Dois Lajeados são as melhores condições de acesso. Para o deslocamento até essa cidade, há apenas dois km de estrada não-asfaltada, mais 5 Km de asfalto, enquanto que para o trajeto até a sede do município, o trajeto mais curto é todo por estrada de chão batido. Se for pela melhor estrada, o percurso aumenta cerca de 2 km. Conforme a tabela 41, verificamos que o deslocamento para as sedes destes municípios é elevado, 65,79% dos entrevistados freqüentam pelos menos uma vez por semana as duas cidades mais próximas.

Tabela 41

Frequência em que costumam ir às sedes municipais mais próximas (São Valentim do Sul e Dois Lajeados)

| Frequência | 1 vez por mês | 2 vezes por mês | 3 vezes por mês | 4 vezes por mês |
|---|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Unidade produção não-vinculada à agroindústria | 1 | - | - | 1 |
| Unidade produção vinculada à agroindústria | 3 | 2 | - | 11 |
| Unidade produção vinculada à agroindústria e que exerce trabalho não-agrícola | 1 | 1 | - | 6 |
| Unidade produção que exerce trabalho não-agrícola ³⁵ | 3 | 2 | - | 7 |
| Total | 8 | 5 | - | 25 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Os principais motivos que levam os moradores do distrito a se deslocarem são os serviços bancários, representando o percentual mais elevado de 65,79. Esse dado chama atenção e demonstra a elevada integração ao mercado, que é realizado em grande parte com o banco, tanto para receber pelo valor das suas vendas, como para pagar contas (luz, telefone). A procura pelo comércio representa 31,58% dos deslocamentos. Apenas uma família manifestou a necessidade freqüente de ir ao dentista.

Tabela 42

Principais motivos para os moradores irem aos municípios mais próximos (São Valentim do Sul e Dois Lajeados).

| Principais motivos | Frequência | % |
|--------------------|------------|-------|
| Banco | 25 | 65,79 |
| Comércio | 12 | 31,58 |
| Dentista | 1 | 2,63 |
| Total | 38 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

³⁵ Há uma unidade de produção que não possui propriedade, trabalha e mora na casa do empregador.

O setor de vendas do município não possui uma boa estrutura comercial e a maioria dos eletrodomésticos, bens de consumo e materiais de construção são adquiridos em Dois Lajeados ou em Guaporé, embora o número de estabelecimentos de comércio tenha aumentado nas últimas décadas, principalmente na década de 90, que teve a instalação de 25 casas comerciais, conforme a tabela 43.

Tabela 43

Número de estabelecimentos comerciais criados por década no município de São Valentim do Sul.

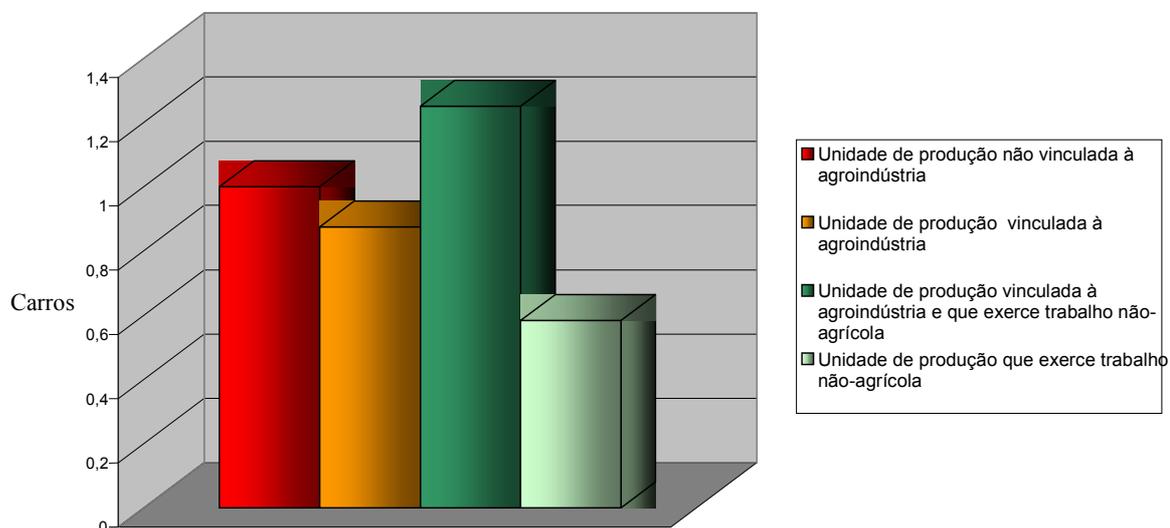
| Décadas | Número |
|---------|--------|
| 1960 | 1 |
| 1970 | 12 |
| 1980 | 16 |
| 1990 | 25 |
| 2000 | 2 |
| Total | 56 |

Fonte: Relatório da EMATER, de 2000, p. 5.

Os entrevistados foram perguntados quanto às condições das vias de acesso aos municípios mais próximos. Registramos que 47,37% consideram as estradas boas e 42,11% consideram regulares. A pesquisa aponta o mesmo percentual quanto às condições ótimas e ruins, que é de 5,26%. Isso indica que, em geral, os trabalhadores não estão desgostosos com as vias de acessos às cidades mais próximas. Não passam ônibus no distrito, e as linhas de ônibus mais próximas estão a 2 Km, trafegando pela RS 431. Este meio de transporte é pouco utilizado pelos moradores, que apenas se valem dele quando necessitam se deslocar para lugares mais afastados. Em geral usam seus carros. Verificamos um total de 33 carros nas 38 famílias entrevistadas. No gráfico 11, verificamos que o grupo 3 possui mais carros do que domicílios, pois três famílias possuem dois carros, e as demais, um. O grupo 4 é o que apresenta menor percentual de carros – encontramos 5 famílias que não têm carro.

Gráfico 11

Número médio de carros por unidade de análise



Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

O carro é um bem extremamente necessário no meio rural, pois as distâncias são maiores, e a maioria dos serviços se encontra fora do distrito, o que torna o veículo fundamental. Em muitas ocasiões, a solidariedade é imprescindível, como quando alguém que não tem carro precisa se deslocar com urgência. Nessas ocasiões, sempre há alguém para ajudar.

Tabela 44

Condições das estradas para as sedes municipais mais próximas (São Valentim do Sul e Dois Lajeados)

| Condições das estradas | Número total | % |
|------------------------|--------------|-------|
| Ótimas | 2 | 5,26 |
| Boas | 18 | 47,37 |
| Regulares | 16 | 42,11 |
| Ruins | 2 | 5,26 |
| Total | 38 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Na tabela 44, verificamos a opinião dos moradores sobre as condições das estradas que permitem o acesso às cidades e capelas mais próximas. Observamos que é significativo o percentual de moradores que consideram as estradas boas e ótimas, somando 52,63% das opiniões, os regulares representam 42,11%, enquanto os que opinam que as estradas são ruins representam apenas 5,26%.

As diversas benfeitorias existentes no distrito da Fazenda Fialho proporciona observarmos que nesse local há desenvolvimento rural, isso manifesta-se em ações que são previamente articuladas que propõem mudanças no espaço rural, como o bem-estar da população.

3.7. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

No cálculo do IDH encontramos três indicadores sociais transformados em índices: a Esperança de Vida, o Nível de Escolaridade o PIB real *per capita*, ou seja, este índice leva consideração respectivamente saúde, educação e economia. Dos índices mais comentados e relacionados em nível internacional ou nacional, o IDH é o mais conhecido e um dos mais completo, é por isso que foi utilizado com a população entrevistada.

O IDH da população entrevistada é de 0,8345, próximo do que apresenta o estado do Rio Grande do Sul com um valor de 0,871. Segundo o relatório sobre o desenvolvimento humano do Brasil, o valor acima de 0,8, é considerado nível elevado de desenvolvimento. No decorrer do trabalho escrevemos sobre a estrutura das famílias, o nível de instrução da população, das atividades exercidas, as rendas obtidas, a estrutura fundiária, dos fluxos de relações e das condições de saúde, verificamos que em geral essa população vive em boas condições de vida. E segundo Brose, a “o IDH, por exemplo, é um indicador para cada município que possibilita uma aferição acerca das diferenças na capacidade de ação de cada município. O IDH utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) está baseado na idéia de que desenvolvimento é uma questão de qualidade de vida da população, e não de crescimento econômico. Ou seja, mesmo regiões pobres em circulação de recursos financeiros podem ser desenvolvidas, desde que a qualidade de vida da população seja considerada adequada. Assim uma região de baixo PIB *per capita*, mas alta esperança de vida, baixas taxas de fertilidade e mortalidade infantil, acesso a políticas sociais de qualidade etc. pode ser considerada desenvolvida”. (1999, p. 47) A qualificação de vida de fato está

presente no aumento progressivo e recente do nível de instrução, qualidade e no conforto das residências.

CONCLUSÃO

O conjunto de homens e mulheres que se instalaram e construíram o espaço social da Fazenda Fialho são originariamente camponeses, ainda que tardios – filhos ou netos de colonos nas últimas fronteiras do povoamento particular no Rio Grande do Sul.

Camponeses que rapidamente ultrapassaram essa condição, incorporando-se ao capital mercantil, estão no extremo de uma rede em formação, através da produção de madeira e erva-mate, associada à venda do excedente agrícola, como o milho, o fumo e a uva. As atividades de lavoura propriamente dita, por sua sazonalidade, determinam o ciclo anual do trabalho intensivo na primavera e no verão, e o ciclo de reduzido trabalho no inverno. Assim, a produção diversificada de subsistência ocupa a mão-de-obra durante o inverno e o outono.

A penetração dos meios de comunicação proporcionou a abertura, que foi utilizada pelo capital industrial contemporâneo na formação de uma rede de fornecedores. Os “colonos” passam então a fornecer de forma direta a mão-de-obra (trabalho) e os meios de produção (a terra), e as agroindústrias passam a fornecer os insumos para produção. É o momento da agroindústria. A resposta a esta nova dependência é a criação e execução de estratégias familiares não só para a subsistência (alimentação ou renda), mas também, para as novas gerações. Tal estratégia apoia-se na organização familiar, na “família tronco”, o que aqui designamos de unidade de produção, que cria a relação entre a propriedade (terra) e a família (mão-de-obra). A base de sustentação é o conjunto heterogêneo de obtenção de rendimentos: trabalho na propriedade ou fora dela, aposentadorias e trabalhos não-agrícolas.

As aplicações das rendas obtidas na diversificação da produção são efetuadas na propriedade e seguem caminhos como a modernização (aquisição de novas tecnologias) da agricultura e a melhoria das condições de conforto (ou seja, de qualidade de vida). Ambas as circunstâncias possibilitam a reprodução da agricultura familiar. Os motivos de tal afirmação centralizam-se no fato de que ambos os caminhos tomados pelos agricultores os fixam à terra. Com o emprego de novas tecnologias para melhorar a produtividade, diminuem o trabalho braçal e o tempo de serviço.

A diversidade de fontes de renda é um dos fatores relevantes para a melhoria do meio rural, além da diferença entre o custo de vida da população residente em ‘áreas urbanas’ e a população residente em ‘áreas rurais’. Isso explica a capacidade dessa poupança que se estrutura nas famílias-tronco. As pessoas residentes no espaço rural têm poucos gastos com transporte, água, educação, moradia, e com lazer, vestuários, etc. As escolas, por exemplo, são públicas e o transporte é gratuito. Esses fatores se associam à aquisição reduzida de gêneros alimentícios, pois praticamente não compram frutas e legumes, carne, leite e derivados, ovos, arroz, feijão, entre outros produtos. Embora a renda média bruta *per capita* seja superior à do salário mínimo, fator este importante para entendermos, em parte, as boas condições em que vivem estes “colonos”. A explicação relevante está na reduzida despesa pessoal dessa população, que apresenta, em relação ao padrão de consumo adotado pelas famílias que residem em grandes centros urbanos, vantagens significativas. Enquanto os moradores da área urbana gastam muito mais para suprir suas necessidades básicas, pois têm que comprar tudo e pagar por tudo, as famílias do meio rural preocupam-se com a melhoria e com o conforto de suas casas.

Os investimentos mais constantes nos últimos tempos, entre as famílias estudadas, são: a construção de casas de alvenaria, que obedecem a um padrão mínimo de três quartos; a troca dos carros antigos por outros mais modernos e confortáveis; e a aquisição de bens de consumo duráveis, ou seja, de diversos eletrodomésticos. Em praticamente todas as unidades encontramos eletrodomésticos considerados básicos – por eles –, tais como: geladeira, freezer – sendo que algumas famílias têm dois, um para guardar carne e outro para vegetais –, máquina de lavar roupas, rádio, liquidificador, batedeira, televisão – a maior parte das famílias possui mais de um aparelho –, e ventiladores. Em muitas delas encontramos microondas, forno elétrico, ventiladores de teto, aspirador de pó, máquinas de cortar grama, microcomputadores,

entre outros gêneros introduzidos mais recentemente no meio rural, mas que estão aumentando rapidamente.

Dessa forma, essa população apresenta maior capacidade de poupança. Como já apontamos, a relativamente pequena despesa pessoal, a implementação de mais de uma estratégia de obtenção de rendimentos pelas famílias – ou seja, nenhuma família é só integrada e os não-integrados sempre têm mais de uma fonte, mesmo que pequena, de renda –, a diversificação da produção, e o fato de produzirem, praticamente, todos os produtos hortifrutigranjeiros – o que implica no baixo custo de vida – colocam não só a poupança como uma resultante dessas práticas, mas a própria economia coloca-se há muito anos como a forma a partir da qual os agricultores familiares deixaram a condição de “colonos”, que os colocava no nível da linha de pobreza, para atingirem um dos melhores padrões de vida do meio rural, e também urbano. Por outro lado, a poupança aparece como alternativa para custear a educação dos filhos, cada vez em menor número.

É relevante observarmos que a mulher no passado deixava de morar com os pais quando casava, e recebia da família um dote (que poderiam ser diversos objetos – máquina de costura, enxoval, etc.). Hoje a mulher deixa de morar com seus familiares, migrando para as cidades, na busca de melhorar seu nível de instrução. A preparação da mulher para o mercado de trabalho perpassa a necessidade de uma educação, ela está sendo preparada para ser independente, também em relação ao homem, diante da instabilidade das relações contemporâneas.

As famílias percebem as mudanças pelas quais passaram e também as novas necessidades que foram se criando. Entretanto, uma das necessidades tem se colocado como referencial para o futuro, qual seja: a necessidade de segurança financeira, economizar para proporcionar uma velhice tranqüila e um maior nível educacional para os filhos. A necessidade do ensino médio e da faculdade está no horizonte da maior parte das famílias, na medida em que a educação mínima que os filhos devem possuir é o ensino médio completo.

A opinião sobre a situação dos agricultores (dada por eles), é em geral negativa, expressando a própria condição social de sentirem-se excluídos. No entanto, a grande maioria sentiu-se renegada, ao mesmo tempo em que acreditam que não trocariam o espaço rural por condições semelhantes na cidade. Assim, a estratégia em execução nas famílias é o investimento na educação dos seus filhos. Os emigrados, em geral, num mercado de trabalho não-agrícola, oferecem às famílias parte de seus

salários, garantindo e ampliando a poupança familiar. É evidente, na área de estudo, as diferenciações familiares quanto à integração ao mercado, nos seus avanços, e na inércia, esta representada nas unidades de produção não-vinculadas à agroindústria. Até mesmo o abandono das atividades rurais e a transformação desse espaço em área de lazer já demonstram o espaço social em transformação. Trata-se, finalmente, não da propriedade familiar ou da agricultura familiar, mas da estratégia da família-tronco, em um espaço rural em profundas transformações. Trata-se, antes de tudo, de uma técnica de ingresso num outro patamar, no processo de desenvolvimento num espaço antes arcaico.

A agricultura familiar se integra cada vez mais à lógica do mercado. Ele é o fator economicamente modificador. É certo que a renda familiar ou das unidades de produção cresceu. É certo que, através das novas tecnologias, esses trabalhadores se inserem no mercado de consumo. Esses, entretanto, não são os únicos indicadores de desenvolvimento. O indicador é, de fato, a nova mentalidade, produzida pela preparação e projeção de seus filhos para o futuro.

Talvez se encontre nessas comunidades rurais o destino das atividades agrícolas, na era da informação.

Esta pesquisa não se encerra aqui. Aqui ela começa e muitas investigações interdisciplinares se fazem necessárias.

OBRAS CONSULTADAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas, SP: Hucitec, 1992.

ALENTEJANO, Paulo R. R. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre, São Paulo n. 15, p. 87 – 112, 2000.

ANDRADE, Manuel C. **Cidade e Campo no Brasil**. SP: Ed. Brasiliense, 1974.

BOBBIO, Norberto **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRANDRÃO (org.) **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade (UFRGS)/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas; nove anos de experiências do Projeto PRORENDA AGRICULTURA FAMILIAR no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC., 1999.

BRUM, Argermiro J. **Modernização da Agricultura: no planalto gaúcho**. Ijuí: FIDENE (Fundação de Integração, Desenvolvimento do Noroeste do Estado), 1983.

BRUMER, Anita *Transformações e Estratégias Produtivas na Produção Familiar na Agricultura Gaúcha*. **Cadernos de Sociologia**. Programa Pós-Graduação em Sociologia. V. 6, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, p. 89 – 111, 1994.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. *Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais*. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 17, n.1, p. 11-40, jan./abr. 2000

CAMPOS, Ginez L. R. de. *Agricultura Familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas*. In: TEDESCO, J. Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

CARNEIRO, Maria J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COSTA, Rovílio Costa et al. **Imigração italiana: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1974.

COLE, Dorle M. Colonos, **Agricultores familiares e pluriativos: um estudo de caso no município David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari/RS**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, 2002.

CONSTANTINO Núncia S. **Ítalo-Gaúchos: imigrantes na cidade e identidade étnica. Diversidade étnica e identidade gaúcha**. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 1994.

DE BONI, Luís A. **O Catolicismo da imigração Italiana. Diversidade Étnica e Identidade Gaúchos**. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 1994.

DE BONI, Luis A. **Bento Gonçalves era assim: relatório de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; 1985.

DEIS, E. Siqueira **Agricultura familiar moderna em São Paulo**. Trabalhadores e patrões. Trabalho apresentado no XI encontro anual de APOCS. Águas de São Pedro, 1987.

EMATER (Relatório) São Valentim do Sul, de 1996: 3, material mimeografado.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Versão resumida do relatório final do Projeto UTF/BRA/036, 1994.

FONTOURA, Luis F. M. **As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado/UFRGS, 1994.

FROSI, Vitalina M.; MIORANZA, Ciro. **Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Moderna, 1975.

FURLAN, Oswaldo. **Brava e Buona Gente, cem anos pelo Brasil**. Florianópolis: ed. do Autor, 1997.

GIRON, Loirane Slomp *O Cooperativismo Vinícola gaúcho: a organização inicial*. In: DE BONI, Luís A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, p. 269 – 292, 1987.

GIRON, Loivane; CORSETTI, Berenice. *As companhias de colonização – a reprodução do sistema colonial*. In DE BONI, Luis A (org.) **A presença Italiana no Brasil** Vol. II. Porto Alegre, Torino: Escola Superior de Teologia, Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

GONÇALVES, Carlos W. P. *Estrutura agrária e dominação do campo*. In: SANTOS, M. (org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, José **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José (coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3. ed, 1997.

IBGE, **Censo Demográfico 2000** – Agregado de Setores Censitários dos Resultados do Universo, Volume 4, Região Sul, Rio de Janeiro, 2002.

IBGE, **Pesquisa nacional por amostra e domicílio**, volume 22, Rio de Janeiro, 2001.

IBGE, **Censo Demográfico 1991**. Famílias e Domicílios (Resultados da Amostra), nº 1, Rio de Janeiro, 1991.

LENZI, Zulieka M. **Eletrificação rural e o processo de modernização rural**. Trabalho de conclusão do Curso de Pós Graduação em Economia rural e sociologia rural. Porto Alegre, 1976.

MAESTRI, Mário. **Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914**. Passo Fundo: UPF, 2000.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, José de S. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária. São Paulo: Pioneira, 1975.

MATTEI, Lauro. **A evolução do emprego agrícola no Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET. Vol. 4, 1998.

McDOWEL, Linda. **A transfiguração da geografia cultural**. In: GREGORY, Dereck, 1996.

MARTIN, Ron; SMITH, Graham (org.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MEDEIROS, Rosa M. V. **As formas de produção e a emigração no rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado/UFRGS, 1988.

MESQUITA, Z. *Do território à consciência territorial*. In MESQUITA & BRANDRÃO (org.) **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/ Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade(UFRGS)/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 1995.

MICHAELIS: **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MORIN, Edgar. **O método: as idéias**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NAVARRO, Zander **Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. 2002. <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosparadiscussão>

NEVES, Maria L. **Estratégias de sobrevivência em unidades de produção familiar na comunidade rural de pessegueiro (Jaguari/RS)**. Pelotas: Dissertação de Mestrado/UFP, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *O campo brasileiro no final dos anos 80*. **Revista de Geografia**, Associação Nacional de Geógrafos, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAFFETIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Relatório da EMATER. São Valentim do Sul, de 1996: 3, material mimeografado.

Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, 1996.

SANTOS, José Vicente T. **Colonos do Vinho**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo**. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, S. & WAQUIL, P. **Caracterização sócio-econômica dos municípios gaúchos e desigualdade regionais**. 2002. <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosparadiscussão>

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. *As Transformações Recentes da agricultura Familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial*. In: **ENSAIOS FEE** (Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser) Porto Alegre, 1980.

SCHUCH, Hélio A. **Produção de valor na pequena produção agrícola (Rio Grande do**

Sul) Dissertação de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1985.

SILVEIRA, Maria L. *Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino*, In: SANTOS, Milton et al (orgs.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993.

SIMON, E. (org.) et alli. **A mão-de-obra volante na agricultura**. SP: Polis, 1982.

STÉDILE, Joselita et alli. **Desenvolvimento Capitalista na Agricultura da Região Sul do Brasil - 1960/1980**. 1995.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Dicotomia regional e as formações urbanas no Rio Grande do Sul**. Folheto. Porto Alegre: Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 1991.

SOUZA, Luiz E. **Campesinato: Ideologia e Política**. RJ: Zahar, 1981.

TAMBARA, Elomar **O Desenvolvimento Regional Desigual (Um Estudo de Caso)**. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas – IEPE, Dissertação de Mestrado, 1983.

TAVARES DOS SANTOS, Vicente. **Revista crítica de ciências sociais**. Coimbra, Portugal, 1992.

TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural**. Passo Fundo: UPF, 2001.

TEDESCO, João Carlos. *O produtor Familiar e a Agroindústria*. In: **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 112-132, 1994.

THOMÉ, Lauro N. F. **A colônia de Guaporé: passado e presente (1892 - 1967)**. Porto Alegre: Paulinas, 1976.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec, 1995.

Consumo:

20. Você consome mais produtos produzidos na roça ou no comércio?

21. Você vem comprando mais produtos prontos (nos mercados)? Quais?

Interação com a região:

22. Você costuma ir a São Valentim ou a Dois Lajedos com que frequência?

- a. 1 vez por semana b. 2 vez por semana
 c. 3 vez por semana d. 4 vez por semana

23. Com que objetivo você vai às sedes dos municípios?

- a. banco b. hospital (médico, posto)
 c. comércio d. outros motivos

24. Quais as condições das estradas?

- a. ótimas b. regulares
 c. boas d. ruins

25. Qual a distância média para a venda dos produtos?

26. Você vende seus produtos:

- a. Ao comércio local (município): _____
 b. Para outro município (empresa particular): _____
 c. Para outro município (cooperativa): _____

27. Qual a sua opinião sobre o valor dos produtos?

O valor da terra e os bens

28. O valor da terra vem aumentando?

- a. sim b. não

29. Devido à localização ou à qualidade da terra?

30. Há a possibilidade de comprar mais terras?

31. Se você conseguisse terra em outros lugares, mudaria?

32. Você comprou a sua terra ou recebeu de herança? Houve aumento da propriedade ou diminuição?

33. Quando você precisa de dinheiro emprestado, a quem recorre? O Governo faz financiamentos?

34. Por que você diversifica a produção?
35. Como vocês conseguiram acumular capital (referente à propriedade e tudo que está sobre ela)?
36. Você tem trator? Há quanto tempo?
37. Você tem carro?
38. Quantas peças há na sua casa?
39. A casa é de alvenaria ou madeira?
40. Quais eletrodomésticos você tem?

Tabela 1
Outros integrantes da família

| Integrantes | Atividade principal | Idade | Sexo | Grau de instrução |
|-------------|---------------------|-------|------|-------------------|
| 1 | | | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| 4 | | | | |
| 5 | | | | |
| 6 | | | | |

Tabela 2
Uso do solo

| Uso do solo | Lavoura permanente | Lavoura temporária | Pastagem | Mata natural | Reflorestamento | Horticultura | Outro uso |
|-------------|--------------------|--------------------|----------|--------------|-----------------|--------------|-----------|
| Área em ha | | | | | | | |

Tabela 3
Produção animal

| | Cabeças | Produção | Ração própria | Ração industrial |
|-----------------|---------|----------|---------------|------------------|
| Suinocultura | | | | |
| Aves para abate | | | | |
| Aves p/ ovos | | | | |
| Gado leiteiro | | | | |
| Gado de corte | | | | |
| Outros | | | | |

Tabela 4
Meios de comunicação

| Influências | Energia elétrica | Televisão | Telefone |
|-----------------------|------------------|-----------|----------|
| Época de Instalação | | | |
| Mudanças no cotidiano | | | |

Tabela 5
Assistência médica

| Local | No município | Fora do Município | Condições (ótima, boa, ruim) |
|-----------------|--------------|-------------------|------------------------------|
| Postos Médicos | | | |
| Planos de saúde | | | |

Tabela 6
Assistência Técnica na Produção Agrícola

| Assistência Técnica | EMATER | Das empresas | Época de instalação |
|---------------------|--------|--------------|---------------------|
| Fumo | | | |
| Aves | | | |
| Uva | | | |